

ANDRÉA DE LIMA COSTA DO CARMO

**REPRESENTAÇÕES SOBRE FAMÍLIA E CONJUGALIDADE
HOMOAfetiva NA CIDADE DE ERVÁLIA – MINAS
GERAIS.**

Dissertação apresentada à Universidade federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C287r
2014

Carmo, Andréa de Lima Costa do, 1977-
Representações sobre família e conjugalidade homoafetiva
na cidade de Ervália - Minas Gerais / Andréa de Lima Costa do
Carmo. – Viçosa, MG, 2014.
viii, 103f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Maria de Fátima Lopes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.99-103.

1. Homossexualidade. 2. Conjugalidade. 3. Família.
4. Cidade pequena. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Doméstica. Programa de
Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 363.49

ANDRÉA DE LIMA COSTA DO CARMO

**REPRESENTAÇÕES SOBRE FAMÍLIA E CONJUGALIDADE
HOMOAFETIVA NA CIDADE DE ERVÁLIA – MINAS
GERAIS.**

Dissertação apresentada à Universidade federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 25 de abril de 2014.

Lílian Perdigão Caixeta Reis

Fabício Roberto Costa Oliveira

Ana Paula da Silva
(Coorientadora)

Maria de Fátima Lopes
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais: João Batista e Terezinha, que me deram de presente a vida.

Ao meu amado Christopher, meu filho e melhor amigo. Que um dia você possa ler essa dissertação, mostrar a seus filhos e que eles sintam que o que se fala aqui é coisa do passado, coisa que não mais faz parte do mundo onde eles vivem.

À minha companheira Helen, pelo amor, cuidado, paciência e pela inspiração para escrever.

(...) Eu protegi teu nome por amor,

Em um codinome Beija-Flor

Não responda nunca meu amor,

Pra qualquer um na rua: Beija-Flor.

E só eu que podia, dentro da sua orelha fria,

dizer segredos de liquidificador – Cazuya.

AGRADECIMENTOS

Esta caminhada foi marcada por muitas alegrias, mas também muitos obstáculos e desafios. Em momentos mais difíceis, me senti só e quase pensei em desistir, mas o apoio de algumas pessoas foi de fundamental importância para que eu concluísse esse trabalho: À força do eu interior.

Força maior que rege o universo. Luz que nos guia, protege, fortalece, harmoniza e equilibra.

Ao meu pai João Batista, homem simples e de bem, trabalhador incansável, que renunciou aos seus objetivos pessoais para ver seus quatro filhos criados, dando-lhes o melhor que podia. À minha mãe Terezinha pelos anos de dedicação aos filhos.

Ao meu filho Christopher, que mudou minha vida, me proporcionando amadurecimento quando eu ainda era uma adolescente.

Ele se tornou mais amado à medida que ia crescendo – muitas vezes me fazendo refletir sobre a existência (ou não) do instinto materno. Hoje, já adulto, o Chris me ensina, com suas palavras calmas e sensatas, a ser uma pessoa melhor.

À minha companheira Helen, que ao longo dos anos me dedicou amor, respeito, cuidados e lealdade, sendo por muitas vezes meu porto seguro. Obrigada pela paciência de compreender minha ausência na busca deste objetivo.

Ao querido “filho” Vinícius, a quem admiro cada vez mais por sua maturidade e sua sabedoria.

À minha querida orientadora Maria de Fátima Lopes, pelo apoio, dedicação, indicação de literaturas e pelos conhecimentos transmitidos. Obrigada por me fazer crescer como pesquisadora.

À minha coorientadora, Ana Paula da Silva, pelas preciosas orientações sobre a Antropologia e o trabalho de campo.

À equipe do Programa de Pós Graduação pelos conhecimentos transmitidos que jamais serão esquecidos, em especial, às professoras: Rita, Simone, Emília, Karla, Júnia e Sheila, das quais estive mais próxima.

Aos sujeitos de minha pesquisa: alguns colegas e amigos, outros colaboradores e aos membros da banca, por terem aceitado contribuir com meu trabalho.

E aos amigos que fiz durante o Mestrado: Renato Lima, Renata Rolim, Ludimila Marinho, Juan Filipe, Josimar, Flávia Leão, Suellen Santos e Ed Vieira.

Vocês são os melhores amigos que se pode ter. Anjos que deixaram essa caminhada mais leve...

BIOGRAFIA

ANDRÉA DE LIMA COSTA DO CARMO é filha de João Batista da Costa e Terezinha de Lima Costa, nascida na cidade de Viçosa, estado de Minas Gerais, em 18 de setembro de 1977.

Iniciou seus estudos na Escola Estadual Dr. Mariano da Rocha, na cidade de Teixeiras/MG, onde estudou do pré-escolar até o término do Ensino Médio.

Em 2004 ingressou no Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, formando-se em janeiro de 2008.

Lecionou por quatro anos (2000 a 2004), como professora das séries iniciais, na Prefeitura Municipal de Teixeiras/MG, e atualmente exerce atividades profissionais no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, estando atualmente lotada na Comarca de Ervália/MG.

Em março de 2012, ingressou no programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Economia Doméstica do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa – UFV, submetendo-se à defesa de dissertação em abril de 2014.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1-Introdução.....	1
2- Encaminhamento Teórico	5
2.1. Homossexualidade e Militância	6
2.2. Antropologia	14
2.3 Família	16
2.4 Adoção	21
2.5 Teoria Queer	28
3- O campo - Ervália: Processo de construção e análise de dados	32
3.1 - A Política em Ervália: Rosca Seca e Pão com Bucho	47
4- Coleta e Análise de dados das Entrevistas	52
4.1. Do Silêncio à Visibilidade: Representação, Convívio e Aceitação – Relatos	57
4.2. Família e adoção homoafetiva sob o viés jurídico.....	87
4.3. "Observando" um Ritual de Certificação	92
5- Considerações finais	96
6- Referências Bibliográficas	99

RESUMO

CARMO, Andréa de Lima Costa do, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2014. **Representações sobre família e conjugalidade homoafetiva na cidade de Ervália - Minas Gerais.** Orientadora: Maria de Fátima Lopes. Coorientadora: Ana Paula da Silva.

Esta dissertação se trata de uma pesquisa realizada na cidade de Ervália – Minas Gerais, onde busquei analisar - através de observações, entrevistas e percepções de entrevistados - as suas vivências, subjetividades e como se dão as relações familiares e de conjugalidade homoafetiva - dramas sociais, conflitos, estigmas, expectativas - de sujeitos inseridos em um contexto de uma cidade pequena, localizada na zona da mata mineira.

ABSTRACT

Carmo, Andrea de Lima Costa do, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, april 2014.
**Representations to family and marital relationships homo-affective in the city of
Ervália - Minas Gerais.** Adviser: Maria de Fátima Lopes. Co-Adviser: Ana Paula da
Silva.

This dissertation is a study in the city of Ervália - Minas Gerais, which sought to
analyze - through observations, interviews and perceptions of respondents - their
experiences, subjectivities and how to give family and homo-affective marital
relationships - social dramas, conflicts, stigmas, expectations - of subjects inserted in a
context of a small town, located in the mining area kills.

1- INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata de uma pesquisa, feita através de observação participante e entrevistas, realizada na cidade de Ervália – Minas Gerais, onde busquei analisar como se dão as relações de homoafetividade e homoparentalidade em um contexto de cidade pequena¹.

A escolha metodológica foi pautada nos moldes da etnografia e tive como maior aliada à observação direta participante, tanto nos momentos das entrevistas e pós-entrevistas, quanto em momentos anteriores a elas quando, por quase seis anos, residi na cidade de Ervália.

Durante as entrevistas, analisando as narrativas, os conteúdos, pude confrontar a forma como eu experienciei viver em Ervália com o “viver e sentir” das outras pessoas: sujeitos nativos e forasteiros, alguns que ali residiram por anos e outros que ainda residem. Insta frisar que esta não se trata de uma pesquisa quantitativa e sim qualitativa, onde a relevância da pesquisa não se pauta em representatividade estatística, mas no objetivo principal desta pesquisa que é analisar no teor e minúcias das entrevistas e das observações de como é “Viver a homossexualidade; a constituição de uma identidade homossexual; da família homoafetiva e da homoparentalidade em uma cidade pequena, localizada no interior de Minas Gerais”.

Uma das características das cidades interioranas, e visível em cidades da zona da mata mineira, é o fato de terem pouco acesso ao debate sobre gênero, sexo e sexualidade, estando esta região ainda no registro de um sistema patriarcal tradicional e um aumento expressivo da participação mais igualitária entre os sexos em instâncias de poder constituído ou da sociedade civil ainda está por se efetivar.

A autora Rosane Prado (1993) coloca que as representações produzidas sobre a cidade pequena ou campo são feitas por oposição à cidade grande ou cidade. Essas representações são colocadas em termos onde o positivo em uma é o negativo da outra e vice-versa. Assim, os habitantes definiam sua identidade com base nas categorias roça/cidade e cunhou os termos “cidade pequena e cidade grande”. A imagem depreciativa da pequena cidade do interior produzida pelo ideário desenvolvimentista e

¹PRADO (1993) coloca que as representações produzidas sobre a cidade pequena ou campo são feitas por oposição à cidade grande ou cidade. Assim, os habitantes definiam sua identidade com base nas categorias roça/cidade e Cunha o termo (cidade pequena)/cidade (cidade grande).

higienizador da elite urbano-industrial foi incorporada pelas pequenas cidades. Essa representação negativa do campo em oposição à cidade foi investigada na pesquisa de Prado (1993). A autora faz referência ao trabalho de Williams, sobre o mito do bucólico e o mito da idade dourada, onde no primeiro se enaltece a vida campestre e a condição de vida no campo. Este autor também apresenta a cidade como ligada a centro de luz, cultura, civilização, atualidade e futuro, enquanto o campo é negativamente visto como associado à ignorância, rotina e ao passado.

Em sua análise, Prado (1993) apresenta os eixos de polaridade positiva e negativa formando linhas de representação sobre as cidades pequenas. Na polaridade positiva, a primeira linha é a da proximidade com a natureza, dada pela simplicidade e virtude associada à natureza, e a simplicidade no sentido de calma e segurança. A segunda linha se constrói em torno da ideia de proximidade entre pessoas, no sentido de solidariedade e reconhecimento: todos sabem quem é quem. É o grau de ‘pessoalidade’ nas relações sociais, “o *‘todo mundo se conhecer’ é marca e condição da vida de cidade pequena, onde ‘não cabem’ situações anônimas.*” (Prado, 1993:40).

Para Prado (1993) a cidade pequena ainda refere-se à associação com o passado saudoso, da cidade pequena como depósito de tradições. Já a polaridade negativa tem uma linha que se remete a monotonia, fechamento e vazio em torno das ideias ‘não acontece nada’, ‘não tem nada pra fazer’, ‘não tem movimento’, ‘não muda nada’. Estão também associadas às ideias de atraso e falta de recursos e opções, que se apresentam mais fortes quando a referência é a falta de opções de trabalho ou emprego, ou ainda quando ancora a ideia de “mentalidade atrasada”, que diz respeito ao “controle social, falta de privacidade, falta de liberdade, conservadorismo, preconceito: todo mundo se controla”. (Prado, 1993:48). A cidade, estudo desta pesquisa, corrobora com as ideias desta autora, pois mantém na maioria das questões, políticas, sociais e culturais a pessoalidade.

Nesta pesquisa convencionou-se utilizar o termo homoafetividade, para se referir às relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo. A princípio meu intuito foi falar apenas de adoção homoafetiva, mas após algumas leituras compreendi que seria impossível falar de tal tema sem falar de família, sexualidade e costumes. Percebi ainda, ao começar as entrevistas, que nem todos os entrevistados tinham a pretensão de adotar ou ter filhos e sim pareciam estar mais interessados em falar da conjugalidade e dos

conflitos vividos em família, então precisei (re) adaptar-me com a situação com a qual me deparei ao chegar ao campo.

Durante todo o percurso deste trabalho, desde a escolha da teoria, do plano da pesquisa, da coleta e análise dos dados, meu maior desafio foi, sem dúvida, escrever. Organizar as ideias no papel é de uma tamanha complexidade, que algumas vezes duvidei que conseguisse concluir essa dissertação. Escrever a etnografia é um processo dolorido, pois temos regras acadêmicas para por a realidade vislumbrada no papel. Segundo Geertz (1989) a etnografia precisa de uma descrição densa, não uma livre interpretação. Deve ser ainda minuciosa e significativa, deixando o leitor solto para fazer sua própria interpretação. Este autor diz ainda que o pesquisador nunca se sente completamente pronto para ir ao campo ou para começar escrever, assim ele deve ir e escrever, e não ficar remoendo sobre quando é o momento certo, correndo-se o risco de procrastinar.

Começando esta introdução, escrevi e reescrevi por várias vezes algumas linhas, buscando a melhor forma de explicar o porquê da escolha do tema e cidade objeto deste estudo, quando no meio de minhas inúmeras tentativas fui surpreendida por uma entrevista da popular Revista “O Globo”, de 10 de novembro de 2013, onde o advogado Rodrigo da Cunha Pereira é entrevistado sobre o Direito de Família no Brasil e como este vem se modernizando, por um breve momento me identifiquei com o que ele dizia, com sua inquietação, em muito parecida com a minha.

Pereira afirma que, desde cedo, revoltava-se com a moral vigente na cidade de Abaeté, interior de Minas Gerais, onde nasceu há 55 anos: “Por que o homem podia transar antes do casamento e a namorada não?”. Em 1997 Pereira fundou, com outros especialistas, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) que promove, de 20 a 22 de novembro de 2013, em Araxá/MG, o IX Congresso Brasileiro de Direito de Família, com o tema “Famílias: pluralidade e felicidade”. O instituto tem proposto leis inovadoras e humanizado o direito de família, que tem um histórico de exclusões: “Até 1988 os filhos tidos fora do casamento não podiam ser registrados. E até há pouco tempo à mulher que traísse o marido era culpada pelo fim do casamento e perdia a guarda do filho”, lembra o advogado. Em 1984, fez sua primeira ação judicial da causa do movimento feminista do país. Lembrou-se de uma mulher que o procurou dizendo: “Só porque tive filho e sou solteira não posso ir ao clube Social em Conselheiro

Lafaiete. E o pai pode”. Pereira entrou com a ação, mesmo sabendo que não existia jurisprudência para tal, e ganhou. Sua cliente pôde entrar para o clube.

Insta frisar que, o conservadorismo perdura ainda em grande parte da sociedade brasileira, inclusive nas capitais e grandes cidades do Brasil, porém podemos ainda senti-lo mais marcante nas cidades interioranas, onde os valores e crenças dos nossos antepassados tendem a ser mais conservados e repassados, resistindo ao novo.

Embora a entrevista de Pereira, diretamente, pouco tenha relação com o tema desta pesquisa, acredito que ela pôde, a princípio, ilustrar o porquê problematizar a relação, a família e a adoção homoafetiva em uma cidade pequena, também chamada por muitos de “cidade de interior”, onde no ano de 2013, no auge da revolução informacional², exalta os valores da família tradicional e ainda resiste aos novos modelos familiares, rotulando-os, muitas vezes de “deseestrutura familiar”.

²A revolução da informação é também chamada de Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica-Informacional. A revolução informacional se alastrou a partir dos anos 70 e 80, ganhando intensidade nos anos 90 e propagação com a internet, ou seja, da comunicação em rede por meio do computador.

2- ENCAMINHAMENTO TEÓRICO.

As escolhas teóricas se deram durante todo o percurso do curso. Nas leituras, transitei pela antropologia, sociologia, pensamentos jurídicos (Direito de Família) e teoria queer. Mesclei leituras de antropologia e sociologia, desde os autores clássicos como: Bourdieu, Lévi Strauss, Foucault, com: Roberto Da Matta, Geertz, Eunice Duham, Jeffrey Weeks, Miriam Grossi, Gilberto Velho, Peter Fry, Rosane Prado, com juristas como: Maria Berenice Dias, Ângela Almeida, Carla Beatriz Faria, Rodrigo C. Pereira e Anna Paula Uziel e teóricos queer como: Judith Butler e Richard Miskolci.

Temas emergentes como os novos arranjos familiares não têm, ainda, um corpo teórico tão extenso, em se tratando de autores clássicos, assim pode-se fazer um caminho mais ou menos tortuoso ou mais experimental. As teorias usadas não são rígidas, elas apenas servem para iluminar o caminho da pesquisa.

Segundo Rodrigues (2006) as regras nos são introjetadas pela educação, ainda crianças, somos habituados a observar características de nossa cultura de uma maneira tão inconsciente como aquela pela qual aprendemos o idioma que falamos. O comportamento social liga-se a uma pauta que está para a consciência do sujeito de maneira tão sutil e disfarçada como as regras da língua para o falante. Assim os contrastes e oposições que se responsabilizam pela constituição do sentido das coisas e do mundo estão muitas vezes implícitos e dissimulados numa região de difícil acesso para a consciência dos indivíduos.

O fato é que, uma vez constituídos, os sistemas de representações e sua lógica são introjetadas pela educação nos indivíduos, de modo a fixar similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo dessa maneira certa homogeneidade para o sistema social. Essas categorias do pensamento coletivo são, pois, verdadeiras instituições fixadas em nossas almas pelo processo de socialização (...) quase todos nós temos dificuldade de admitir que comportamentos que sempre associamos à natureza humana não são absolutamente da natureza humana, mas comportamentos aprendidos, de uma variedade particular. Crenças para nós fundamentais, como nossos conceitos de masculinidade e feminilidade, são mostradas pela antropologia como susceptíveis de variar largamente de uma cultura para a outra. (RODRIGUES, 2006:19).

Ainda segundo este autor, estes meios de controlar as coisas anômalas, incertas, ambíguas e estranhas, representa uma reação contra algo ameaçador e as regras de evitar essas coisas afirmam e reafirma as definições categoriais a que tais coisas se

confrontam, ao mesmo tempo, porém, a sociedade necessita dos fenômenos que rejeita, porque por oposição, exprime-se positivamente por meio deles, numa expressão em que seus conteúdos adquirem sentido através do que repelem – e através da qual ela faz-se significar a si própria. A socialização é o processo pelo qual, a criança torna-se membro da sociedade, seguindo rotinas culturalmente estabelecidas. O treinamento educativo consiste em introduzir nos indivíduos valores, crenças e regras que orientarão seus comportamentos futuros em relação ao mundo e a sociedade.

2.1.HOMOSSEXUALIDADE E MILITÂNCIA:

Em 05 de maio do ano de 2011, se reconhece no Brasil, a união civil entre pessoas do mesmo sexo como “entidade familiar”, de forma que inúmeras discussões têm surgido em relação ao direito homoafetivo, em especial, o direito de adotar crianças, porém a mudança de papéis sociais de pai/mãe para dois pais ou duas mães, poderia alterar todas as normas e valores historicamente assimilados definindo um modelo hegemônico de família ou, como veremos no desenrolar desta pesquisa, tentar construir um modelo novo a partir do velho.

Observando todo o contexto contemporâneo, podemos afirmar que a questão da homoafetividade tem conseguido grande visibilidade, seja por intermédio da mídia, dos movimentos de lutas, das pesquisas acadêmicas ou dos processos judiciais. Questões como o reconhecimento da união civil, direito de herança e pensão pós-morte têm sido objetos de constante debate no Direito de Família. Dentre esses temas, um dos que suscitam discussões mais acaloradas é o da adoção e criação de crianças por pais gays e mães lésbicas.

No que diz respeito aos estudos acadêmicos, apenas recentemente as famílias homoafetivas têm sido objeto de pesquisas no Brasil. Nos últimos anos, contudo, o número de estudos vem aumentando consideravelmente, o que demonstra um interesse crescente pelo tema, revelando a contemporaneidade da sociedade em que vivemos e seu interesse constante interesse pelo novo, bem como essas mudanças vem rebatendo no contexto de cidade pequena e nos valores da família patriarcal.

Vânia M. Sierra (2011) doutora em sociologia pelo instituto universitário de pesquisa do estado do Rio de Janeiro, corrobora com essas ideias, trazendo em “Família: teorias e debates”, algumas reflexões sobre a família moderna, as discussões no âmbito

jurídico e nos meios sociais. Esta autora frisa ainda que o problema vai muito além da aceitação social da homossexualidade, e que a demanda por direitos iguais para casais homossexuais e heterossexuais encontra resistência pelo fato de que a existência de gays e lésbicas desafia as estruturas nas quais a sociedade foi construída.

Estamos no meio de uma revolução dos relacionamentos íntimos e pessoais. Nenhuma mudança é mais expressiva do que as mudanças que estão para ocorrer na sexualidade, nas relações, na família e no casamento. Aliás, os relacionamentos não se limitam a heterossexualidade, pois a sexualidade é negociada por dentro do relacionamento. (SIERRA, 2011:27).

Antes de falarmos sobre o histórico do movimento LGBT, é preciso entender o que é LGBT. É uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Segundo Facchini (2000), o movimento brasileiro nasce no final dos anos 1970, predominantemente formado por homens homossexuais. Mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomo; e nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2.000, são as lésbicas e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento.

Ainda segundo a autora acima, a “categoria homossexual” é bastante recente mesmo nas chamadas sociedades ocidentais, a adoção do termo, para designar pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo, fez parte de um movimento geral no sentido de criar categorias e espécies ligadas a comportamentos sexuais, especialmente impulsionados pelas práticas legais e pela categorização médica e psicológica no século XIX. Segundo a literatura, a própria criação da categoria "homossexual" e sua associação à ideia de patologia estariam ligadas a uma estratégia política de dissociar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo da ideia de crime ou fragilidade moral.

Posteriormente, essa classificação se popularizou, chegando ao senso comum. Segundo o historiador inglês Jeffrey Weeks, os impedimentos legais tornaram-se fator importante para que surgisse o termo "homossexual" como algo que denotasse um comportamento e até mesmo um modo de pensar e sentir diferentes da maioria. Tudo indica que a discussão pública da homossexualidade impulsionada pela questão legal, ajudava a criar uma nova identidade entre as pessoas que orientavam suas práticas e desejos sexuais para as do mesmo sexo.

Antes que houvesse um movimento homossexual organizado, desenvolveram-se redes de sociabilidade que aos poucos delinearam um conjunto de traços que seriam, posteriormente, associados a uma "identidade gay", normalmente ligada ao meio urbano e ao crescimento das cidades. O grande marco internacional do movimento homossexual nesse período, que perdura até hoje, foi a revolta de Stonewall, um bar de frequência homossexual em Nova York. Constantemente abordados pela polícia, os frequentadores do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o "Dia do Orgulho Gay".

No Brasil, a passagem dos anos 1960 para a década seguinte é marcada pelo endurecimento da ditadura militar. Em meados dos anos 1970, ganha visibilidade o movimento feminista e, na segunda metade da década, surgem às primeiras organizações do movimento negro contemporâneo, como o Movimento Negro Unificado, e do movimento homossexual, como o Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo. Pelo menos desde a década de 1960, o circuito de casas noturnas de frequência homossexual é entendido como um espaço de resistência e afirmação de uma identidade que não poderia mostrar-se com toda a vitalidade fora dos perímetros que haviam se constituído como lugares de proteção em relação ao preconceito.

Segundo Facchini (2000), é possível dividir a trajetória do movimento homossexual brasileiro em três ondas: uma primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992, e uma terceira, de 1992 aos dias de hoje. Aliada ao movimento feminista e ao movimento negro, a "primeira onda" do movimento homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e a sexualidade.

O movimento desse período é marcado por um forte caráter antiautoritário, em reação ao contexto da ditadura. Isso impactava a própria forma de organização dos coletivos: tratava-se de grupos de reflexão, não institucionalizados, nos quais as coordenações eram rotativas de modo a evitar concentração de poder. O processo de produção da identidade coletiva de "homossexual ativista" fazia com que o grupo fosse visto como uma "comunidade de iguais", ou seja, pessoas que compartilhavam uma mesma "condição" e necessidades. (FACCHINI, 2000:03).

Acontece em 1979, um primeiro encontro de homossexuais militantes no Rio de Janeiro, cujas resoluções foram: a reivindicação da inclusão do respeito à "opção sexual" - o próprio movimento ainda falava em "opção sexual" nesse momento - na constituição

federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista de doenças, ou seja, a luta contra a patologização. Em 1980, temos o surgimento do primeiro grupo exclusivamente lésbico a partir de uma cisão no grupo Somos-SP. A partir de 1980 se inicia a atuação do Grupo Gay da Bahia, que vai ter uma influência muito grande nos anos de 1980 e que, de certa forma, vai ajudar também a fortalecer o ativismo no Nordeste.

Segundo Facchini (2000), a “segunda onda” do movimento começa em 1983, e ocorre a dissolução do grupo Somos de São Paulo. É nesse momento que eclode a epidemia do HIV/AIDS, reduzindo consideravelmente a quantidade de grupos homossexuais, especialmente em São Paulo, onde os ativistas do primeiro momento se voltam para a construção da resposta coletiva ao HIV/AIDS. A chegada da epidemia do HIV/AIDS, então apresentada como "câncer gay" ou "peste gay", desmobiliza as propostas de liberação sexual tais quais delineadas na "primeira onda".

As características mais marcantes desse período incluem: um menor envolvimento com projetos de transformação social como um todo; e uma ação mais pragmática e voltada para a garantia dos direitos civis e ações contra discriminações e violência. A tendência é ter organizações mais formais, não há mais rotatividade de direções, mas diretorias com cargo e funções definidas. O GGB e o Grupo Triângulo Rosa são os primeiros a se formalizarem legalmente como associações voltadas para os direitos de homossexuais, evocando o direito à associação. (FACCHINI, 2000:03).

Outra mudança importante desse período é a adoção do termo "orientação sexual", de modo a deslocar a polarização acerca da homossexualidade pensada como uma "opção" ou como uma "condição" inata. O uso do termo "orientação sexual" implica afirmar que não se trata de escolha individual racional e voluntária, mas não se trata também de uma determinação simples.

Em 1984, no encontro nacional de ativistas ocorrido na Bahia, a luta era pela despatologização da homossexualidade, por legislação antidiscriminatória, pela legalização do que na época se denominava como "casamento gay", por tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares.

Segundo Facchini (2000), a "terceira onda” começa no início dos anos 1990, o movimento homossexual cresceu como forma de solução para essa situação, tornando o

Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à AIDS. Houve um aumento do número de grupos e a expansão do movimento por todos os estados do País, acompanhado por uma diversificação de tipos de organizações: não havia apenas grupos comunitários, mas também ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas, que trabalham diretamente com a questão LGBT. Nesse novo momento, uma das características é a diferenciação de vários sujeitos políticos internos ao movimento: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com foco em demandas específicas de cada um desses coletivos.

O início da organização de transexuais se dá a partir da segunda metade dos anos 1990 e está relacionada às lutas por acesso às cirurgias experimentais de transgenitalização, que são aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina em 1997.

Em 1995, ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis) que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina. Além de um investimento sistemático de esforços no combate à AIDS e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia. (FACCHINI, 2000:04).

Ainda nesse período, há um aumento da visibilidade na mídia e na sociedade. Após 1995, com o projeto de lei da união civil ou da parceria civil registrada, o espaço alcançado nos meios de comunicação e a reação conservadora que se seguiu, deu início a um grande debate social nacional, aberto e amplo sobre os direitos LGBT.

Para além da atuação junto ao Poder Executivo, há todo um trabalho de sensibilização de parlamentares, investimento na eleição de parlamentares LGBT ou aliados e proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal. Entre tais projetos de lei, destacam-se os que atuam em relação ao reconhecimento do direito à constituição de famílias, com os debates sobre reconhecimento de uniões homoafetivas e a garantia de direitos quanto à paternidade/maternidade; os que atuam na restrição de comportamentos discriminatórios; e os que procuram garantir o reconhecimento da identidade social de travestis e transexuais. (FACCHINI, 2000:05).

As Paradas do Orgulho acontecem em diversas cidades de todos os Estados. Da maior delas, a Parada de São Paulo, participaram milhões de pessoas. Com o apoio de prefeituras locais, do Ministério da Cultura, de programas nacionais de Direitos

Humanos e de combate à discriminação e à AIDS, as Paradas do Orgulho LGBT são frequentadas não só por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também por um alto número de "simpatizantes", entre familiares, amigos e militantes de partidos e diversos movimentos sociais, sendo habitual ver famílias e pessoas de todas as idades participando do evento.

Miguel Vale de Almeida, antropólogo português, ativista LGBT e ex-deputado da Assembleia da República em Lisboa; esteve envolvido na aprovação da lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo e da lei de identidade de gênero. Professor associado do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, onde se doutorou, ele desenvolveu investigação em Portugal, no Brasil e em Espanha, em questões de gênero e sexualidade, assim como raça e pós-colonialismo.

Segundo Almeida (2009) o casamento entre pessoas do mesmo sexo, tanto no campo pró, quanto no contra, apelam ao pronunciamento de saberes especializados como à psiquiatria, à psicologia ou à medicina – convocadas principalmente para expressarem sobre o bem-estar das crianças em situações de homoparentalidade. E a Antropologia? Não há nada ao saber antropológico que o torne um aliado dos defensores do casamento ou adoção homoafetiva? Segundo este autor, a American Anthropological Association pronunciou a favor do casamento e adoção gay, invocando os dossiês etnográficos comparativos, inserindo a conjugalidade homossexual e a homoparentalidade no grande frasco da variedade cultural.

Jeffrey Weeks, historiador, sociólogo que se especializou em sexualidade e ativista gay, é também membro de diversas Academias e Comitês Universitários, e publicou inúmeros artigos e mais de dez livros sobre a influência da história e da cultura na sexualidade. Segundo Weeks (2001) não deveríamos mais estar preocupados com o que causa a homossexualidade ou a heterossexualidade, mas em compreender o porquê e como nossa cultura privilegia uma e marginaliza a outra, bem como a causa de nossa cultura atribuir tanta importância à sexualidade tirando o foco da ideia de doença, patologia, anormalidade, desvio individual para uma questão social.

Não são muitas as pessoas que podemos ouvir dizer “eu sou um heterossexual”, porque este é o grande pressuposto; mas dizer “eu sou gay” significa fazer uma declaração sobre um pertencimento, significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes. (WEEKS, 2001:70).

Carrara e Simões (2007) analisaram o “jeito” supostamente brasileiro de organizar as categorias ou identidades sócio sexuais, “o que vem sendo tematizado desde finais dos anos 1970, transformando-se, em certos casos, em eixo para a construção de uma identidade nacional que, caracterizada como não ocidental, aparece frequentemente marcada pelo exotismo e/ou pelo atraso” (CARRARA E SIMÕES, 2007:04).

Segundo os autores acima, no final do artigo “Da hierarquia à igualdade”, Fry se perguntava em tom quase melancólico se enfim estaríamos fadados a permanecer em sociedades dualistas (homem/bicha, hetero/homo etc.). Porém, o que provavelmente não estava muito claro para ele naquele momento era que a recusa do dualismo não era apenas affair universitário, encontrava ressonância na própria sociedade brasileira.

Em seu artigo sobre a construção histórica da homossexualidade no Brasil, Fry descreve três sistemas taxonômicos que estariam diferencialmente disseminados no país segundo as distintas classes sociais. No primeiro deles, a hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual vs. feminilidade/passividade sexual, englobaria de forma sistemática todas as identidades sexuais. A categoria “homem”, nesse caso, abarcaria todos os indivíduos do sexo masculino que supostamente mantivessem *posição “ativa” em relações sexuais com mulheres ou homens, indiferentemente. Homens sexualmente “passivos”, tratados como “bichas”, “viados” etc., seriam percebidos como uma espécie de híbridos, nos quais atributos anatômicos masculinos se misturariam a características de gênero femininas (as famosas almas femininas em corpos masculinos).* O segundo modelo teria sido formulado, sobretudo, por médicos e psiquiatras e, nele, orientação sexual e gênero se desarticulam progressivamente. Nos seus termos, os homens que mantivessem *relações sexuais com outros homens seriam considerados “homossexuais”, não importando mais a posição “ativa” ou “passiva” que assumissem no coito.* Aqui, certa hierarquia se manteria, mas com base na oposição normalidade/anormalidade-doença, sendo a homossexualidade um desvio doentio ou anômalo em relação à heterossexualidade, instituída em norma. Por fim, historicamente derivado do segundo modelo, o terceiro representaria uma espécie de reação a ele. Mantendo a disjunção entre orientação sexual e gênero e apoiando-se no dualismo hetero/homossexualidade, apenas alteraria o valor dos termos, contestando o estigma de anormalidade ou doença atribuído à homossexualidade. Assim, teríamos um modelo hierárquico (o primeiro) e um modelo igualitário (o último) de construção das identidades e categorias sócio sexuais, mediados pelo modelo médico psicológico. (CARRARA E SIMÕES, 2007:07).

Peter Henry Fry, antropólogo, nascido na Inglaterra, naturalizado brasileiro, era homossexual assumido e percussor no Brasil de diversos trabalhos e estudos sobre sexualidade. Suas pesquisas englobam também política e religião africanas, relações raciais, línguas africanas no Brasil, entre outras. Formado em 1963 em Antropologia Social em Cambridge, na Inglaterra, concluiu seu doutorado em Antropologia Social na

University Of London em 1969, desenvolveu pesquisas sobre Umbanda e sobre o Cafundó, uma comunidade de negros ex-escravos, relativamente próxima a São Paulo e desenvolveu diversas pesquisas sobre política e democracia em Moçambique, relações raciais no Brasil, sexualidade e religião e crime e doença.

Problematizando a sociedade binária, Fry (1982) afirma que as identidades sexuais e afetivas são construídas em alguns elementos: o sexo fisiológico; os papéis de gênero (associados ao sexo fisiológico); o comportamento sexual (referente ao ato sexual propriamente dito). A partir desses quatro elementos Fry, pioneiro em seu estudo etnográfico feito no norte/nordeste e sudeste do Brasil, tenta analisar dois esquemas de classificação e representação da sexualidade masculina: o sistema hierárquico e o sistema simétrico. O sistema hierárquico para ele seria bastante generalizado no Brasil, principalmente entre as camadas mais baixas e nas regiões norte-nordeste do país. O personagem que simboliza o sistema simétrico seria o "entendido" das camadas médias das metrópoles, análogo ao "gay" norte-americano. O "entendido" mantém relações homoeróticas com outros "entendidos", daí o nome desse sistema de classificação como igualitário ou simétrico.

Fry (1982) problematiza o binarismo, sugerindo que tudo é dividido em grupos distintos, mas “... nem todas as coisas são negras, nem todas as coisas são brancas e que é um princípio fundamental do sistema de classificação que na natureza raramente se encontram nitidamente separadas”. Para ele só a mente humana inventa as categorias e tenta abrigar os fatos em compartimentos separados. A desconstrução da polaridade masculino/feminino poderá ser útil para desmontar a lógica binária que rege outros pares de conceitos a ela articulados, tais como público/privado, produção/reprodução, cultura/natureza, entre outros.

Rodrigues (2006) também ressalta a questão de dualidade ao falar do “sagrado e do profano”, um dos mais importantes articuladores do sentido da estrutura social, sendo completamente diferentes e opositivos. O ser sagrado é o ser proibido que não possa ser violado, não podemos aproximar e nem mesmo tocá-lo. Tudo que é sagrado existe à parte, não pode ser colocado em pé de igualdade com o profano e muito menos estar com ele misturado. A atitude ritual básica para com o sagrado consiste em não permitir que este entre em contato com o profano e, mais importante, em evitar que coisas sagradas de espécies diferentes sejam postas em contato.

(...) por detrás dos ritos figuram as crenças sobre os perigos de cruzar as fronteiras interditadas e que transformam o sagrado em objeto de respeito e temor: os tikopianos acreditam que aquele que inadvertidamente tocar a cabeça do chefe correrá grande perigo; acreditou-se na morte do ímpio que tocassem a Arca do Tabernáculo; para os ingleses, na época dos Tudor, as vestes do rei tinham o poder de curar escrófula; cremos na necessidade de respeitar e comportar-nos de maneira especial em relação às imagens dos santos e à água-benta. (...) o tabu isola tudo o que é sagrado, inquietante proibido ou impuro; estabelece reserva, proibições, restrições; opõe-se ao ordinário, ao comum, acessível a todos. (RODRIGUES, 2006:30-31).

2.2.ANTHROPOLOGIA.

O conhecimento na Antropologia se dá através do encontro com o outro, do familiar com o “exótico” sendo que desta troca de lugar, deste “encontro”, nascem as impressões do pesquisador, que se afasta de sua realidade e mergulha na realidade do “outro”. Devendo então fazer esse exercício ao contrário, onde poderá “olhar do lado de fora”. É um exercício difícil e perigoso, onde o pesquisador pode mudar seu olhar durante a pesquisa, desequilibrar-se e talvez, ao final, não mais se reconhecer. Um grande desafio foi praticar o exercício da relativização, aprender a me colocar no lugar do “outro”, a controlar constantemente as atitudes etnocêntricas e, ao mesmo tempo, ter que tomar a postura da pesquisadora, que não só narra friamente os fatos, mas também os analisa partir de um determinado ponto, de um determinado contexto – tendo em vista que quem fala, fala de algum lugar. Como todos somos produtos do meio – voluntariamente ou involuntariamente – tendemos a julgar àqueles que são diferentes de nós. Outro risco seria de estar induzindo-os a pensarem como eu, assim como a verem o que eu suponha que eles vejam e sejam. Essas questões me fizeram perceber o quanto é necessário pensar e repensar nossos compromissos com aqueles que pesquisamos e interagimos.

Oliveira (2004:17) diz que, tradicionalmente, o pesquisador é concebido como o “detentor de status”, prestígio e poder, mas a relação pesquisador versus pesquisado pode se inverter, ou pelo menos, a desigualdade entre as partes pode não ser tão evidente, defendendo essa ideia o autor diz que deveria também existir um código de ética que oferecesse proteção ao pesquisador e a comunidade científica. Ainda segundo este autor, no confronto entre duas culturas, está o espaço ocupado pelo antropólogo, que não só estuda, mas às vezes consciente ou inconscientemente, atua sobre elas, pois o pesquisador está sempre “falando de algum lugar”. Oliveira defende a ideia de que existem três esferas éticas – a micro, a macro e a meso, sendo que será sempre nesta

última a esfera que o antropólogo crítico e reflexivo estará melhor situado, devendo ainda ser superado “esse mal estar ético quando não mais nos escondermos no *relativismo absteneísta, responsável por uma neutralidade equívoca (...)*” (OLIVEIRA, 2004:30).

A Antropologia tem especificidades que a diferencia das outras ciências. O estudo das vidas exóticas não é o mesmo que o estudo da vida social, porque vai além, é o estudo da cultura. Isso a diferencia da sociologia e de outras ciências. A ciência antropológica se realizaria como espelho para os outros e para nós mesmos, através dos textos. Ver e ouvir, buscar o recorte de familiaridade e estranhamento é primordial.

Para Clifford J. Geertz (1989) não deve ser papel do antropólogo se preocupar com o todo e sim com as partes, sendo ainda que, sempre que o antropólogo voltar sua à comunidade, à sua realidade esta nunca será a mesma para ele. O momento de volta a sua cultura, significa que ele conseguiu ficar muito familiar ao campo, quando esta volta significa outro choque de realidade. Volta-se com o olhar modificado.

Este autor entende a cultura como um bem público, onde cada cultura tem seu espetáculo, sua função de se mostrar para o outro, tem também um caráter pedagógico, onde crianças e jovens precisam ser “iniciados”, para fixar e reforçar os laços e valores, como se fosse sempre uma lembrança dos que “somos”, o que a torna pública, com a transmissão de valores entre gerações.

O antropólogo é um tradutor de uma realidade, com a função de decodificar para o outro, deve-se sempre pensar no leitor, pois ele não esteve lá. O bom leitor sempre encontra algo de si próprio nessa cultura que não é sua, identificando-se com algo, achando algo familiar. Ao estudar uma cultura diferente é possível, através do estranhamento, tornar a cultura estudada como familiar, através de códigos pode-se encontrar similaridades entre culturas diversas, sendo assim, é possível pegar o exótico e decodifica-lo para descobrir o que existe “em comum”. Segundo Geertz, o risco do etnocentrismo é de aprisionar o ser humano em sua interpretação pessoal. Este autor afirmou que o problema humano no estudo antropológico não é de estranhar o outro, mas de estranhar a si mesmo, e ele aconselhava os estudiosos a se conhecerem melhor antes de analisarem outras sociedades.

A característica da antropologia pós-moderna é questionar o próprio antropólogo. Este autor cria o conceito do horizonte antropológico, onde o pesquisador consegue enxergar a essência de uma cultura, bem como uma chave não só da leitura, mas de identificação. Por mais diferente que seja a cultura do outro, buscando-se o significado da “coisa” e entender onde os encontros se dão, se identificando e se distanciando ao mesmo tempo, assim o pesquisador vive de estranhamentos e familiarizações.

Com a equiparação de direitos e deveres de casais heterossexuais e homossexuais pelo Supremo Tribunal de Justiça – do ponto de vista formalizado, institucionalizado e legitimado – a união homoafetiva passa a ser regida pelas mesmas regras que se aplicam à união dos casais heterossexuais, porém ainda vislumbramos a dificuldade da sociedade civil, em sua maioria, compreender tal fato, ainda que respaldados por leis e emendas. Rocha (1984) fala da dificuldade em se pensar a diferença, em enxergar com os “olhos dos outros”, fazendo com que muitas vezes julgamos pautados em nossas crenças e juízos de valor, negando tudo o que nos é diferente.

2.3.FAMÍLIA.

O tema família – talvez pelas suas diversas variações na contemporaneidade – se encontra em voga no meio acadêmico, os debates envolvendo a família são diversos e complexos. Silva (2009) diz que essa discussão intensa é fruto das transformações que vem acontecendo dentro da família: “... a família fratura-se, decompõe-se, recompõe-se, reinventa-se, resiste e altera-se” (SILVA, 2009:03). Então, a princípio, assumo a necessidade de se falar em “Famílias” no plural, pois esta se apresenta em função da classe social, estando em constante transformação, de acordo com o contexto, assumindo formas diversas e não mais se restringindo apenas ao modelo tradicional de família patriarcal, embora devêssemos ter em mente que esta, como modelo e ideal, ainda continua dando sentido e significado a existência social e as relações sociais.

Bourdieu (1993) adota como nomenclatura o construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista. Esta postura consiste em admitir que exista no mundo social estruturas objetivas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos indivíduos. No entanto, tais estruturas são construídas socialmente assim como os esquemas de ação e pensamento, chamados por Bourdieu de habitus. Habitus é um esquema mental ao mesmo tempo construído e que se constrói na experiência/ação.

Campo é relativo porque, em contexto, obriga a relação com outras instancias da vida social.

Este autor tenta fugir da dicotomia subjetivismo/objetivismo dentro das ciências humanas. Uma das mais importantes questões na obra de Bourdieu se centraliza na análise de como os agentes incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo em que a produzem, legitimam e reproduzem. Neste sentido se pode afirmar que ele dialoga com o Estruturalismo ao mesmo tempo em que pensa em que espécie de autonomia os agentes detêm. Este autor, então, se propõe a superar tanto o objetivismo estruturalista quanto o subjetivismo interacionista.

Bourdieu (1993) alerta que, ao tentar definir família, frequentemente, apela-se para algo que se assemelha a uma descrição, mas que, na verdade, constrói a realidade social. A família é um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si, seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, mas excepcionalmente pela adoção (parentesco) e vivendo sob o mesmo teto (coabitação). As realidades sociais são ficções sociais reconhecidas coletivamente. A família é um princípio de construção de realidade social e este princípio é socialmente construído, inculcado através da socialização, que por sua vez é organizada através da divisão de famílias.

Este autor ainda diz que, se a família aparece como a mais natural das categorias sociais, é porque ela funciona como esquema classificatório e princípio de construção do mundo social. Há um trabalho simbólico capaz de transformar o que poderia ser obrigação de amar em disposição para tal, dotando cada membro do grupo de generosidade, solidariedade, capacidade de doação, de ajuda. Lembrando que, para que esta realidade possa se perpetuar é necessária à reunião de condições sociais que não são uniformemente distribuídas e tampouco universais, ainda que a naturalização as faça parecer óbvias. Tradicionalmente a família tem como função proporcionar um primeiro contato com as regras sociais, inculcar hábitos, produzir e reproduzir padrões culturais para os indivíduos, enfim, uma grande instância socializadora.

Claude Lévi-Strauss, antropólogo, professor e filósofo francês. É considerado fundador da antropologia estruturalista, em meados da década de 1950, e um dos grandes intelectuais do século XX. “As estruturas elementares do parentesco (em francês *Les structures élémentaires de la parenté*)” é o nome de uma

obra de Strauss, nela o autor trata o tema do parentesco de forma a desmistificar questões muito discutidas no contexto intelectual.

Este autor define que o caráter da norma pertence à cultura, enquanto que o caráter universal pertence à natureza. Existe um mecanismo de articulação ente natureza e cultura. A proibição do incesto é regra (caráter normativo da instituição indica o campo da cultura) de caráter universal (do campo da natureza). O autor diz que a proibição do incesto é uma regra social e pré-social, pois é universal; pelo tipo de relação que impõe sua norma (o instinto universal: é o único instinto que necessita de outrem, portanto, sugere relacionamento de indivíduos). A cultura faz uma intervenção, que é substituir o acaso pela organização. A base da aliança está no equilíbrio necessário entre dar e receber. Strauss (1969) afirma ainda que em todo e qualquer tipo de civilização, por mais diversa que esta seja sempre haverá algo que corresponda e se assemelha à família. Para ele um grupo biológico não pode mais existir sozinho; o laço de afinidade com uma família diferente assegura o domínio do social sobre o biológico e do cultural sobre o natural.

Para Strauss (1969) o espírito humano necessita controlar a natureza ou os eventos visando obter uma organização e estruturação. Desde que é fundamentalmente concebida, a sociedade não é simplesmente uma “coisa”, mas uma construção do pensamento. As relações sociais envolvem crenças, valores e expectativas tanto quanto interações no espaço e no tempo. A sociedade é uma entidade provida de sentido e significado.

Eunice Ribeiro Durham, antropóloga, cientista brasileira e especialista em ensino superior brasileiro, tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: migração rural e urbana, movimentos sociais urbanos e organização familiar das classes populares.

Para Durham (1982), famílias são grupos sociais, estruturados por meio de relações de afinidade, descendência e consanguinidade que se constituem como unidades de reprodução humana. A família tem dupla referência: de um lado representa grupos sociais concretos, reconhecidos pelos seus membros e pela sociedade, de outro lado, refere às regras, padrões, ou modelos culturais.

Jürgen Habermas é conhecido por suas teorias sobre a racionalidade comunicativa e a esfera pública. Em seu sistema teórico, Habermas procura revelar as possibilidades da razão, da emancipação e da comunicação racional-crítica, latentes nas instituições modernas e na capacidade humana de deliberar e agir em função de interesses racionais.

Segundo este autor, duas esferas coexistem na sociedade: o sistema e o mundo da vida. O sistema refere-se à “reprodução material”, regida pela lógica instrumental (adequação de meios a fins), incorporada nas relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia). O “mundo da vida” é a esfera de “reprodução simbólica”, da linguagem, das redes de significados que compõem determinada visão de mundo, sejam eles referentes aos fatos objetivos, às normas sociais ou aos conteúdos subjetivos. Habermas (1971) afirma que não se pode deixar de levar em conta, na medida em que a família é o sustentáculo do capital, todas as considerações relativas à conservação e ampliação do mesmo, sendo ainda a família o recesso mais íntimo do privado e estando em constante conexão com o público.

Juliet Mitchell teve presença ativa na política de esquerda e ficou muito conhecida por seu livro “Psicanálise e feminismo”, no qual ela tentou conciliar a psicanálise e o feminismo em um momento em que muitos os consideravam incompatíveis. Esta autora deu uma contribuição mais gratificante e responsável para o debate feminista sobre Freud, reconhecendo e subindo para além-machismo de Freud em sua análise, refletindo as realidades da cultura patriarcal, e procurou usar sua crítica da feminilidade para criticar próprio patriarcado. De acordo com esta autora, as crianças são socializadas em papéis de gênero apropriados. Assim, as mulheres crescem para ser igualmente socializado para se tornar cuidadores de suas famílias.

Mitchell (1972) diz que a convicção de que a família é uma defesa inexpugnável da intimidade e da segurança, num mundo caótico, baseia-se na ideia de que a família pode ser isolada da comunidade, e de que suas relações internas não reproduzem, em seus próprios termos, as relações que predominam na sociedade. Em relação aos novos “rearranjos familiares” esta autora diz que a legalização da homossexualidade, como forma de sexualidade não reprodutiva, deve ser defendida pelo motivo de que esta dissocia a sexualidade da reprodução, o que significa libertar a sexualidade de sua alienação ou da reprodução não desejada.

Segundo Ângela M. Almeida (1999), jurista e professora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, no Antigo Regime, a mulher era submetida ao espaço privado, enquanto o homem pertencia ao público. A mulher transformada em “rainha do lar” deveria abandonar ao homem o reino do mundo exterior.

Dizemos hoje facilmente, que é da natureza de tal objeto, comportar-se de tal maneira; é na natureza da mulher o desejo de ter filhos; é da natureza do homem progredir, desenvolver-se, querer ganhar dinheiro, *etc.* Este sentido de “natureza” conserva a ideia de que tal objeto tem uma essência que lhe é própria, que o distingue de outros objetos, e que deve se realizar para que ele permaneça nos trilhos da natureza. (ALMEIDA, 1999:75).

Para Silva e Chaveiro (2009) “o imaginário brasileiro contemporâneo, ao representar a família, demonstra o seu nível de conflito”. Expressões como “a família é a única salvação dos perigos do mundo” ou “a família é a fonte de todas as desgraças atuais”, testemunham esse conflito. Junto ao conflito de representação há, inegavelmente, um fato: “a família contemporânea sofre grandes transformações, que atingem a relação de poder entre marido e esposa, o papel do pai e da mãe, a luta pela sobrevivência, a sexualidade, o afeto, a existência de novas máquinas de produzir o desejo, o nascimento de diversos tipos familiar, a ação da parentalidade, entre outros”. (SILVA e CHAVEIRO, 2009:01).

Faria (2008), atual escritora na Comarca de Viçosa e professora de Direito da Família na faculdade de Estudos Superiores de Viçosa – ESUV; realizou sua pesquisa especificamente sobre a conjugalidade homoafetiva de um grupo entrevistado na cidade de Viçosa/MG. Esta autora analisou a condição sexual e as políticas nacionais em diálogo com as ciências jurídicas. Chamou a atenção para a exclusão, tomada de consciências e busca por direitos, de pessoas tidas como minorias. Analisou os casais homossexuais, sem filhos, e enfatizou que uma de suas dificuldades foi em conseguir as entrevistas, acerca de assuntos invasivos e não raro ditos/tidos como proibidos pela sociedade, percebeu também a dificuldade de auto aceitação pelos entrevistados. Esta autora ressalta que a família formada por pessoas do mesmo sexo, não se respalda na procriação e sim nas relações de amor e afeto, podendo os casais escolher se querem ou não ter filhos. Embora essa relação atualmente esteja amparada por lei, ainda que aceitas, são vividas como dramas sociais – conforme poderão perceber através do trabalho de campo desta pesquisa – sendo ainda taxadas como “anomalia” por parte da sociedade.

Através dos estudos de casos, esta autora observou que os (as) entrevistados (as) quase sempre se apresentavam como amigos (as) que dividem a mesma casa, a fim resguardarem mais os outros do que a si. Essa autora ressaltou que estes casais se sentiam confortáveis em falar da relação para alguns amigos íntimos, mas na maioria das vezes não se assumiam publicamente e até acreditam que um beijo em público seria uma agressão aos que não apoiam a relação, mostrando assim a conformidade como sendo uma família “não normal”.

2.4.ADOÇÃO HOMOAFETIVA

Anna Paula Uziel é psicóloga e doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - UNICAMP, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora do Centro Latino - Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Esta autora levanta o debate sobre parentalidade e homossexualidade na década de 90. Em sua tese, a homossexualidade e adoção aquece o debate e propõe uma discussão sobre família, levantando importantes questões: a orientação sexual do pai ou da mãe é pertinente para a discussão da parentalidade? Em que a homossexualidade ou a heterossexualidade dos pais interfere na relação de pais e filhos? Que desdobramentos sobre a vida afetiva, conjugal, sexual ou profissional dos filhos pode ter o desejo dos pais pelo mesmo sexo ou pelo oposto?

Para compreender essas questões, esta autora analisa particularmente os processos de adoção por homossexuais que tramitaram na justiça brasileira no final da década de 90, além de traçar um histórico sobre as mudanças pelas quais têm passado a concepção de família – discutindo todas suas categorias: família de um pai só, de pais divorciados, por adoção, e mesmo de pais homossexuais. Sua tese abre inúmeras pistas de investigação no que diz respeito ao que são e virão a ser as famílias do século XXI.

Uziel (2002) fala ainda das categorizações de “novos arranjos” contemporâneos: “a família monoparental, a família por adoção, a família recomposta, a família pluriparental (onde há dissociação entre parentalidade e conjugalidade) e, finalmente, a família homoparental³”. A autora assume que funções parentais não exigem

³ Homoparentalidade, neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, em Paris, para nomear a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe, a partir da soma do radical “homo” com a palavra “parentalidade”, é o fenômeno da parentalidade envolvendo

forçosamente o exercício da sexualidade; logo, não há vínculo tão direto entre homossexualidade e parentalidade.

Do ponto de vista do número de pessoas envolvidas, a família homossexual não cria nada de novo: é monoparental, biparental ou pluriparental, como ocorre com todas as outras famílias (...). Da perspectiva da cidadania, dos direitos e dos deveres, é um cidadão protegido pela lei, como todos. Em relação aos cuidados com as crianças, as poucas pesquisas feitas não identificam diferenças. As identificações, fundamentais para o desenvolvimento e a formação da identidade, sofrem abalos em parte da população, sem que a estruturação familiar que propicia maiores problemas seja identificada com existência de pessoas do mesmo sexo. Qual seria, então, a especificidade dessa relação parental? (UZIEL, 2002:79).

Segundo Uziel (2002) religião, casamento e procriação sempre andaram juntos e é por isso que pessoas que “proclamam” o direito de se unirem sem a finalidade da procriação e ainda tentam desvincular o casamento da procriação, causam tanta estranheza. Essa autora, ao finalizar seu trabalho de campo e corroborando com as ideias de Bourdieu, introduz sua tese afirmando que as “categorias familiares” são ficções que satisfazem em determinado momento ou quando é preciso organizar o pensamento ou convencer alguém. Elas não precisam e nem devem servir de camisa-de-força. Afirma ainda que, a filiação é construída socialmente e legitimada pelo Direito, ou é construída pelo Direito, e a parentalidade por homossexuais faz parte deste universo.

Para Uziel (2002) a sociedade utiliza-se de leis e regras para se organizar e a legislação é fruto das demandas da sociedade, ao mesmo tempo em que serve para discipliná-la. Nas lacunas as respostas devem vir do poder judiciário, que é convocado a tomar decisões sobre situações não previstas em lei. Embora a regulamentação pelos direitos civis venha gradativamente acontecendo, não existe lei específica para a adoção por pessoas do mesmo sexo, o que torna a decisão ainda muito subjetiva de cada julgador.

Com a morte da cantora Cássia Eller, essas questões tomaram proporções midiáticas, aumentando a visibilidade das famílias homoparentais. A briga judicial entre o pai da cantora e de sua companheira culminou em uma série de reportagens e estudos acadêmicos, até porque a sentença foi favorável à companheira de Cássia. Já naquela

uma ou mais pessoas homo ou bissexuais, seja um pai ou uma mãe no singular ou um casal de pessoas do mesmo sexo.

época, pesquisas tentavam compreender este “fenômeno” ainda “raro” na história da sociedade.

Mais especificamente em 31 de outubro de 2002, Maria Eugênia, companheira (durante quatorze anos) da cantora Cássia Eller, após dez meses de disputa judicial com o avô materno, consegue a tutela definitiva de Chicão, filho biológico de Cássia. Chicão tinha nove anos de idade na época da morte de Cássia, mas teve a presença constante das duas mães desde seu nascimento. Embora essa decisão não tenha criado uma jurisprudência (pois se tratou de um acordo entre as partes) ela abriu precedente e despertou no Direito a tendência a considerar o amadurecimento das leis, acompanhando as transformações da sociedade. O entendimento permitiu uma decisão ousada da Justiça, reconhecendo, assim, as novas formações da família brasileira. Uma mulher teve garantido o direito de ser mãe do filho de sua companheira, ainda que não o tenha gerado. Garcia (2007:286) acredita que o fato da companheira de Cássia ocupar um lugar tradicionalmente feminino de mãe e dona de casa, favoreceu a relativa aceitação social do fato de obter a guarda do filho da cantora, o que provavelmente não ocorreria se Maria Eugênia questionasse a identidade tradicional da mulher do “lar”.

Uziel (2002) aponta que a realidade no Brasil, ainda é onde a maioria dos casais heterossexuais prefere adotar bebês recém-nascidos, brancos e meninas. Para ela, esta escolha deve-se da ideia de “quanto mais jovens menos vícios”, e também por assim conseguirem maior identificação com a criança, porém esta autora não identificou essa “segregação” nos pais/mães homossexuais, pois, segundo ela, eles só almejam “ser família”. Esta autora analisou oito processos de pedidos de adoção por homossexuais na Comarca do Rio de Janeiro/RJ. Dos oito pedidos, sete foram feitos por homens solteiros, que a princípio tentou “esconder” sua orientação sexual em razão desta não ser relevante no momento do estudo social - pelo menos assim é o discurso jurídico.

Os processos que envolviam homens e que mais tarde, nas entrevistas com assistentes sociais e psicólogos, se desconfiava ou revelava a orientação sexual (e um dos casos já existia presença do companheiro, que tentou ser escondida pelo adotante), o Ministério Público deu parecer desfavorável à adoção (os pedidos de adoção feitos por homossexuais masculinos era por uma criança específica: um menino, sendo dois casos de meninos acima de 10 anos de idade) e isso, segundo Uziel, remetia o imaginário, indiretamente, à perversão sexual. Os juízes, analisando as boas condições financeira e

social dos adotantes e o bem-estar das crianças e adolescentes (que até então viviam em instituições de abrigo) deferiu seis dos sete pedidos feitos pelos homens, discordando da posição do Ministério Público. O MP recorreu, mas teve todos seus recursos negados em segunda instância pelo TJRJ, não havendo a reforma da sentença dada em 1ª instância.

Um dos oito processos analisados por Uziel era de duas mulheres, que de pronto se revelaram como um casal. A autora acima também ressaltou que a homoparentalidade é mais facilmente aceita se for sem parceria, mas o casal de lésbicas citado, por serem mulheres e “naturalmente” aptas para o papel de “mães” não despertou a atenção da equipe que analisou favoravelmente o pedido, e assim tiveram seu pedido bem aceito pela equipe (assistente social e psicóloga) e deferido pelo Ministério Público e pelo Juiz. Ela frisa que aparentemente, a homossexualidade feminina suscita menos dúvidas e temores. “No Brasil, um homem homossexual almejar adotar um menino levanta suspeitas de abuso e exploração sexual, em especial se a criança tiver em torno de 10 anos”. (UZIEL, 2002:160).

Uziel (2002) conclui que funções parentais não exigem o exercício da sexualidade. “Seria o mesmo que usar o critério para julgar a competência profissional de alguém, sua capacidade para gerenciar conflitos, seu gosto por comida e gênero de filme”. (UZIEL, 2002:59). Para esta autora a maior parte dos abusos tem em seu agente pais biológicos e padrastos (sem se referir à orientação sexual). Crianças abandonadas e postas em adoção foram frutos de relações heterossexuais. Heterossexuais têm filhos homossexuais e o contrário também é verdadeiro. Essa autora finaliza afirmando que é fato que hoje, os homossexuais não ocupam apenas o lugar de filhos, mas também o lugar de pais, na estrutura familiar. A discussão a esse respeito não inaugura essa realidade social, apenas dá visibilidade a essa condição. E os dados de sua pesquisa apontam a necessidade de aperfeiçoar o trabalho de profissionais responsáveis pelo serviço de adoção, sobre gênero e sexualidade, garantindo o direito de todos os requerentes serem considerados, em princípio, da mesma forma.

Segundo Nathalie Reis Itaboraí, cientista social e pesquisadora de estudos de gênero, a família é, em princípio, lugar de amor gratuito e incondicional, lugar que alimenta a construção e descoberta do eu nas diferentes etapas da vida.

Itaboraí (2005) diz que uma forma normatizadora de família se deu através da punição de comportamentos tidos como desviantes em relação ao modelo que se pretende implementar. “Por muito tempo o adultério foi definido como crime, punido às vezes com morte, atualmente, a penalização do adultério é praticamente inexistente e a possibilidade do divórcio minimizou a importância desse crime” (ITABORAÍ, 2005). Assim, aconteceu com a homossexualidade, que foi desclassificada como doença e o termo “sexualismo” foi substituído por “sexualidade” e, atualmente, vários juristas concluem que família se baseia no afeto independente do sexo, sendo suas questões acolhidas nas Varas de Família, podendo citar os exemplos de sua pesquisa de campo onde envolve diversas adoções deferidas, mesmo que em grau de recurso.

O interesse pela maternidade/paternidade entre homossexuais começa a se tornar um fenômeno investigado na atualidade, ainda que a passos lentos. Uma pesquisa brasileira realizada pelo Instituto de Pesquisa e Cultura GLBT (2005), ao questionar sua população sobre o grau de importância atribuído à aquisição de direitos civis, mostrou que 60% dos homossexuais consideram muito importante o direito à adoção de crianças e 41% consideram muito importante o direito à inseminação artificial.

Miguel Vale de Almeida (1999) ao falar da figura da criança na sociedade contemporânea, revela a sobreposição dos pais sociais aos pais biológicos, onde os primeiros se tornam efetivos e os segundos, embora haja sempre a ligação de sangue, possam ser passageiros. Para este autor o exercício do parentesco não se restringe à procriação, pois envolve a produção da pessoa humana através da alimentação, da educação, concessão de um nome, etc., tarefas atribuídas por nossa sociedade às pessoas consideradas genitoras. Esta consignação deve ser feita através de nossas regras de filiação “A criança tem que ter dois pais que dão à criança nomes de família e nomes próprios, que exercem autoridade parental.” (ALMEIDA, 1999:164). Essa consignação é transmitida através de várias formas que as famílias assumem como, por exemplo, famílias adotivas ou famílias que recorrem à inseminação artificial, de modo a permitir ao pai social ser como o genitor.

Diniz e Borges (2007) apontam que, pensando na identidade sexual como uma construção social, que se articula numa perspectiva processual, percebe-se que a paternidade contemporânea, mais ativa, se dá devido a vários fatores, sendo um dos

principais o fato da inserção feminina no mercado de trabalho e das discussões promovidas acerca dos papéis sexuais e de gênero.

Amaral (2003), advogada especialista em direito civil e direito de família, levanta a questão do homossexual que vive em união estável, não regulamentada, usar do subterfúgio da adoção como solteiro para que esta seja mais facilmente deferida, tendo em vista que ao se fazer o “estudo social” na casa do adotante a sua orientação sexual não é fator relevante, aliás, não é fator a ser levantado no momento da entrevista. A autora Uziel (2002) justifica o fato dos adotantes “esconderem” sua orientação pelo receio de que esta seja um ponto desfavorável ao pedido, o que pôde ser justificado pelos indeferimentos do Ministério Público e, após o pedido deferido em instância superior, pelos constantes acompanhamentos pelas psicólogas e assistentes sociais, devido à “peculiaridade do caso,” o que nem sempre ocorre em adoções por casais heterossexuais. Para esta autora, isso por si só, já afirma que, no imaginário popular, a orientação sexual dos pais pode, de alguma forma, interferir no desenvolvimento da criança.

O Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza a adoção por uma única pessoa, não fazendo qualquer restrição quanto a sua orientação sexual. Então não é difícil prever a um homossexual que, ocultando sua preferência sexual, venha a pleitear e obter a adoção de uma criança, trazendo-a para conviver com quem mantém um vínculo afetivo estável. Nessa situação, quem é adotado por um só dos parceiros não pode desfrutar de qualquer direito com relação àquele que também reconhece como verdadeiramente seu pai ou sua mãe. Ocorrendo a separação do par ou a morte do que não é legalmente o genitor, nenhum benefício o filho poderá usufruir. Não pode pleitear qualquer direito, nem alimentos nem benefícios de cunho previdenciário ou sucessório, de forma que essa “não regulamentação” só traria prejuízos ao adotando.

Observa-se, através de consultas processuais, que os operadores do direito ainda acreditam que a figura feminina seria a mais adequada, com raras exceções, para cuidar dos filhos, tanto que poderemos facilmente constatar, através de consulta a processos judiciais, que na maioria das vezes as mães ficam com a guarda dos filhos nas separações judiciais. Desconstruir essas “verdades” sobre os papéis definidos para o pai e a mãe não é tarefa fácil, a visão do pai como bom, forte, honrado, viril e provedor e da mãe como cuidadora, afável e protetora já é algo muito enraizado e muitas vezes os

interesses particulares da família esbarram com as normas socialmente aceitáveis como modelo de família.

Queiroz (2003) salienta que, no início da vida o bebê tem uma relação muito forte com a mãe, como se fosse uma extensão desta, a inserção do pai na vida do filho se dá gradativamente, mas os homens vêm se engajando em ter um papel de mais completude em relação aos filhos. Esta autora questiona se seria “sexismo” por parte dos juízes em quase sempre dar a guarda às mães, tendo em vista que na contemporaneidade, pais e mães enfrentam problemas parecidos como falta tempo, dinheiro, cuidados domésticos, entre outros.

Este autor diz que se os homens sofrem discriminação, os pais gays sofrem duplamente, por serem homens e por serem pais, assim têm chances mínimas de conseguir a guarda dos filhos, pois perante os olhos da sociedade “poderiam atacar seus filhos, expô-los a situações ridículas ou influenciar na sua orientação sexual”. Outro obstáculo que alguns operadores do Direito costumam apontar na constituição das famílias a partir de casais homossexuais é a predominância de apenas um sexo e o receio de que o contato com o sexo oposto seja prejudicado. Assim, frisam a necessidade da criança/adolescente circular por diversos espaços para oferecer uma resposta diferente à realidade que vivenciam.

Pereira (2013) diz que “Família homoafetiva é uma expressão que foi inventada por nós. O Supremo Tribunal Federal para reconhecer essas relações foi com base no que escrevemos. Outra expressão nossa é a paternidade socioafetiva”. Para este autor os laços de sangue não são suficientes para garantir a paternidade e a maternidade, pois os laços de afetos são tão importantes quanto os biológicos.

Duas mulheres de Brasília me procuraram. Viviam juntas, desejavam ter um filho, mas sem ir ao banco de sêmen, porque queriam que o filho conhecesse o pai. Um casal de homens, amigos delas, também queria filho. Um deles doou o sêmen, uma delas, o óvulo, e a criança foi gerada por inseminação. Fiz o contrato de regulamentação de guarda. O menino tem dois pais, duas mães, oito avós, 16 bisavós. Isso é ruim pra criança? Não sei, ela vai ser feliz na medida do amor que receber. Isso é o que interessa. Sempre me indignei com as injustiças nas famílias, inclusive na minha. Meu avô materno tinha duas mulheres, e teve filhos com a esposa e com a companheira. As duas filhas “legítimas” foram retiradas dali para não conviverem com as filhas “ilegítimas” e mandada para a capital, Belo Horizonte. Já um dos filhos de meu avô materno teve filho com a empregada. Esse meu tio foi mandado para o Rio, e a empregada teve que casar com outro empregado. Tudo para

preservar a moral e os bons costumes. Para a família, tudo bem fazer de conta que aquilo não existiu, mas e aqueles parentes marginalizados e condenados à invisibilidade? PEREIRA (2013:8).

Maria Berenice Dias, jurista, primeira desembargadora do Rio Grande do Sul e vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFam, do qual é uma das fundadoras, é na contemporaneidade, uma pessoas mais engajadas nas lutas feministas e em prol dos direitos LGBT, tendo escrito diversos livros e sendo atuante, não só em seu estado, mas com inúmeras contribuições, como com seu site com artigos, relatos, jurisprudências, entrevistas e sugestões de obras. Para Dias “de todas as discriminações de que são vítimas os homossexuais, a negativa de seu direito de ter filhos, sejam adotivos ou oriundos de técnicas de reprodução, é a mais cruel.” (DIAS, 2006).

Partindo do pressuposto de que ideias e práticas são produzidas historicamente no interior das sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com todo o contexto dessas sociedades, acredito que a singularidade desta pesquisa está em problematizar e analisar as representações de família e a adoção homoafetiva em uma cidade pequena do Estado de Minas Gerais, conhecida também como “cidade de interior”, atravessada pela vontade e desejo de pares homoafetivos de constituírem família, bem como adotar crianças escolhidas como filhos na idealização de vivenciar o modelo de família preconizado por organizações e arranjos hegemônicos que estruturam tanto a sociedade quanto a identidade do sujeito. Ervália é uma cidade com menos de 18 mil habitantes e com aproximadamente 60% de sua população rural, que sobrevive em sua maior parte, da agricultura cafeeira.

2.5.TEORIA QUEER

Algumas vozes dissonantes com relação aos objetivos presentes dos movimentos gays e lésbicos na atualidade vêm, principalmente, da academia, em particular de teóricos queer⁴ como Judith Butler e Richard Miskolci – que ponderam que a luta

⁴Oficialmente a queer teory teve origem nos Estados Unidos em meados da década de 1980 a partir das áreas de estudos gay, lésbicos e feministas, tendo alcançado notoriedade a partir de fins do século passado. Fortemente influenciada pela obra de Michel Foucault, a teoria queer aprofunda as críticas feministas à ideia de que o gênero é parte essencial do ser individual e as investigações de estudos gays/lésbicos sobre o constructo social relativo à natureza dos atos sexuais e das identidades de gênero.

política pelo casamento seria uma resposta envergonhada do movimento gay e lésbico aos estigmas sociais que lhes foram atribuídos nas últimas décadas.

Faz sentido que o movimento gay e lésbico se volte para o Estado, dada sua história recente: a tendência recente para o casamento gay é, de certo modo, uma resposta à AIDS e, em particular, uma resposta envergonhada, uma resposta na qual a comunidade gay busca desautorizar sua chamada promiscuidade, uma resposta na qual parecemos saudáveis e normais e capazes de manter relações monogâmicas ao longo do tempo. (BUTLER, 2003).

Miskolci (2007) fala da resistência que temos ao novo, que quase sempre é visto como uma ameaça à ordem. Segundo este autor, na sociedade de risco, um pânico moral⁵ como o suscitado pelas relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo revela que as fronteiras morais são renegociadas na moeda do controle social.

A luta pela parceria civil entre pessoas do mesmo sexo é uma causa com grande poder de mobilização, mas também uma forma de “domesticação” das demandas de um movimento social que se depara com uma atmosfera de intolerância crescente. Esse autor fala do controle social e do medo social às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo: ameaçadoras. “(...) *No caso do casamento gay é necessário reconstituir historicamente o temor com relação a gays e lésbicas que marca a rejeição deste direito que há algumas décadas pareceria um puro e simples paradoxo já que a identidade gay e o casamento eram visto como opostos.*” (MISKOLCI, 2007:103).

Vivemos em uma sociedade marcada pela percepção de que a modernidade aumenta a exposição da coletividade a perigos. Miskolci ainda diz que alguns movimentos homossexuais emergem marcados por valores de uma classe média letrada e branca, ávida por aceitação e até mesmo incorporação social que, provavelmente de forma inconsciente, parece tentar criar uma imagem aceitável de homossexualidade, diferentemente do movimento queer que critica as exigências sociais e às convenções culturais. A regulamentação estatal das relações entre pessoas do mesmo sexo também

⁵Para Miskolci o casamento gay é um exemplo de pânico moral. Foi diante de um pânico sexual gerado pelo HIV que este se estabeleceu. A família nuclear burguesa padrão jamais foi um modelo social generalizado e, antes de tudo, sempre foi um padrão acessível apenas às classes mais abastadas. Os primeiros países a concederem a parceria civil a pessoas do mesmo sexo o fizeram na década de 1980, sob a justificativa de que esse direito incentivaria a constituição de relações estáveis e coibiria o avanço da epidemia de AIDS. Além do enquadramento das relações a um modelo, algo por si só questionável, a parceria civil se tornou o novo alvo daqueles que se opõem à extensão da equidade de direitos a gays e lésbicas.

traria consigo outras questões para a sociedade e para os próprios gays e lésbicas. Aparentemente, além de enfrentar o estigma da promiscuidade sexual, o casamento gay responderia ao temor coletivo e a parceria civil poderia diminuir o estigma de promiscuidade.

Os teóricos queer ainda afirmam que o poder do Estado está disceminado em todas as esferas da sociedade, o comportamento tido como pejorativo e inferiorizado não se trata de negar os desejos (por mais estranhos que possam parecer), mas de organizá-los e vigiá-los. O Estado deseja impor os papéis hegemônicos quanto à relação monogâmica, ao amor fiel entre os casais, ao casal estável que adota crianças, bem como a eliminação de todas as práticas consideradas moralmente perigosas ou sexualmente excessivas.

Inspirados no Panoptismo de Foucault, estudiosos desta teoria afirmam que estamos na época do voyerismo, onde o poder do Estado foi disceminado pela sociedade e cada um observa e julga a vida do outro para se certificar se estes estão cumprindo às normatizações. Foucault, em algumas entrevistas dedicadas a homossexualidade, defende explicitamente, a ideia da busca por formas de relacionamento no universo homoerótico que fuja às relações hegemônicas institucionalizadas, inventando uma forma de amor e de se relacionar, alternativas que fujam ao fortalecimento do modelo familiar e das instituições que o acompanham. A obra de Foucault representa uma tentativa de oferecer às discussões acerca da sexualidade um caráter político, entendendo-a como instrumento de massificação e submissão a normas, regras e imposições sociais.

Segundo Rodrigues (2006) as transgressões não são vistas como idênticas ou igualmente graves. No nível das pessoas envolvidas nas relações sociais, acredita-se que o sujeito que possui um traço desviante é também possuidor de outros traços desviantes, estima que adquire um valor simbólico e tende a atingir, inclusive, as pessoas que estão próximas ao indivíduo transgressor.

(...) quem avança um sinal de trânsito ou um homem solteiro que pratica relações sexuais ou outros pequenos deslizes servem para ilustrar as imperfeições do homem profano. Por outro lado, tendemos a ver como marginais quem cometer crimes como homicídios, roubos, estupros, chegando a negar-lhes qualquer faculdade de humanidade: ferem-nos em algo socialmente muito valorizado (...) ao sujeito que viole um tabu, o grupo poderá matá-lo, expulsar ou prender, num gesto de salubridade

mística que tem a função de isolar do grupo e protegê-lo do perigo a que foi submetido. (RODRIGUES, 2006:39).

Ainda, segundo Rodrigues (2006) pela natureza de seu espírito o homem não pode lidar com o caos e seu maior medo é defrontar-se com aquilo que não pode controlar, por meios técnicos ou simbólicos. A possibilidade de que as categorias venham a perder o controle que exercem, ou parecem-lhe exercer, sobre o mundo repercute como verdadeiro pânico. Por essa razão, o homem reconhece a existência de algo intrinsecamente bom e virtuoso na lei e na ordem.

Miriam A. Maki (2005), gerontóloga, estudou especificamente o processo de envelhecimento em homossexuais e afirma que “é preciso que haja uma trégua entre a heterossexualidade e a homossexualidade, é preciso que haja uma revisão sobre o assunto, refazendo-o e despindo-o das crenças e estereótipos”. Para ela a construção social sobre o homossexual como um ser “espalhafatoso” ou “totalmente ligado ao sexo” é equivocada, precisando que se trabalhe, desde cedo, nas escolas e famílias, a valorização da diversidade como algo enriquecedor e não ruim. Esta autora fez entrevistas com homossexuais e heterossexuais sobre o que considerariam importante no relacionamento e percebeu-se pelos resultados que há grande valorização pelo público homossexual na estabilidade afetiva e econômica do relacionamento em detrimento de tantas outras coisas, valorizando o companheirismo e a manutenção do relacionamento como forma de maior tranquilidade e segurança na velhice.

3- ERVÁLIA: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=542389379175555&set=a.326722237408938.75411.100002134948962&type=1&theater>

Ervália⁶ é uma cidade localizada na Zona da Mata, sudeste de Minas Gerais, entre as cidades que envolvem o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – umas das maiores reservas de Mata Atlântica – que foi incluído no Projeto Reserva da Biosfera da ONU, ao lado dos parques nacionais do Caparaó e da Serra dos Órgãos e do Parque Estadual do Rio Doce.

Os dados censitários do IBGE em 1999 sobre a Zona da Mata mineira indicam que esta é composta de 142 municípios. Dessas, 131 tem população com menos de 30 mil habitantes, 10 entre 35 e 100 mil habitantes e apenas uma com mais de 100 mil.

Atualmente, a cidade de Ervália conta com 18.855 mil habitantes sendo 14.642 mil votantes de acordo com dados do IBGE⁷. Destaca-se que a população urbana é de aproximadamente 40% e a rural de 60%. Essa população rural se encontra estabelecida

⁶Em 1693 (aproximadamente) se deu a entrada da Bandeira de Antônio Rodrigues Arzão na região “do Casca” (Casa de Casca) que posteriormente passou a se chamar Capela Nova devido a uma capelinha construída por volta de 1820, onde se encontra atualmente a Praça Getúlio Vargas. Em 1839 o Povoado de Capela Nova é elevado a Distrito, com o nome de São Sebastião dos Aflitos. Em 1853 São Sebastião dos Aflitos é elevado a Freguesia, desmembrando-se do município de Ubá e passando a pertencer a Viçosa. Em 1886 passa a denominar-se São Sebastião do Herval, em homenagem ao Marquês de Herval (Manoel Luíz Osório) herói da guerra do Paraguai e em 1923 tem o nome simplificado para Herval. Em 1938 houve a criação do município de Herval, desmembrando-se de Viçosa. É nomeado o primeiro prefeito, Dr. Waldir Laperrière. Em 1943 - o governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, muda o nome da cidade para Ervália para diferenciar de outras cidades que também tinham nome do Marquês. Em 1955 Ervália passa a ser uma Comarca, na gestão do prefeito José Caetano de Mattos.

⁷ Dados referentes ao último censo de 2009: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 04-05-2010

em cinco distritos: Santa Cruz dos Godinhos, o mais próximo da cidade; Ventania, Santa Terezinha, São Francisco das Chagas – Careço e Dom Viçoso – Grama, o mais afastado do centro urbano e em outras comunidades rurais de menor porte. Ervália está localizada numa região montanhosa, com flora exuberante, com destaque para o Parque Ecológico do Brigadeiro, uma das últimas reservas da Mata Atlântica em Minas Gerais e faz divisa com os municípios de Coimbra, Araponga, São Miguel do Anta, Canaã, Rosário de Limeira e Muriaé. Em 18 de abril de 2007, quando cheguei a Ervália pela primeira vez, me encantei pela região montanhosa, de clima frio (temperatura média anual: 19,4 C°) e vegetação exuberante, com longos e verdes campos de pés de café, forrando todos os arredores da cidade.

No final do século XVII se dirigiram para a região do Casca, zona da mata mineira, colonizadores em busca de metais preciosos que deram início ao povoado de Capela Nova. Aos poucos essa busca foi substituída pelo cultivo de café. Em 1839 o povoado passou a Distrito designado São Sebastião dos Aflitos, passando a se chamar São Sebastião do Herval. Já em 1938, o Distrito foi elevado à categoria de cidade com o nome de Herval, porém, em 1943 passou a se chamar Ervália para se diferenciar de outras cidades que eram homônimas. Em junho de 1955, no governo de José Caetano de Mattos o município passou a ser uma Comarca. (RODRIGUES, 2010:09).

Ervália é chamada por seus habitantes de “Cidade do Café”, pois ali se planta e exporta grande quantidade de café de muita qualidade, inclusive o famoso “Café Braúna” é cultivado na vizinha Araponga, mas pertence a uma família “Mattos” de Ervália. Seus habitantes se orgulham de ter o melhor café da região. Outras atividades relacionadas à agropecuária são o cultivo de milho, feijão, cana-de-açúcar, a criação de gado leiteiro e de corte. Assim, na economia destaca-se fortemente na produção e exportação de café na área agrícola e confecção e exportação de roupas (moda praia) na área industrial.

A imagem que ilustra a abertura desde capítulo se refere à chegada da cidade de Ervália, onde podemos notar que é ressaltado artesanato local, marcado na cidade pelas inúmeras confecções de biquíni e peças manuais de palha e madeira, feitas pelos artesãos locais, que eram expostos no antigo Centro Cultural, que ficava localizado entre as duas praças centrais da cidade. Este espaço era cedido pela prefeitura aos artesãos locais que se revezam para ficar no local. Voltando recentemente ao Centro Cultural, fui informada que o mesmo foi fechado pela atual gestão e que o espaço foi disponibilizado para biblioteca municipal, mas que, provavelmente, será reaberto em outro local.



Fonte: http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativo.aspx?cod_destino=452

No caminho Coimbra/Ervália encontra-se uma pequena igreja, localizada próxima à divisa dos municípios, na localidade denominada “Quartéis”. Com características de capela rural, nesta igreja é celebrada missas para os moradores desta localidade rural, que fica bastante afastada do centro da cidade de Ervália.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/26819952>

Abaixo o hino da cidade de Ervália faz referência à natureza local e à religiosidade local.

HIPO DE ERVÁLIA

(Vicente Caetano de Mattos – 1969)

Tu surgiste das margens fecundas
Do Turvão, nas formosas gerais
teu relevo são verdes colinas
rendilhadas de mil cafezais.
Tens o clima, o perfume das serras
E a candura do gênio do bem.
Tens a brisa serrana das matas
que outras plagas⁸ por certo não têm.

Busca o povo a riqueza dos campos
e teus jovens, na escola o saber.
Todos cantam a Deus nas alturas
céus e terras te fazem crescer.
És mineira nos campos, nas ruas,
na batalha, nas horas de paz,
das entranhas maternas de Ervália
surge um povo feliz e audaz.

Guarda Ervália cuidosa memória,
bem profunda em teu coração,
foi Rodolfo que em tempos passados
te legou a gentil tradição
de trabalho, honradez e virtude,
te legou este duplo ideal,
ter a Pátria por mãe carinhosa,
ter o Cristo por nosso fanal.

A observação direita participante foi feita durante o tempo em que residi na cidade de Ervália, onde foi observado principalmente o costume local, representado pelas suas construções, monumentos e análise dos discursos.

Desde o ano de 2007, quando tomei posse do meu cargo no fórum local da cidade de Ervália faço pequenas observações. Naquela comarca, por ser justiça de primeira instância – aquela que está mais próxima do povo – atendemos diretamente as pessoas no balcão da secretaria, em especial as pessoas simples da zona rural, que chegam para pedir alguma informação sobre como entrar com processos, ou mesmo para apenas contar seus problemas, com a esperança de que possamos resolvê-los sem que tenham entrado sequer com o devido processo local.

Embora Ervália esteja tão próxima à Viçosa – apenas 37 quilômetros separam as duas cidades – existe uma estranha diferença entre elas, não só em relação à Viçosa, mas em relação a todas as das cidades vizinhas, que, só quem vive em Ervália consegue

⁸ Significado de plagas: região.

perceber. Seus moradores se esforçam para manter tradições, costumes e a política local; valorizam sua cultura e se orgulham de zelar pela honra – não deixando que entrem “modernidades” que possam abalar tais valores. Algo que me chamou atenção foi o fato de que – diferentes das cidades vizinhas onde é comum os nativos frisarem que nasceram em Viçosa ou outra cidade um pouco maior – em Ervália os nativos se orgulham de serem ervalenses.

Poderia dizer ainda que, é uma cidade onde os costumes se sobrepõem às normas e alguns de seus habitantes resistem às mesmas, o que pode ser ilustrado pelo grande número de homicídios que ocorrem regularmente, fundamentados em questões de honra (crimes passionais envolvendo inimizades, traições, rixas pessoais, entre outros).

Como aproximadamente 60% de seus habitantes são da zona rural, considero, pela convivência e observações, que são pessoas religiosas – mantêm práticas confessionais, vão às missas regularmente, participam de procissões, regram pelos dias santos e muitos observam o santo do dia para escolher o nome nos filhos – de valores diferenciados das pessoas de uma “cidade grande”. Grande parte da população têm hábitos considerados simples como: ainda usam cafeteira de alumínio e coador de pano; compram tecidos, em uma das duas lojas de tecidos do centro, para confeccionarem suas próprias vestimentas; vão às missas matinais de domingo, realizada na igreja matriz de São Sebastião, levando os filhos e, por muitas vezes andando quilômetros a pé, em razão das zonas rurais diversas serem distantes do centro da cidade.

A cidade tem duas praças centrais: a Praça Artur Bernardes, onde se localiza a Delegacia da Polícia Civil, a Prefeitura Municipal, o Fórum Felício Vasconcelos, uma casa lotérica, o Banco do Brasil (próximo) e alguns cartórios e a outra Praça: Getúlio Vargas onde se localiza a Phocus Dance – uma espécie de boate e danceteria e a Igreja Matriz de São Sebastião, sendo que esse é o santo padroeiro da cidade.

Localizada na Praça Getúlio Vargas, a Igreja Matriz – católica⁹ – se destaca pelo tamanho de sua nave central. Possui 80 metros de comprimento por 23 metros de

⁹ Na cidade de Ervália também existe algumas igrejas evangélicas tais como: Maranata, Assembleia de Deus, entre outras, sendo que possui uma pequena parcela da população adeptos a essas igrejas, sendo, porém em sua maioria católicos. No centro da cidade também se encontra o Centro Espírita Caminho de Luz, frequentado por muitos moradores, inclusive alguns católicos,

largura, uma das maiores igrejas do País e considerada a maior de Minas Gerais. O santuário se destaca na história da cidade por estar na mesma praça onde, primeiramente, foi construído um Cruzeiro, pelos colonizadores de Ervália. Depois uma capela, com o nome de Capela Nova, que originou o primeiro nome da cidade. A obra, em estilo moderno, foi iniciada no ano de 1967 e concluída em 1972, pelo monsenhor Joaquim da Silva Guimarães.

No altar-mor da Matriz encontram-se guardadas as Relíquias de São Vitorino e Santa Paulina Mártir. O local é muito visitado pelos fiéis durante a Semana Santa e a Festa de São Sebastião, padroeiro da cidade.

Abaixo algumas imagens da igreja Matriz de São Sebastião, internas e externas, onde podemos observar ela não segue o modelo tradicional de igreja católica.



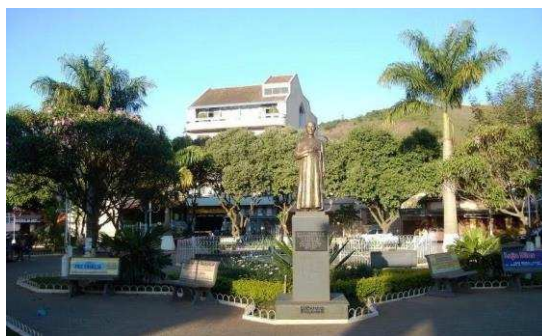
Fonte: http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativo.aspx?cod_destino=452



Fonte: <https://ssl.panoramio.com/photo/75225511>

homossexuais, pessoas com dificuldades diversas, tendo em vista que o “Caminho de Luz” faz um trabalho social muito frequente na cidade, doando cestas básicas, agasalhos, remédios e sempre estando envolto em palestras com o intuito de ajudar pessoas com dificuldades emocionais, psicológicas e dependentes químicos.

Estátua de Monsenhor Rodolfo



Fonte: <https://ssl.panoramio.com/photo>

A estátua do Pároco de Ervália, monsenhor Rodolfo Augusto de Oliveira Lima, fica próxima ao Monumento dos Anjos. A escultura é uma homenagem por sua grandiosa atuação junto à comunidade e pelo reconhecimento da sociedade ervalense por seus feitos.

A obra foi Idealizada pelo padre Theóphilo Lopes de Andrade e inaugurada no dia 1º de janeiro de 1957. Por ser um marco para os cidadãos de Ervália, o local escolhido foi o coração da cidade: a Praça Getúlio Vargas. A estátua é um bem tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, sob a proteção da Lei Municipal nº 1.227/2003 e do Decreto nº 006/2003.

Abaixo uma imagem interna e outra externa da boate Phocus Dance - estranhamente pude observar que igreja e boate se encontram muito próximos, sendo separados apenas por uma farmácia e uma pequena ruazinha de mão única.



Fonte: http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativo.aspx?cod_destino=452

Na Praça Getúlio Vargas, em frente à igreja, ainda pude observar duas esculturas chamadas: O monumento dos Anjos. As esculturas foram esculpidas em

mármore de Carrara, na Itália, por volta de 1920, por monsenhor Rodolfo Augusto de Oliveira Lima – pároco da cidade por 53 anos. Em suas mãos estão cornetas – um convite à oração – que atraem os olhares de admiração dos moradores e dos visitantes.

Os monumentos são tombados pelo Decreto nº 008/007, sujeitos à proteção especial, de acordo com a Lei Municipal nº 1.227, de 19 de fevereiro de 2003.



Fonte: <http://www2.cidade-brasil.com.br/foto-ervalia.html>

Um atrativo interessante da cidade é a Biquinha D'água, situada na Rua Monsenhor Rodolfo, próxima à Praça Getúlio Vargas. A Biquinha, que existe antes mesmo da rua onde se encontra, foi encanada e é utilizada pelas pessoas que moram ou visitam a cidade nas festas, missas e durante as compras. “Quem bebe a água da Biquinha não sai de Ervália; vai, mas *volta*.” Essa é a crença dos moradores de Ervália e assim eles divulgam este atrativo aos seus visitantes.

Outro mito envolvendo a biquinha diz que “A moça ou o rapaz que chega a esta terra e bebe água da Biquinha arranja casamento”.



Fonte: http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativo.aspx?cod_destino=452

Outra fonte de curiosidade é o cemitério localizado na Rua Andrades Irmãos, bairro central e nobre da cidade, onde o cemitério extenso é cortado por esta rua, de grande circulação de veículos, ficando um pedaço do mesmo numa parte alta e sua continuação numa parte mais baixa com uma capela mortuária ao lado. Perguntei a uma nativa sobre o motivo da separação do cemitério fui informada de que ele começou na parte baixa, e como o terreno foi insuficiente para atender a demanda de covas e tumultos, houve uma “continuação” do mesmo do outro lado da rua, na parte mais alta, sendo esta parte somente uma continuação do cemitério.

É comum conforme já citado, tanto na cidade quanto na zona rural, se ouvir falar da preservação da “moral e dos bons costumes”, sendo que na Comarca de Ervália, que abrange também a cidade de Araponga – é comum que aconteça com frequência crimes em “nome da honra” e homicídios por pequenos atritos e discussões, o que deixou estas cidades (Ervália e Araponga) com fama nas redondezas, de ter “gente brava”.

Conforme já citado ainda, é uma característica tanto da cidade quanto da zona rural e se sentir orgulhoso de ser ervalense, repudiando quaisquer comentários que tente diminuir a cultura local. Quem é de outra cidade e vai residir em Ervália consegue perceber certa hostilidade inicial, até que se adapte e se adeque aos modos de vida da cidade. Certa vez, ouvi de uma colega, que também chegou à cidade há alguns anos: *“seremos sempre forasteiros para os que nasceram aqui”*. Talvez seja essa uma das diferenças que ainda tenho dificuldade em distinguir, já residi em cidades interioranas, e os moradores não sentiam esse orgulho de ser de tal cidade ou, sequer a defendia, pelo contrário vejo que muitos moradores das cidades vizinhas afirmar serem viçosenses, por ter nascido em hospital de Viçosa/MG, já que na época sua cidade não tinha hospital, mas em Ervália isso não acontece inclusive os que foram para lá ainda crianças, querem ser ervalenses.

A Capela Nossa Senhora do Rosário, em estilo moderno e original, guarda linhas gerais da arquitetura sacra e decorações em gesso. Possui uma bela imagem de Nossa Senhora do Rosário, toda em madeira e com um rosário de prata. No mês de outubro, mês consagrado à Virgem do Rosário, acontece uma peregrinação.

Esta Capela se destaca por sua escadaria extensa, cercada por um jardim e um balaústre, sendo frequentemente visitada por turistas. Logo abaixo da escadaria da igreja

temos a “Pracinha do Rosário”, onde vemos um jardim bem cuidado e banquinhos de cimento. Essa praça fica quase sempre vazia, tendo em vista que este é um bairro residencial um pouco distante das duas praças centrais.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/26819952>

Capela Nossa Senhora Aparecida



A capela de Nossa Senhora Aparecida foi construída por Gabriel Tânios Yásbeck, como agradecimento pelo milagre ocorrido em ocasião de um grave acidente na Serra da Crindiúba, a nove quilômetros da cidade. O caminhão de Gabriel transportava madeira e perdeu os freios. O homem invocou a Nossa Senhora Aparecida e, de acordo com seu testemunho, o veículo conseguiu parar; exatamente nesse local, foi construída a capela.

A imagem da santa foi esculpida por Maria Thereza Rangel, amiga da família de Gabriel Yásbeck. No dia 12 de outubro de 1964, a capela foi inaugurada e consagrada. Todos os anos, nesse mesmo dia, há uma peregrinação de fiéis para agradecimentos e pedidos. Durante o evento, as pessoas prestam suas homenagens com caminhadas e uma tradicional cavalgada. Os cavaleiros percorrem as ruas da cidade com a imagem da santa.

O monumento ilustrado abaixo se encontra no centro de Ervália. O conjunto paisagístico “Santo Cristo” é um marco referencial na paisagem da cidade e possui muita importância na história cultural, arquitetônica e social do município. O monumento possui grande significado religioso para a população e sua preservação, em sua composição, original visa preservar esse significado.

Todas as vezes que tentei visitar este monumento o encontrei fechado, tendo em vista que existe um portão de acesso limitando o acesso, assim a classifiquei como inacessível. Olhando-a sempre de fora, poderíamos achar um tanto misterioso, por sua estrutura muito antiga, chegando a necessitar de cuidados.



Fonte: <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/75225870.jpg>

Abaixo vemos a Igreja católica de São Judas Tadeu. Ampla, construída de pequenos “tijolinhos” e telhado ecológico, essa Igreja quase sempre se encontra fechada, sendo também frequentemente inacessível ao público.



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/amarildo/2218232205/>

No centro e bairros centrais da cidade vemos muitos prédios, em sua maioria com sacadas e revestidos de pastilhas (como pequeninos azulejos) – o que atribui ao fato da cidade estar cercada por zona rural e montanhas, gerando muita poeira amarela, o que facilmente pode ser percebido por todos que chegam.

Uma parcela de moradores do centro da cidade destoa da população dos bairros e zona rural, pelo maior poder econômico ou mesmo status mantido pelo sobrenome, bem como pelo uso de roupas de grife, de modos mais polidos. Preocupam-se com a boa educação e quase sempre mandam seus filhos estudarem nas universidades de outras cidades, principalmente na Universidade Federal de Viçosa. São as famílias com sobrenomes considerados tradicionais na cidade como: Mattos, Rezende, Iásbeck, Dias, Caetano, Godinho, entre outros.



Fonte: <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/23266955.jpg>

De 11 a 20 de janeiro, envolvidos por um clima de oração, centenas de fiéis católicos em Ervália, participa da novena em honra ao Padroeiro da cidade, São Sebastião. Evento que envolve missas, na igreja matriz, novenas e procissões. A religião católica da cidade conserva ainda em suas missas, procissões e ritos, uma forma bem tradicional, o que atrai a população rural e os mais idosos, porém afasta as pessoas mais jovens e destoa no novo modelo intitulado “renovação carismática” muito presente no catolicismo das cidades maiores.

No dia 20, último dia de comemoração, é dia da grande festa, às 6 horas da manhã os fiéis se reúnem na matriz para a reza do terço e Celebração Eucarística por todos os falecidos da paróquia. Às 10 horas, é realizada a missa pelos ervalenses ausentes e comunidades; às 12 horas leilões; às 19 horas, procissão com a imagem de São Sebastião, e logo após, Missa Solene, terminando assim os festejos em honra ao Padroeiro.



Fonte: <http://www.arqmariana.com.br/?p=17441>

Abaixo vemos fotos da Praça Artur Bernardes, onde está localizada a Prefeitura, a Delegacia da Polícia Civil, o Fórum Felício Vasconcelos. Nesta praça é comum vermos muitos homens, com seus chapéus e cigarros de palha, sentados nas praças “papeando” durante dias de semana; charretes e carros de boi disputam as ruas com carros, motos e bicicletas, deixando o trânsito um tanto confuso, sendo que não há faixas de pedestre ou muitas sinalizações.

Com prédios antigos e simples, o fórum se destaca por ser o mais amplo e cercado por um jardim e muitas palmeiras. O prédio da prefeitura é motivo de curiosidade, pois segundo alguns moradores, dependendo do grupo que ganha à política local (Rosca Seca ou Pão com Bucho – termos que serão explicados mais adiante), a prefeitura é novamente pintada de verde ou azul.



Fonte: <http://silvanalves.com.br/site/04/2012/regiao-visitamos-eralvia-a-53-km-de-muriae/>

Ervália possui apenas um hospital, chamado HJCM – Hospital Jorge Caetano de Mattos e um pequeno Posto de Saúde (que atende pelo SUS – Sistema Único de Saúde). Muito poucas vezes consegui atendimento no HJCM - tendo em vista que tenho o plano de saúde IPSEMG – Instituto de Previdência dos servidores de Minas Gerais. Durante o tempo que residi em Ervália não consegui decifrar se tal hospital se tratava de uma instituição pública ou privada, e quando perguntei a alguns moradores, só respondiam que se tratava de uma longa história. Somente há duas semanas pude ler o trabalho de monografia de Thaís F. Rodrigues (2010), cidadã ervalense, e pude compreender que o referido hospital foi por muitos anos – se ainda não é – motivo de brigas e disputas políticas entre grupos políticos, sendo apontado como máquina de angariar votos e comitê eleitoral.

A cidade possui uma tradicional Banda de Música chamada “Lira de São José”, composta pelo maestro Luciano e vários jovens voluntários, sendo que a maioria por anos se aperfeiçoam em algum tipo de instrumento, se dedicando a ensaios semanais. Além de se apresentar nas festas religiosas e eventos cívicos da cidade de Ervália, a Banda Lira de São José viaja constantemente com seus integrantes, em um micro ônibus, para tocar em eventos de encontro de bandas realizados em cidades vizinhas. Durante o tempo que residi na cidade de Ervália meu filho tocava saxofone na referida banda, chegando a viajar algumas vezes com a banda.

As músicas tocadas eram em sua maioria clássicas e canções que marcaram época, nacionais e internacionais, como: Yestarday, My Way, A Banda, Garota de Ipanema, Coração de Estudante, Primavera, entre outras. Canções como Hino Nacional e canções religiosas eram tocas somente em eventos e cerimônia locais.



Fonte: http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/Minas_Gerais/Coimbra/photo1168237.htm

Outra imagem presente na foto de chegada da cidade faz referência às cachoeiras de Ervália. Sendo que ali há várias: da Usina; do Careço; da Grama; da Milita; dos Macacos; dos Machado; dos Brazinho; do Bagaço; do Tombo; dos Godinhos e dos Godofredos, sendo que várias se encontram dentro de propriedade privadas, o que dificulta o acesso dos moradores e visitantes.

Próxima à cidade de Ervália está à universitária cidade de Viçosa/MG, que também é uma cidade com costumes e cultura própria de “interior”. A cidade de Viçosa recebe em sua universidade federal em torno de 15 a 20 mil habitantes, que aqui residem durante sua formação acadêmica e a cultura da cidade parece se confrontar com a cultura e costumes dos estudantes, que em sua maioria, vêm das mais diversas localidades e até mesmo de outros países, trazendo características próprias de suas culturas e costumes.

A Universidade Federal de Viçosa é percebida por muitos moradores das cidades pequenas como “centro de acesso ao saber e a modernidade” para seus filhos. O acesso ao conhecimento que produz significa mais que aquisição/construção de conhecimento ou um diploma que pode levar a ascensão profissional. Significa buscar a suposta aquisição de um capital cultural que é pressuposta como sendo capaz de modificar as condições sociais e econômicas. É interessante que isso se faz sem ter que sair da pequena cidade. Essa busca da cultura legitimada das grandes cidades acontece sem correr os riscos de perder o que a polaridade positiva indicada no trabalho de Prado, garante à pequena cidade em oposição a grande cidade: calma, segurança, solidariedade e reconhecimento.

3.1. A POLÍTICA EM ERVÁLIA: ROSCA SECA E PÃO COM BUCHO

A política em Ervália, como na maioria das cidades vizinhas, é disputada quase sempre por dois grupos políticos, onde os eleitores são veementes em defender seus candidatos, muitas vezes não os ligando a legendas e sim a tradição política daquela cidade, onde estão atreladas inúmeras relações de poder, onde figuram senhores fazendeiros, empresários, famílias tradicionais, deputados e outros políticos. Ocorre que, na cidade de Ervália, a política também tem um “q” diferente, que tentarei explicar brevemente neste subcapítulo, utilizando como principal fonte de informações a monografia da Prof.^a Thaís F. Rodrigues, cidadã ervalense, bem como relatos de moradores e meu convívio durante estes anos em Ervália, onde acompanhei a eleição de 2008 de perto e participei como eleitora e fiscal – a serviço do judiciário – na eleição de 2012.

Segundo Rodrigues (2010) a história política da cidade, extremamente peculiar e interessante, “(...) envolve dois grupos políticos se formaram por volta da década de 1920 e desde então determinam a dinâmica da cidade em todas as relações de poder. Toda a cidade, voluntariamente ou não, é atingida e, de certa forma, obrigada a ter um posicionamento frente ao que lhes é apresentada, numa espécie de habitus adquirido.” (RODRIGUES, 2010:02).

Ainda segundo esta autora, as relações sociais estabelecidas em Ervália são pautadas, muitas vezes, previamente pelos grupos políticos. “Assim, círculos de amizades, relacionamentos amorosos, bares e outros estabelecimentos frequentados, cor de roupas, pinturas de casas, entre outros inúmeros exemplos, são condicionados e rivalizados entre os ‘Pão com Bucho’ e os ‘Rosca Seca’”. (RODRIGUES, 2010:21).

(...) Numa espécie de ação e reação durante a campanha política dos dois candidatos e dos vereadores que os apoiavam foram criados apelidos depreciativos para os grupos políticos. Aquele grupo que apoiava Getúlio Vargas passou a ser chamado de Poaia¹⁰ e o outro, o que apoiava Arthur Bernardes, de Tiririca¹¹. Rapidamente as pessoas incorporaram as novas denominações e começaram a se chamar por tais nomes nas eleições que se seguiram. (RODRIGUES, 2010:11).

¹⁰ A Poaia é uma planta medicinal denominada *Cephaelis ipecacuanha* muito comum e de fácil reprodução na Zona da Mata mineira; é utilizada e recomendada para casos de diarreia, assim como para induzir ao vômito, além de possuir um forte cheiro.

¹¹ A Tiririca, cientificamente chamada *Cyperus rotundus*, é uma das principais plantas daninhas presente no mundo todo e também se reproduz com muita facilidade. Ela reduz a produção agrícola em 40% em média, podendo chegar a 90% no caso de hortaliças.

Em Ervália, essa disputa política para prefeito se tornou praticamente uma tradição local, pois os dois grupos são divididos historicamente, por cores e apelidos, hoje de um lado está os “Pão com Bucho¹²” (antigos Tiriricas) simbolizado pela cor azul e de outro os “Rosca Seca¹³” (antigos Poaias) simbolizado pela cor verde. Os eleitores defendem ardorosamente e irracionalmente seu “partido” como se tratasse de uma questão de honra.

Os grupos políticos possuem cores que os caracterizam e determinam num código plenamente entendido pela população. Para se identificar um “rosca seca” em época de eleição basta encontrar algo da cor verde em seu traje. Em contrapartida, algum “pão com bucho” estará sempre apossando para si a cor azul. Analogias com o verde das plantas e o azul do céu são feitas para legitimar “a grandeza” de um grupo em relação ao outro. (...) Desde 1992 até os dias atuais tem-se a configuração Pão com Bucho contra Rosca Seca. A rivalidade e o apoio incondicional, às vezes irracional, por parte de alguns integrantes dos grupos continuam as mesmas ou até mais acirradas do que nos tempos dos Irmãos Andrade e Américo Taveira lá no início do século XX. Como se andasse em círculos Ervália continua com as mesmas questões, numa aparente falta de vontade e disponibilidade de mudança. (RODRIGUES, 2010:12-13).

Insta frisar que, os apelidos referidos, não se tratam de partidos específicos, mas de dois grupos políticos, formados por coligações partidárias. O grupo “Pão com Bucho” é formado pelas legendas PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e pelo PR (Partido da República). Por sua vez, o grupo “Rosca Seca” é composto pelas legendas DEM (Democratas), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PPS (Partido Popular Socialista) e PP (Partido Progressista).

Uma das figuras políticas mais influentes e determinantes na dinâmica da cidade é o ex-deputado federal e secretário de Estado do Governo Aécio Neves, Danilo de

¹² Na comemoração Tiririca da vitória de Dr. Júlio no final de semana seguinte à eleição em um sítio seria servido churrasco, no entanto, as pessoas começaram a pegar os espetos com as carnes e levarem para suas casas, logo, a comida foi ficando escassa. Como isso seria inadequado devido ao consumo de bebidas alcoólicas sem alimentação durante o festejo, os organizadores decidiram servir pão francês recheado com carne moída de segunda, parte inferior de qualidade e mais barata do animal. Só que mesmo a carne moída era escassa e teve que ser racionada, desse modo, a chacota em torno do churrasco sem comida suficiente se espalhou e o grupo passou a ser chamado de “Pão com Bucho” ou “Pão com Epa”, pois quando se mordida o pão e não tinha recheio a pergunta feita era “Epa, cadê a carne?”. (RODRIGUES, 2010:11).

¹³ Suspeitas de fraude no resultado das eleições municipais de 1992 por parte do grupo político Poaia levaram centenas de cidadãos à porta do Fórum da cidade em um protesto projetado pelos companheiros políticos do pretendente derrotado neste pleito Dr. Liesse Aburjaile. Como o protesto já durava muito tempo e algumas pessoas eram das comunidades rurais, o que os impossibilitava de irem para casa comer, os organizadores tiveram que providenciar alimento para os protestantes. Ao chegarem a uma padaria que se localizava próxima ao Fórum, compraram vários pacotes de rosca; fato que intrigou o dono do estabelecimento que questionou se eles serviriam rosca seca, sem nenhuma bebida para os protestantes que eram também seus eleitores aliados e mereciam um bom tratamento. Por ser o modelo de rosca vendido nesta padaria muito seca seria difícil engoli-la sem uma bebida que ajudasse a empurrá-la, contudo esta não chegou e os protestantes comeram a rosca seca mesmo. Desde então, a partir das piadas constantes descrevendo o ocorrido o grupo político Poaia passou a ser chamado de “Rosca Seca”. (RODRIGUES, 2010:11).

Castro. Nascido em Viçosa, cidade próxima a Ervália, e casado com uma ervalense, Danilo de Castro manteve em sua trajetória política a zona da mata mineira como reduto eleitoral, destinando verbas para esta região, inclusive mantendo-se sempre presente fisicamente nas respectivas cidades.

Outra figura marcante e, eu diria, quase lendária na cidade de Ervália é o Dr. Júlio César Dadalti Barroso, que governou de 01/01/1993 a 31/12/1996 e posteriormente de 01/01/2001 a 31/12/2004. Segundo Rodrigues (2010) “(...) No ano de 1987 o senhor Willian Yásbeck levou para Ervália o médico Júlio César Dadalti Barroso, natural de São João Nepomuceno, com o intuito de aproveitá-lo em sua campanha política no ano seguinte usando-o como profissional de saúde para trocar seus serviços por voto”. Willian se candidatou a prefeito tendo como vice Dr. Normando Esteves, numa tentativa de formar um terceiro grupo político além dos dois existentes, mas não obteve êxito. Essa experiência desmobilizou por uma eleição o grupo “Tiririca” em que dissidentes apoiaram a coligação descrita acima e o candidato “Poaia” Edson Rezende saiu vitorioso (RODRIGUES, 2010:19).

Antes de descrever a eleição municipal de 2004, torna-se fundamental expor os dois candidatos que, por sua vez, são dois envolvidos na citação anterior. “Adversários políticos desde a primeira eleição de Edson Rezende para prefeito e posteriormente adversários diretos em 2004, ambos possuem o que Weber identifica como fonte legítima de poder que é o carisma, uma das maneiras de influenciar ou determinar o comportamento de outros sem valer-se da força física.” (RODRIGUES, 2010:19).

Além da profissão na área de saúde, Dr. Júlio, como ficou conhecido, possuía uma oratória muito agressiva e eloquente e carisma, motivos adicionais pelo qual foi levado para a vida pública ervalense. Após as eleições de 1988 ele passou a apoiar o grupo “Tiririca”, tendo este mudado de nome, inclusive na eleição seguinte quando se candidatou a prefeito. Por sua vez, Edson Rezende vinha de uma família base do grupo “Rosca Seca”, tendo sido seu pai e um cunhado prefeitos, ou seja, foi criado em meio à prática política adquirindo dela o comportamento necessário a um político profissional no estilo Weberiano ¹⁴. (RODRIGUES, 2010:19).

¹⁴ Para Weber, o envolvimento e o papel do indivíduo com a política se dá de duas maneiras: como eleitor, o político eventual, ou como aquele que faz da política seu campo de ação. Sendo este último o que Weber divide entre dois tipos ideais, os que vivem para e os que vivem da política. Os primeiros são aqueles que possuem uma vocação para a vida pública e vivem para ela sem obterem recompensas materiais para tal agindo de acordo com seus valores; os outros são aqueles que encaram a política como meio de se sustentarem, uma profissão como outra qualquer, que não exige, necessariamente, nenhum tipo de paixão a priori. Porém, não se deve esquecer que “os homens, em níveis diferentes, estão de certo modo envolvidos com a política, atividade que diz respeito à própria ação humana, sua condição de pluralidade”

Em 2004 o cenário político em Ervália era o seguinte: o grupo “Pão com Bucho” estava há 12 anos no poder - desde 1993 - tendo Dr. Júlio assumido a prefeitura das mãos de Edson Rezende, numa administração marcada por processos jurídicos, falta de pagamento de funcionários, entre outras alegações de má gerência. Segundo Rodrigues (2010) com alguns processos julgados e em posse do direito de se candidatar novamente Edson Rezende retorna a Ervália em 2004, pois tinha se mudado depois de cumprido o mandato, com a proposta de inovação.

Numa campanha milionária, em parceria com deputados, fazendeiros e comerciantes que injetaram muito dinheiro; onde duplas sertanejas consagradas nacionalmente fizeram showmícios, o grupo político “*Rosca Seca*” conseguiu inverter aquela imagem de “*poaia*”. Nesse ponto, destaca-se a sagacidade da campanha que ao mesmo tempo em que chamava a população para “*Novos Tempos*”, slogan utilizado, aludindo a tempos de bonança com a ascensão do povo ao poder reforçava o caráter de grupo político “*do povo*”, incitando uma aparente luta de classes. Em certos materiais de campanha lia-se “*A burguesia fede. Edson povão*”. (RODRIGUES, 2010:20)

O resultado final foi a vitória de Edson Rezende para prefeito além da maioria de vereadores de sua coligação. “Explicações diversas podem ser dadas para a vitória, como, por exemplo, a proximidade com a eleição presidencial de 2002 onde um torneiro mecânico, dito do povo, chegou à presidência; logo, esse mesmo povo viu que a mudança era possível, além da grande transferência de títulos de outras cidades para Ervália, mudança de grupo político de vários eleitores, simplesmente uma campanha política bem feita (...)” (RODRIGUES, 2010:20-21)

Edson Rezende assumiu a prefeitura em 2005 e Dr. Júlio voltou a clinicar, porém em julho do mesmo ano sofreu um acidente de carro na rodovia que liga a cidade de Coimbra/MG a cidade de São Geraldo/MG, tendo morte instantânea. “(...) não bastasse à queda simbólica do homem público ao perder a eleição para seu maior adversário político foi acometido pela morte física. O falecimento foi motivo de grande comoção na cidade, principalmente para os eleitores aliados ao ex-prefeito que tinha um “*quê*” de mito para alguns” (RODRIGUES, 2010:21).

Na cidade de Ervália é comum ver fotos e pôsteres do Dr. Júlio em algumas casas e até comércios, de forma que alguns tentam atrelar a sua imagem a uma espécie de imortalidade. Cheguei à cidade de Ervália quase dois anos após sua morte, mas até os dias de hoje ouço inúmeras histórias sobre o seu trabalho e sua vida. De um lado, os

“roscas” relatam que se tratava de um homem comum e temperamental, que morreu por “ser imprudente no trânsito e correr demais”; de outro, escuto “buchos”, que ainda emocionados, o descrevem como uma figura quase santa, um médico de coração bom, que abdicava de sua vida pessoal em favor de seus pacientes, chegando segundo uma informante, algumas vezes, a carregar seus pacientes no colo, no intuito de prestar socorro imediato. “*Destarte, o grupo ‘Pão com Bucho’ ficou órfão de sua maior liderança, aquele onde se concentrava esperança de fazer oposição e retornar ao poder posteriormente.*” (RODRIGUES, 2010:22).

Após alguns anos, a política em Ervália não mudou, o processo de eleição municipal continua conturbado, necessitando às vezes que os membros do poder judiciário peçam reforço policial em dias de eleição, pois as praças lotam de pessoas com as cores dos seus grupos e eleitores mais entusiasmados se exaltam, sendo comum, inclusive, que haja muitos homicídios por rixas políticas em meses que antecedem às eleições.

A cidade de Ervália se modernizou em alguns aspectos nos últimos anos com os moradores adquirindo acesso à telefonia celular e à internet, além de maior ingresso e incentivo à matrícula em Universidades e Faculdades de cidades próximas como Viçosa, Ubá e Muriaé. Embora esses fatores possibilitem um presumível intercâmbio com todas as partes do mundo, tendo conhecimento de variadas culturas, se assim se desejar; é notório que quando se trata de cultura e comportamento político os cidadãos ervalenses, em sua grande parte, ainda cultuam as tradições de seus antepassados. (RODRIGUES, 2010:10).

4- COLETA E ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS.

Foram ainda realizadas, durante a pesquisa de campo, entrevistas com alguns sujeitos da cidade de Ervália, sendo alguns nativos e moradores; outros que nasceram em outra cidade e que são atualmente moradores de Ervália. Dos entrevistados oito se declararam homossexuais ou bissexuais, e outros três não, sendo 02 são servidores do judiciário, operadores do Direito na cidade de Ervália, e 01 filho de um casal pertencente ao grupo de entrevistados. Insta frisar que os entrevistados, em sua maioria, são vistos pelos moradores como a “elite intelectual e econômica” da cidade (de uma cidade pequena), sendo que, somente o entrevistado Alan destoa um pouco dessa visão, por se tratar de um rapaz simples e sem curso superior.

A princípio cogitei a possibilidade de entrevistar em torno de 15 a 20 pessoas, tendo em vista que eram em sua maioria pessoas que eu já conhecia, porém muitos, ao serem convidados, não se mostraram dispostos a conceder as entrevistas, por viverem de forma muito contida, acreditavam que falar do assunto seria uma forma “exposição”.

Alguns entrevistados foram aparecendo à medida que as entrevistas iam acontecendo, criando uma rede network. Houve um contato prévio, onde se explicava detalhadamente sobre a importância da pesquisa, o sigilo, o uso do nome fictício escolhido por eles, entre outros; havendo a concordância marcava-se a data e local mais adequado ao sujeito e eu me deslocava até Ervália para realizar a entrevista.

As entrevistas se iniciaram em setembro de 2013 e seguiram até início de novembro. Os dados foram colhidos dentro do período citado acima, conforme critérios escolhidos, tentando aproximar de um estudo etnográfico – porém consciente de sua distante da etnografia clássica – devido ao curto espaço de tempo e pouca disponibilidade de tempo, sendo que tive muita dificuldade de conciliar o trabalho e a rotina da vida pessoal com este mestrado, o que a meu ver, pode não ter deixado este trabalho tão denso e minucioso o quanto eu gostaria que ficasse.

Durante todo o período do curso, foram feitos alguns contatos com os sujeitos da pesquisa, com o intuito de prever o número de sujeitos participantes. As entrevistas foram realizadas em locais diversos como: casa da pesquisadora, casa do sujeito

pesquisado, restaurante, barzinhos, local de trabalho do sujeito entrevistado; buscando sempre atender a preferência e disponibilidade do sujeito da pesquisa.

Anteriormente às entrevistas, houve a explicação sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que se trata de um documento de várias páginas, com um modelo formalizado pelo Comitê de Ética da universidade Federal de Viçosa, onde o sujeito é cientificado de todos os critérios da pesquisa, seus riscos, benefícios (ou não), direitos dos sujeitos participantes, possíveis danos à saúde, entre outras informações. Estando o sujeito plenamente de acordo com o TCLE e, sabendo que, mesmo durante o processo de coleta de dados, ainda poderá desistir, começa-se as observações e entrevistas.

Insta frisar que, além da aprovação do projeto de pesquisa pela banca examinadora e da aplicação do TCLE, o Comitê de Ética exige do pesquisador um longo (e doloroso) processo de preenchimento e anexo de dados e documentos, em várias páginas, no site “Plataforma Brasil”, também exigência do Comitê de Ética, que se reúne uma vez ao mês para avaliar se o projeto está adequado aos moldes, não causando “danos aos sujeitos da pesquisa” e o pesquisador está apto a ir ao campo. Todo esse processo burocrático leva de três a quatro meses (podendo durar até mais, pois até uma palavra escrita errada no formulário on line fará o projeto “voltar”, sendo que este será reavaliado só no próximo encontro do Comitê de Ética – uma vez ao mês) dificultando e muito o andamento da pesquisa de campo.

Oliveira (2004:34) ressalta que há uma diferença entre pesquisa **em** seres humanos, como no caso da área biomédica, e pesquisas **com** seres humanos, que caracteriza a situação da antropologia, especialmente da antropologia social e cultural, que congrega a grande maioria dos pesquisadores do Brasil, apontando as falhas do sistema burocrático do comitê ao lidar com as ciências humanas e sociais, tendo em vista que tenta “enquadrar” todas as pesquisas nos mesmos moldes das biomédicas e, o “consentimento” informado no termo parece pouco significativo ao antropólogo já que, por definição, sua permanência no campo e seus diálogos com os atores, estão em constante processo de negociação.

No caso da pesquisa em seres humanos, a relação com os sujeitos, objeto da pesquisa, tem como paradigma uma situação de intervenção, na qual esses seres humanos são colocados na condição de cobaias e,

por tratar-se de uma cobaia de tipo diferente, é necessário que esta condição de cobaia seja relativizada. É neste contexto que o consentimento informado se constitui em uma exigência não só legítima, mas da maior importância. Já no caso da pesquisa com seres humanos, diferentemente da pesquisa em seres humano, o sujeito da pesquisa deixa a condição de cobaia para assumir o papel de ator (ou de sujeito de interlocução). Na antropologia, que tem no trabalho de campo o principal símbolo de suas atividades de pesquisa, o próprio objeto da pesquisa é negociado; tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo. (OLIVEIRA, 2004:34 - Grifo meu).

No decorrer dos relatos é descrito o nome fictício escolhido por eles, sexo, idade, profissão, escolaridade, local de origem/residência atual. Embora os entrevistados não declarassem sua renda financeira, pude perceber pelo conhecimento prévio de cada sujeito, profissão, escolaridade e esclarecimento nas falas que a maioria tem independência financeira em relação à família, sendo que alguns até citaram a “independência financeira” como requisito primordial para que seja deferida a adoção.

No decorrer das entrevistas, após as explicações sobre a pesquisa e o sigilo das respostas percebi que alguns entrevistados se sentiam confortáveis, falavam sem muito receio do assunto e uma entrevistada, inclusive vários ressaltaram sobre visibilidade que está sendo dadas as causas dos homossexuais: “*Está todo mundo falando sobre isso agora né? Há 20 anos, quando me assumi foi uma luta. Hoje parece que é moda*”. (Suzana, 45 anos), se referindo em como a mídia tem constantemente abordado tal tema em novelas, telejornais e programas em geral.

Em contrapartida, em outro momento, Suzana se mostrou preocupada com o que eu anotava e, quando o bate papo ficou mais descontraído, comentou entre risos “Andréa, olha o que você vai colocar aí”. Adquirir o status de aceitação e confiança do sujeito a ser pesquisado é fundamental para a atuação do pesquisador, porém a solicitação inicial de um consentimento por escrito, que é um documento, já gera certo stress entre pesquisador e sujeito da pesquisa – imagino que ainda mais em populações sem ou com baixo domínio da linguagem escrita e formal.

De todos os entrevistados, somente uma pessoa demonstrou maior preocupação em não ser reconhecida na pesquisa, alegou não ter contado para a mãe sobre sua orientação, disse ter uma relação estreita com a igreja e outros membros desta; os demais se mostraram à vontade, sendo que dois insistiam que queriam colocar o nome real: “Pode colocar meu nome mesmo aí, eu prefiro” (Alan), sendo que foi esclarecido a eles

por esta pesquisadora que, segundo o Comitê de Ética da Universidade, isso não seria possível.

Sobre os “descaminhos” das entrevistas, pouco tenho a relatar, tendo em vista que todos os contatos foram previamente estabelecidos e, para minha surpresa, percebi pouco constrangimento e desconforto por parte dos entrevistados, pelo contrário, falaram de forma aberta e sem muitas reservas. Depois em uma análise sobre essa questão, percebi que muitos se sentiram livres para falar de suas questões pessoais, que muitas vezes não tiveram a oportunidade.

Tendo em vista que, no senso comum da cidade, é comum ouvir comentários e piadinhas depreciativas em relação a gays (como chamar o time do adversário de time de Marias¹⁵), as passeatas e manifestações LGBT são vistas como: “*levantar bandeiras* ou *exposição desnecessária*”, sendo que cheguei a ser chamada de “corajosa” por dissertar sobre o assunto.

Percebi na maioria dos entrevistados muita segurança em relação à orientação sexual e desenvoltura em falar, não tendo preocupação em externar para a pesquisadora suas opiniões, porém em alguns momentos, vi situações contraditórias do tipo: “... *ah* agora é tranquilo, minha família aceita bem, mas não levo meu namorado nas festas para não ficar chato” (Alan) ou “... *não apresento minha namorada* como namorada para minha mãe porque vejo como afronta” (Laura) ou “nos assumimos, mas não andamos de mãos dadas, por uma questão de respeito e discrição” (Alan).

Foi nesses momentos que percebi que a questão de viver em Ervália, sendo homossexual, perpassa muitas outras questões, como constantes conflitos onde, o tempo todo, se deve buscar saber “o que pode e o que não pode” ser feito em público, como se fosse um constante “entrar e sair do armário”.

Ao falar da convivência, percebi que a representação do termo família para a maioria dos entrevistados é voltada mais para questões de afinidade e afetividade do que relações de sangue.

¹⁵ Maria é um termo popular utilizado para designar um gay afeminado.

Ao perguntar sobre as dificuldades na relação com os pais, com os familiares, a aceitação, entre outros, notei no semblante de muitos dos entrevistados que este se tratava de um dos pontos mais sensíveis em se lidar com a orientação sexual escolhida, com a condição de pessoa que deseja outra do mesmo sexo, sendo que a maioria afirma que sequer conseguiu ainda conversar abertamente com sua família sobre o assunto.

Optei por apresentar alguns dados em quadro para revelar uma fotografia geral dos sujeitos da pesquisa como: nome fictício escolhido por eles, sexo, idade, profissão, escolaridade.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados, Ervália/MG, 2013.

Nome	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade
1- Roberto	masculino	27	Veterinário	Superior Completo
2-Flávia	feminino	48	Dentista	Superior Completo
3-Suzana	feminino	45	Servidora Pública	Ensino Médio
4-Lucas	masculino	25	Estudante de Psicologia	Superior Completo
5-Anne	feminino	29	Assistente Social	Superior Completo
6-Laura	feminino	37	Servidora Pública	Pós Graduada
7-San	feminino	30	Recepcionista	Superior Completo
8-Paola	feminino	47	Motorista	Ensino Médio
9-Alan	masculino	24	Aux. Serviços Gerais	Fundamental
10-Lu	feminino	42	Assistente Social	Superior Completo
11-Carlos	masculino	36	Juiz de Direito	Mestrando

4.1. DO SILÊNCIO À VISIBILIDADE: REPRESENTAÇÃO, CONVÍVIO E ACEITAÇÃO – RELATOS.

- **Lucas.**

Conheço Lucas há pouco mais de 02 anos, nós fomos apresentados por uma amiga em comum. Lucas é um rapaz de 25 anos muito comunicativo e alto astral. É formado em publicidade e propaganda e é estudante de psicologia, o que me passou uma primeira impressão de versatilidade. A entrevista se deu na Praça Getúlio Vargas, localizada em frente ao seu local de trabalho, sentados em um banco e conversamos tranquilamente num dia pouco movimentado e o entrevistado demonstrou boa desenvoltura e desinibição. Disse que embora resida em Ervália, sai muito para festinhas e baladas nas cidades vizinhas, como a cidade de Muriaé/MG.

Atualmente Lucas não está em um relacionamento e se considera homossexual, por ter relações afetivas e sexuais apenas com homens, “mulheres só amizade”- diz Lucas. Para ele, para ser família é necessário amor, respeito, educação e incentivo entre seus membros para suportar os problemas; acredita que as relações de afeto são tão fortes quanto às relações de sangue, mas no parentesco nem sempre existe carinho e confiança e nas relações de afeto sim. Confidenciou que seu maior sonho é um dia constituir uma família.

Sobre sua relação com os pais, Lucas disse que eles descobriram sua orientação sexual quando ele beijou outro rapaz na rua, as pessoas que viram a cena vieram logo contar a seus pais, e estes o expulsou de casa, mas no momento em que “juntou suas coisas para sair”, seus pais voltaram atrás. O drama vivenciado em razão da orientação, não só por Lucas, mas por vários entrevistados, em relação aos pais e outros familiares é quase palpável, pois através destes relatos pude notar a diferentes feições e mesmo angústias estampadas nos rostos.

O entrevistado afirmou que seus pais e familiares mais próximos “agora sabem, mas não tocam no assunto, agem como se nada soubessem”, o que nos mostra a dificuldade em lidar com esse assunto - mesmo havendo todo o debate contemporâneo – e o aceita em razão ao filho ser algo ainda maior do que a

possibilidade da rejeição – que geralmente acontece no início, quando a orientação sexual é revelada.

Para Lucas a adoção homoafetiva “é uma adoção como outra qualquer, não devendo ter quaisquer distinção para as pessoas”, pois envolve “ *muito amor e respeito*”. Lucas diz que adotaria uma criança, mas que acredita que a adoção seja mais facilmente conseguida por casal com vida conjugal e condições financeiras estáveis, excluindo-se parte da população: “Acho que travestis sofreriam mais preconceitos, pois a sociedade criou muitos mitos em relação aos travestis e aos transexuais”, estendendo aos gays também, que ele acredita que sofra mais preconceitos do que as lésbicas: “A sociedade exige do homem uma postura masculina, mas não deveria existir nenhum tipo de diferença entre o casal masculino e feminino na hora de adotar”.

Lucas afirma que o contexto da cidade de Ervália não deve ser levado em consideração ao se analisar uma adoção por casal homossexual, pois “O que deve falar alto é a necessidade de acolhimento e as questões de conflitos sofridos pela criança deve ser algo resolvido pelos pais/mães. O que deve ser analisado no pedido é a questão financeira e psicológica do casal e não o fato de ser homossexual”.

O entrevistado nasceu em Ervália e sempre viveu naquela cidade, mas acredita que a população da cidade não se encontra ainda preparada, por questões de criação e tradição, para conviver com as grandes diferenças: “A cidade é muito pequena e as pessoas são muito religiosas, mas isto está mudando eu acho. Nunca tive um relacionamento estável aqui, por isso não sei bem como é ter um relacionamento ‘*diferente*’ aqui”. Afirma que já sofreu preconceitos na escola e no trabalho “Os meninos ficavam fazendo piadinhas, dizendo e mostrando obscenidades e uma vez um cara que trabalhava comigo falou para eu colocar três camisinhas que ele faria algo comigo. Pedi a cabeça dele!” Afirmou o entrevistado, demonstrando raiva pelo comportamento do colega de trabalho.

- **Paola.**

Paola tem 47 anos, é mãe de três filhos: uma moça de 29, um rapaz de 27 e um adolescente de 16 anos, sendo que os dois mais velhos já são maiores e independentes e somente o último reside em sua companhia. A entrevistada começou a cursar Serviço Social, mas abandonou no segundo período para cuidar dos filhos, depois acabou

começando o curso de Políticas Públicas e atualmente trabalha como motorista, o que me causou uma impressão de versatilidade. Os filhos são fruto de dois casamentos (chegando o segundo a durar quase 14 anos).

Paola reside em um bairro um pouco afastado do centro e, anteriormente manifestou a vontade de ser entrevistada em minha casa, na cidade de Viçosa, sendo que, devido aos nossos compromissos semanais, marcamos para uma tarde de domingo. Eu estava sozinha em meu apartamento quando Paola chegou e se sentou no sofá da sala, me parecendo um tanto à vontade. Eu havia preparado um lanche para deixar a conversa mais descontraída, mas percebi que isso não seria um problema para ela - o que confesso que a princípio me deixou um pouco desconfortável. A entrevistada mostrou boa desenvoltura, falava rápido e gesticulava com as mãos. Aparentemente é uma pessoa bem dinâmica, relatou que já vivenciou muitas coisas, sendo que algumas de suas experiências foram relatadas em nossa conversa.

A entrevistada afirma: “já fui bissexual, sempre me relacionei com ambos os sexos, hoje me defino como homossexual, pois não tenho vontade e nem intenção de me relacionar com homens mais, aliás, acho que me relacionava com homens mais para me adequar às convenções sociais do que por vontade. Atualmente namoro há quatro anos e quatro meses, mas decidimos por enquanto não morar juntas, meus filhos aceitam e gostam de minha namorada”.

Paola diz ter transado com sua primeira namorada aos onze anos de idade, mas depois voltou atrás dizendo que foram apenas algumas brincadeiras de criança: “Nem era transar, eu acho que eram umas brincadeiras e ela tinha a mesma idade que eu, mas uma relação mais completa, com toques mesmo, foi só aos 19 anos com uma colega de trabalho bem mais experiente que eu. Gostei muito e senti que era aquilo que eu queria, mas você sabe né? A vida meio que empurra você pra outras coisas”. Durante a entrevista Paola fez algumas comparações entre os relacionamentos que teve, afirmando que mulheres são mais afetivas e homens mais racionais: “Acho que a relação homoafetiva é mais igual em relação em muitas coisas: divisão de contas, divisão de tarefas domésticas e até mesmo na compreensão mesmo, uma mulher entende melhor o que outra mulher sente e imagino que com os homens seja assim também, mas para mim não existe essa coisa de ativo e passivo, isso é ultrapassado demais! embora eu ache que tem gente que ainda leve isso adiante. Hoje as pessoas *são mesmo é* ‘relativas’,

quando há amor entre quatro paredes vale tudo. Eu acho que isso de ativo e passivo é coisa pra heterossexual, se temos uma prática sexual diferente não temos que copiar isso deles.”.

A entrevistada ainda diz que tem a intenção de, no futuro, formalizar sua relação para dar mais segurança a sua parceira “Se algo acontecer comigo não quero que ela fique a ‘Deus dará’, quero que ela cuide de tudo se eu faltar. Acho que é na alegria e na tristeza! Ela faz parte da minha vida, ela é a melhor parte de minha vida, não quero que, caso eu morra, ela tenha que ficar escondida chorando no velório, parecendo amante que não pode aparecer”.

Durante a entrevista Paola demonstrou muita preocupação com o futuro de sua parceira e que sua família reconheça a namorada como sua companheira, assim como seus filhos a reconhece. Para ela a família homoafetiva não difere de outro modelo de família: “É necessário ser duas ou mais pessoas para ser família, para mim uma pessoa só não é uma família, porque família significa companheirismo e união. A união homoafetiva é só mais uma forma de ser família, nela tem amor e desavenças, como em outra qualquer. Os problemas são iguais, eu acho que a única diferença é que entre duas mulheres deve haver mais organização”. Disse ainda que nunca contou diretamente a seus pais: “Não contei, mas outras pessoas contaram pra mim! Meus pais descobriram por conta própria. Minha mãe sempre teve preconceito e no meio de nossas discussões ela sempre me chamava de sapatão, para ela todas as amigas e mulheres que andassem em minha companhia eram minhas mulheres”.

Afirmou ainda que o convívio com os familiares foi muito difícil no começo, com muitas turbulências, que já sofreu preconceitos por parte da irmã e sobrinha, que vez ou outra a insultava: “Numa festa de família me desentendi com uma sobrinha de 22 anos, no momento em que ela foi grossa com sua mãe, que é minha irmã, e estava passando por problemas no casamento, eu intervi chamando sua atenção. Nesse momento, só vi que minha sobrinha revidou gritando ‘sua sapatona’, como se isso fosse a coisa mais baixa e depreciativa do mundo, como se fosse motivo para eu me envergonhar, e pior que me senti humilhada, mal mesmo. Outra situação constrangedora foi quando eu era mais jovem e fui para uma festa com uma colega de trabalho, minha irmã e meu cunhado. Em determinado momento eles, minha irmã e meu cunhado, me chamaram e me perguntaram se eu não tinha vergonha de virar ‘sapatão’

depois de velha – na época eu só tinha 27 anos – disseram que eu tinha filhos e ia envergonhá-los com meu comportamento”.

Paola acredita que algumas pessoas da sua família ainda tenham preconceito, só que agora é mais camuflado do que antes, quando ela era mais jovem. Afirmo que atualmente, quando aparece em festas de família sem sua namorada todos perguntam por ela, “talvez por educação”, mas acha que isso também é graças à forma que ambas agem na presença dos familiares: “Nunca fazemos nada demais, nem damos as mãos perto dos outros, só que nos chamamos de ‘Amor’, porque isso é automático, é um hábito, falamos até sem querer”.

A entrevistada diz que já conversou algumas vezes com sua companheira sobre a possibilidade de adoção, e que ambas manifestam a vontade de adotar, mas não neste momento: “Tinha que ser uma menina, podia ser negra ou maiorzinha, eu só não adotaria uma criança deficiente porque nós duas temos uma vida muito corrida e não conseguiríamos dar os cuidados que ela precisa. Acho adoção um ato de amor e entrega independente da orientação sexual do casal”.

Ressaltou que se preocuparia com o preconceito que as pessoas teriam em duas mulheres criarem uma menina. Paola acredita que exista maior preconceito em “lésbica adotar menina e gay adotar menino”, pois as pessoas temem a identificação: “As pessoas têm muita malícia, às vezes minha sobrinha de 13 anos posta no facebook assim ‘titia linda’ ou ‘titia eu te amo’ e eu fico preocupada porque ela é uma mocinha e as pessoas são muito maldosas. Já soube de boatos de minhas irmãs não deixarem minhas sobrinhas dormirem na minha casa para não virarem gays. Isso me magoou muito”, ela não acredita que possa haver essa identificação, mas muita gente age como se o homossexualismo fosse algo contagioso.

A entrevistada confidenciou que, se pudesse escolher, até preferiria que sua filha namorasse uma mulher: “Já cheguei a desejar que minha filha namorasse uma mulher, ela sempre foi muito independente, saiu de casa cedo pra trabalhar, estudar, montou casa, mas ela é pequena no tamanho, toda delicada e eu nunca admitiria que ela levasse um tapa de um homem, seria covardia demais! Se ela tivesse uma namorada e as duas brigassem eu não me importaria tanto, porque seriam duas mulheres em condição de *igualdade*”. Para Paola, a preocupação com a violência física, que possivelmente a filha

poderia vir a sofrer na companhia de um homem, parece ser maior ou mais gravosa que a violência simbólica da não aceitação da diferença da relação amorosa.

A entrevistada acredita ainda que para que um casal tenha o pedido de adoção deferido deve ter boas condições financeiras e até certo status e ter ainda discrição, “Não pode ficar dando pinta”, explicou ela gesticulando com as mãos. Acredita que o casal que se traveste ou não se comporte de forma adequada poderia sofrer mais preconceitos: “Acho que mesmo que tenha muito dinheiro o travesti é visto como desequilibrado, uma pessoa que não se adequa ao seu gênero e isso ia constranger a criança, mas para mim independente de como a pessoa se vista ou estilo de vida deveriam ter o mesmo direito, *mas acho que na prática isso seria muito difícil de acontecer não só aqui*”. Ela frisa que, independente do tamanho da cidade e de sua cultura as leis devem ser postas em prática “Tanto no Rio de Janeiro quando em Ervália a adoção deve ser decidida com a mesma imparcialidade e que o tratamento deve ser igual ao dado aos outros casais”.

Durante várias partes da entrevista, Paola ressaltou novamente a questão do “bom comportamento” para conseguir viver bem na cidade: “Ervália é uma cidade muito pequena, acho que se eu beijasse minha namorada no meio da praça nós não sairíamos vivas de lá! - (risos), ou então aqueles homens – se referindo aos vários homens que ficam sentados na praça durante o dia batendo papo – viriam pra cima da gente fazendo obscenidades. Mesmo a gente se contendo já existe preconceitos, as pessoas apontam, comentam, não seria fácil viver casada aqui, a gente já vive se contendo, não têm a mesma liberdade da maioria dos casais”. Ela afirmou que já sofreu agressão, quando estava assistindo a um show com a namorada, e jogaram uma lata de cerveja em suas costas “A gente não estava fazendo nada. Estávamos em meio a uma multidão de gente e abracei-a por detrás, mais para proteger do tumulto e jogaram uma lata de cerveja na gente”.

Se referindo a sua vida social, Paola diz: “Temos uma ‘pá’ de amigos, mas eu e minha namorada damos preferência pra sair com amigos que saibam ‘da gente’, para podermos ter mais liberdade. Embora frequentemos todos os tipos de lugares, confesso *que prefiro ‘os espaços gays’ como boates, bares, praias, o que não tem por aqui*”.

No trabalho, Paola afirma que é muito profissional, não dando margem para as pessoas perguntarem sobre sua vida pessoal, acredita que por isso é muito respeitada,

mas que vez ou outra escuta piadinhas depreciativas sobre gays “Um dia um colega falou que essa classe deveria ser toda eliminada da terra, tive muita vontade de revidar, mas me segurei para não me expor”.

- **Flávia, Suzana e Roberto:**

Flávia, Suzana e Roberto foram entrevistados juntos. Este casal me foi indicado pela assistente social judicial – entrevistada também nesta pesquisa – dizendo se tratar de um “casal de amigas”.

O encontro se deu na casa das entrevistas, numa manhã de sábado. Ao chegar logo visualizei uma imagem de Santa Rita de Cássia, em um amplo e belo jardim que fica em frente à residência, o que me fez perceber de pronto que a família é católica e valoriza as questões religiosas. Moram juntas com o filho de 27 anos, em uma casa ampla de dois andares, em um bairro tranquilo e localizado próximo ao centro da cidade.

Ao entrar na sala de estar, fui recebida com um abraço acolhedor por Flávia “Sente-se e fique a vontade que Suzana já está descendo”, ao lado dela pude ver uma escadaria que leva ao segundo andar da residência. Suzana desceu, me cumprimentou também com um abraço, mostrando muita simpatia e desinibição. Após alguns minutos, Roberto desceu e se juntou às mães. Os três se sentaram lado a lado, em um sofá de frente para o sofá onde eu estava sentada. Ao iniciar a conversa, pude perceber não só pelo ambiente que vi, mas também pelos relatos que elas têm uma vida social, emocional e financeira, aparentemente boa.

Roberto tem 27 anos, é estudante de veterinária na UFV e é filho biológico de Suzana e filho de fato de ambas, pois sua mãe biológica foi morar com Flávia quando ele era ainda criança, sendo que ambas participaram ativamente nos cuidados e educação de Roberto. Anteriormente a entrevista, através de relatos de colegas de trabalho; pude “conhecer” Roberto, visto pelo outros como um “menino bom e muito popular na cidade”, de quem todos falam com muita admiração. Consideram-no um exemplo de superação, tendo em vista que há alguns anos sofreu um acidente automobilístico, considerado grave, perdendo parte da fala e da locomoção, momento este que - segundo o casal - uniu ainda mais a família. Mesmo após o acidente, Roberto não desistiu de

terminar seu curso de Veterinária, diminuiu o ritmo das disciplinas. Contou com a ajuda de Suzana, que abdicou de parte de sua vida, para se dedicar a ajudar o filho se formar.

Flávia e Suzana afirmam que ambas são mães, porque sempre participaram ativamente da criação e educação de Roberto: “Suzana sempre rezava com ele antes de dormir e eu pegava mais no pé para estudar. Roberto se forma no mês de setembro, em Medicina Veterinária na UFV e já enviamos os nomes das duas mães para colocar no convite! Nada mais justo”.

Após o acidente, para que Roberto conseguisse terminar a universidade, ele teve que cursar menos disciplinas por período e precisou que Suzana – sua mãe biológica – o acompanhasse nas aulas. Ela esteve todo o tempo do lado do filho, tendo inclusive recebido uma homenagem da UFV, que copiei nas exatas palavras:

“A mãe do formando em Medicina Veterinária XXXXXXXXX foi homenageada na cerimônia. XXXXXXXXXX, de Ervália (MG), foi escolhida para representar os pais de todos os formandos pela dedicação, apoio e amor que teve com o filho após um incidente em abril de 2009. Ainda estudante e cursando seu último período, XXXXX voltava para sua cidade e sofreu um acidente na estrada. Depois do susto, dos 44 dias na Unidade de Tratamento intensivo (UTI) e do início da recuperação da fala e dos movimentos, XXXXXX voltou para terminar os estudos, no primeiro semestre de 2010. O retorno à Universidade só foi possível com a ajuda da mãe, que o acompanhou no “processo de socialização”. XXXXXXXX contou que “assistiu aulas e, muitas vezes, fez provas ao lado do filho” devido às limitações da sua escrita. Cursando uma matéria por período e seguindo em frente com os exercícios de fonoaudiologia e fisioterapia, XXXXXX concluiu sua graduação com os formandos de setembro de 2013. Os amigos e formandos reconheceram a luta de XXXXXXXX ao lado de XXXXXXXXX, que segundo ela, “é uma dedicação que qualquer mãe teria”. Ela contou que “a força de XXXXXXXX, por não ter desistido” dos estudos, mesmo com todas as dificuldades, foi o que a fortaleceu. Ver o filho se formar parece inacreditável para a mãe, que tem “vivido dia após dia” para enfrentar os desafios ao lado dele. Para ela, a colação de grau é mais do que emocionante, é uma “prova de que Deus existe e agiu na vida do XXXXXXXX”. XXXXXXXXXX acredita que estar ali representando todos os pais é uma forma de representar também todas as “lutas e vitórias” que os outros formandos viveram, mesmo que de formas distintas. Emocionada, ela disse que foi “incrível” a prontidão que recebeu de todos os funcionários e docentes, em todo tipo de ajuda que precisou”.

Como moram juntas há mais de vinte anos, afirmam que já passaram por muitos “perrengues” juntas (o que foi traduzido por ela por muitas dificuldades), mas que em seu lar existe “respeito, cumplicidade e companheirismo”. Afirmam ainda, achar a união homoafetiva muito parecida com um casamento “normal” com poucas ressalvas “É muito parecido em muitas coisas, mas acho que na relação entre duas mulheres há mais

compreensão e companheirismo sim. A gente se ajuda e se entende mais” afirmou Flávia.

Flávia falou da forma que conheceu Suzana e da vida conjugal de ambas “Nos conhecemos em Ervália *mesmo e fui eu quem ‘chegou’ em Suzana*. No começo ela e Roberto moravam em Ponte Nova e eu ia todos os fins de semana ficar com eles, depois já fomos juntas”. Suzana comparou o comportamento das duas: “A Flávia sempre foi mais sensata. *Ela não bebe, eu já era mais ‘maluquinha’, mas hoje sou tranquila*”.

Sobre a divisão de tarefas domésticas, o casal disse que tem empregada doméstica durante a semana e nos finais de semana se revezam para cozinhar, mas que tudo é flexível, como em qualquer outra família: “Eu cozinho no sábado e Suzana no domingo, mas como ela machucou o dedo eu irei cozinhar nos dois dias” ressalta Flávia, que por diversas vezes, se mostrou protetora de Suzana e Roberto, com a forma com que os olhava durante a entrevista, e ao frisar que na divisão de contas os gastos são negociados entre o casal: “Roberto e Suzana são meu dependentes no plano de saúde e na minha declaração de imposto de renda. Suzana é funcionária pública, ganha menos, assim ela arca com as despesas do Roberto e eu com as demais despesas da casa, mas tudo sempre é acordado”.

Flávia disse, com convicção, que se considera homossexual assumida, enquanto Suzana, entre risos, disse ser bissexual. Nesse momento houve mais risos, pois Flávia, aparentemente com ciúmes de tal declaração, entrevistou: “Você não se considera coisa nenhuma!”. O casal afirmou que mesmo em um relacionamento homoafetivo percebe resquícios do casamento heterossexual, como os papéis masculino e feminino: “A Flávia *resolve mais os problemas, tem um papel mais ativo na relação*”.

Disseram que no início do namoro, há 20 anos, quando não era tão comum esse tipo de relacionamento, houve muita resistência das famílias de ambas, todos recriminavam. Os pais de Flávia eram professores, de família tradicional em Ervália e eram os que mais rejeitavam o namoro. “Era muito difícil lidar com isso há vinte anos, eu tinha um filho de seis anos e, na época, era dependente de drogas, então o preconceito foi muito maior, era vista como problemática pela família da Flávia, mas ela enfrentou todos para ficar comigo, acho que foi ela quem me salvou das drogas.” – afirmou Suzana. Flávia diz que hoje é mais tranquila a relação com sua mãe e outros

familiares, que seu pai já faleceu, mas, mesmo antes já reconhecia Suzana e Roberto como membros da família: “Eles frequentam a nossa casa, tratam Roberto como neto e *‘colocam a benção nele’*, mas tudo isso foi conquistado com tempo, sem exposições, nem imposições. Foi acontecendo naturalmente, nunca forçamos nada. Foram muitas visitas, carinho, cuidado e jogo de cintura”.

Paiva (2007:32) afirma que o ethos íntimo marcado pela ética da reserva e da distância, não se trata de uma “volta ao armário”, mas de uma economia (no sentido econômico de fazer uma reserva) da intimidade frente a uma exposição sentida como excessiva, me lembrando da fala de alguns de meus entrevistados: “Sou assumido, mas não quero exposição”. Esse autor ainda diz que os casais homossexuais destacam a importância de ocupar, na relação sexual, alternadamente os polos ativo e passivo, exercendo assim uma “democracia sexual”. Esse tipo de transação sexual pode representar esforço para alguns, conquista para outros e para todos; um sinal de relação plena.

Em observação, durante as entrevistas e anteriormente, em convívio com alguns entrevistados, percebo que a questão: “ativo e passivo” é ainda um marcante nas relações, em especial nas do contexto de interior. É como se eles, tivessem a necessidade de ter a representação do feminino e masculino dentro do relacionamento, ainda que este seja dado por pessoas do mesmo sexo. A possibilidade de relativização do gênero, sexo, sexualidade e a quebra de rótulos podem parecer um tanto perturbador, chegando a se tornar uma necessidade identitária para alguns.

Em relação a formalizar a união, o casal Flávia e Suzana disse que já o fizera, há aproximadamente oito anos, com um contrato de parceria: “Fizemos na cidade de Viçosa, pois naquela época não era tão comum e queríamos evitar constrangimentos com a família. Não falamos com ninguém sobre esse contrato de união estável, mantemos sigilo, mas acho que no fundo a família já sabe que fizemos, devem desconfiar pelo tempo que estamos juntas que nós nos resguardamos de alguma forma. Queríamos nos proteger e também proteger Roberto, ele foi citado e também se encontra amparado, caso aconteça algo com alguma de nós”. Na semana seguinte a entrevista, Flávia me entregou uma cópia do documento, tomando o cuidado de cobrir campos com nomes e outros dados das partes.

Devido ao acidente sofrido, Roberto tem muita dificuldade na fala, mas conseguiu responder algumas questões. Durante toda a entrevista se mostrou seguro: “Nunca senti incômodo ou constrangimento, nem quando criança” completou com a ajuda da mãe biológica. Insisti um pouco, pedindo mais informações sobre convívio na escola e como ele lidou com o fato de ter duas mães, e ele só completou “Nunca tive *problemas com isso*”. Suzana completa, dizendo que Roberto sempre teve uma personalidade muito forte e decidida e que acredita que isso o ajudou a não sofrer preconceitos: “Ninguém mexia com ele”. Afirmou ainda que Flávia sempre foi como um “porto seguro” para ele, como a figura paterna. Ele sempre recorria a ela nos momentos de dificuldade.

Para Roberto, essa naturalidade em ver a relação das mães, se deu também ao fato de ter acompanhado de perto, desde criança, o relacionamento de ambas: “Sempre dormimos juntas, agíamos como um casal perto dele, nunca tentamos esconder nada”, afirma Suzana. O rapaz chama a companheira da mãe pelo nome, mas brincou que ora a chama de “*Pãe*”, pois ela é meu “*porto seguro*”. Citou ainda que, um dia que saíram os três juntos, alguém insultou Flávia e ele se levantou para defendê-la, ressaltando que a situação não aconteceu por homofobia, mas “porque alguém falou algo que eu não gostei dela”, porém preferiu não detalhar o que foi dito na agressão verbal.

Durante a entrevista, consegui perceber que Roberto é realmente um rapaz extrovertido e bem resolvido, e mesmo após o acidente, com todos os problemas de locomoção, ele sai constantemente com as mães, com amigos e colegas do curso, tendo uma vida social bastante ativa na cidade de Ervália.

Flávia e Suzana disseram que, antes do acidente de Roberto, já pensaram em adotar “um bebê”, pois Roberto estava crescendo e logo iria embora. Mas o acidente deixou o filho imobilizado e precisando de cuidados especiais: “depois do acidente desistimos da ideia, porque ele passou a depender muito de nós” – Roberto ainda tem sequelas do acidente, e isso é bastante perceptível na sua fala e dificuldade de locomoção.

Para elas, para uma adoção ter sucesso é preciso que haja mais do que boa condição financeira, mas disponibilidade para a criança, e que o modelo familiar deva

ser adequado e mais aproximado dos padrões normativos convencionalmente aceitos e isso vale para todos os tipos de casais, tanto homossexual quanto heterossexual.

Flávia diz que Suzana tem um pouco de resistência em dois homens adotarem. Suzana se defende: “Não que eu ache que eles farão alguma coisa demais, só acho que homem não tem muito habilidade com criança, eles sempre vão precisar da ajuda de uma madrinha, das avós... Vai sempre faltar algo. O convívio materno não dá pra ser substituído. Ajudamos o Roberto em tudo, na época em que morava em república em Viçosa íamos ajudar na mudança, explicamos sobre sexo na adolescência”. Nessa fala, notei que as entrevistadas corroboram com o senso comum e reproduzem a naturalização de quem sabe cuidar é a mulher, a mãe, e a mãe não pode ser substituída por um casal de homens.

Ambas disseram que acreditam que a orientação dos pais sociais não interfere nas preferências do filho “O Roberto foi criado por nós e não virou gay!”, mas Suzana diz que se puder escolher claro que prefere que Roberto sempre goste de mulheres, pois é o que é considerado normal pela sociedade, fazendo uma analogia, entre risos “Se eu posso ser magra porque ia querer ser gorda?”.

Flávia e Suzana foram as que mais me pareceram adaptadas à cultura da cidade, por serem de família tradicional, são consideradas discretas pela população local. Ambas são conhecidas, respeitadas e queridas na cidade. Sua família é vista por muitas pessoas como um exemplo de família homoafetiva, mas por diversas vezes disseram que tudo isso foi conquistado, com tempo e paciência: “Há alguns anos atrás era mais difícil, mas nunca nos impomos, conquistamos as pessoas aos poucos. Elas foram se acostumando a nos ver como uma família. Já moramos juntas há mais de vinte anos. Hoje quando a Suzana vai comprar alguma coisa no mercado *elas já anotam ‘Suzana da Flávia’*”, citando um hábito existente no comércio local de anotar as compras em cadernetas para que sejam pagas ao final do mês. Afirmaram ainda, que nunca sofreram preconceitos por parte de amigos – que percebessem – mas muita rejeição da família no início da relação.

A maioria dos amigos das duas são heterossexuais (casais de amigos, colegas do Roberto, famílias inteiras) que frequentam a casa regularmente, lhes dão os filhos como

afilhados, que os sobrinhos de uma chama a outra de tia. Enfim, o casal afirma que essa aceitação, já é algo que foi naturalizado na vida delas.

- **San.**

Conheço San há pouco mais de cinco anos, já fomos colegas de trabalho e sempre conversamos sobre coisas diversas. Ela tem 29 anos de idade e chama bastante a atenção na cidade por sua aparência física. É uma loira bonita, de cabelos lisos, longos e corpo bem definido pela malhação constante. Tem uma vida ativa, sempre sorridente e comunicativa e com uma grande rede de amigos. Sai frequentemente, para festas em Ervália e cidades vizinhas. San é formada em Educação Física, mas trabalhou durante alguns anos como recepcionista e atualmente atua como personal trainer em uma academia da cidade, não escondendo sua paixão pelos esportes. Reside com sua mãe em um bairro próximo ao centro da cidade, e esta entrevista se deu em sua casa. Como já nos conhecemos de longa data e temos intimidade para conversar, posso dizer que foi um papo fácil, tendo em vista que já trabalhamos juntas e constantemente conversávamos sobre o assunto, tema desta pesquisa.

San não gosta de rótulos, prefere não se auto definir em relação à sua sexualidade, “Rótulos são para produtos!”- diz ela brincando. “Em se tratando de sentimentos nada é definido, para o coração não há sexualidade, ele se apaixona e *pronto*”. Para San, mesmo que os casais homossexuais consigam garantir seus direitos, este tipo de relação sempre estará em desvantagem. “É triste saber que, na prática, os direitos não são levados a sério, tendo em vista que, todo o dia vemos a exclusão e violência muito *presente na vida destes casais*”. San namora há um ano, mas diz que não pensa em formalizar a relação, pois ainda tem resquícios da relação anterior, que foi muito intensa para ela. Confessa que, desde criança, tinha pensamentos e sentimentos diferentes: “Até certa idade achava normal, mas incomum, então guardava só para mim. *Com 14 anos fiquei com a primeira menina e vi que gostava disso. Eu era ‘bissexual’, ficava com meninos e meninas, mas com mais idade fui percebendo que era de meninas que eu gostava mesmo, me sentia mais feliz, mas era ruim pensar que era ‘lésbica’, preconceito meu*”. Como ouvi de San, já ouvi de outras pessoas da cidade, que o termo “lésbica” é um tanto “pesado” demais, quase vulgar.

A entrevistada acredita que os homossexuais masculinos sejam diferentes na forma de se relacionar. Segundo ela, eles conseguem dissociar o sexo do amor e usam o sexo para conseguir o amor “Como se tudo começasse com o sexo, depois vem o amor romântico, já com as mulheres primeiro acontece o contexto emocional para daí surgir o prazer sexual, eu diria até que para a mulher o amor, a lealdade, o companheirismo, a fidelidade e as carícias seriam mais importantes que o sexo *em si*” – idealizando a relação homoafetiva entre mulheres como mais propícia ao romance. Outra diferença apontada pela entrevistada seria em relação à homofobia: “O casal de gays sofrem muito mais preconceito, ainda mais se forem afeminados. Todos os dias morrem mais homens gays vítimas de homofobia do que garotas. O lesbianismo é um fetiche para muitos homens, e quando se fala de dois homens, quase todos repudiam a ideia. Acho que é *reflexo da sociedade machista em que vivemos*”.

San acredita que hoje as pessoas estão se assumindo mais, pois há interesse político, e assim a tolerância é maior. Para ela, embora a homossexualidade sempre tenha existido, antes as pessoas não se assumiam por motivos diversos, citando represálias, preconceito, perseguição e em determinado momento da história, até torturas físicas. “Hoje cada um luta por seus direitos: homossexuais, trabalhadores, negros, defensores de animais, etc. Acho que a tendência é só melhorar, mas estamos longe do fim da homofobia”.

Para a entrevistada, os vínculos afetivos se sobrepõem aos vínculos biológicos, pois numa família unida pelo amor serão transmitidos valores morais e sociais que a criança precisará para a vida toda: “Desde que haja amor e afeto, todas as formações humanas *poderão ser consideradas família*”. Ela afirma que, atualmente toda a família sabe de sua orientação sexual, não por ela, mas pelos comentários da cidade. No início sentia-se atordoada, e acredita que a dúvida das pessoas é o que mais gera comentários.

San diz que chegou a contar para sua mãe, mas foi uma situação muito constrangedora: “Minha mãe não estava em casa e minha namorada foi para lá, minha mãe chegou e viu a moto dela em frente a minha casa, entrou e viu a porta do meu quarto fechada. Abri a porta escondido e minha namorada foi embora. No dia seguinte minha mãe disse que se eu tivesse com um homem no quarto ela não se importaria, perdi a cabeça e gritei que eu não gostava de homem. Ela foi ainda mais dura comigo e disse que não entendia aquilo, que ela não foi criada assim”.

Pouco tempo depois, San alugou um apartamento e decidiu morar com sua namorada. Moraram juntas por dois anos, porém o relacionamento não deu certo, por incompatibilidade de modos de pensar, e San voltou para a casa da mãe. Disse que hoje está tranquila com sua relação familiar, decidiu não “dar margem” para falarem mais nesse assunto, que só diz respeito a ela, corroborando com a ideia de que talvez seja mais fácil e cômodo viver no silêncio do que buscar a visibilidade.

A entrevistada afirma não ter vontade de ter filhos, mas considera a possibilidade de poder mudar de opinião no futuro. Em relação à adoção, é totalmente a favor: “Quem se beneficiará com isso é o adotado. Uma criança com pais/mães, um lar, integrada a uma família terá uma melhor formação, independente se os pais forem de sexos distintos *ou do mesmo sexo*”, mas considera que o filho poderia ser alvo de repúdio e chacotas por parte de vizinhos e colegas, e que isso poderia lhe causar perturbações psicológicas e problemas de inserção social. Outro fator, considerado pela entrevistada, seria o ambiente familiar adequado à criança com “disponibilidade afetiva, financeira, tempo e cuidado”, ressaltando ao final que para a sociedade o nível social do adotante é um fator considerável “principalmente se o casal pertencer às camadas médias ou médias altas da população”.

San afirma que acredita que mulheres possuem um instinto materno natural de alimentar, cuidar e proteger a criança – reificando novamente o modelo de família, onde o lugar da mulher é como mãe – mas San não acredita que homens sofram mais preconceito em adotar e que associar a homossexualidade masculina à perversão é cruel: “Uma pesquisa realizada por pediatras americanos mostrou que de 269 casos de crianças abusadas, apenas dois agressores eram homossexuais”, citando que leu que crianças adotadas por homossexuais apresentam desenvolvimento psicológico, mental e afetivo das que foram adotadas por casais heterossexuais e solteiros.

Finalizando, San disse que acredita que os filhos não podem ser influenciados pela orientação sexual dos pais, pois se assim fosse filhos gays não nasceriam de casais heterossexuais, mas que viver em um ambiente mais aberto à diversidade pode ser mais benéfico para a criança e caso se definam gays no futuro não sofreriam para “sair do armário”.

A entrevistada diz que já sofreu preconceito, por sua orientação sexual, no começo, mas a partir do momento que se assumiu as pessoas passaram a respeitá-la mais: “Se você decide viver na clandestinidade fica mais difícil, porque é a curiosidade que gera comentários”. Afirmo que existiam olhares, fuxicos, que a constrangia no início, mas na maioria das vezes foi respeitada pelas pessoas de seu convívio. Que seus amigos heterossexuais aceitam e saem com sua turma de amigos homossexuais, frequentam os mesmos lugares que as pessoas da sociedade ervalense: barzinhos, restaurantes, pizzaria, “*e somos tratados super bem*”. Sobre alguma situação constrangedora ou de preconceito específica, se esquivou dizendo não se lembrar, mas se lembra de amigos heterossexuais dizendo que o “sonho é transar com duas mulheres” e de amigas que ficaram receosas de trocar de roupa em sua frente ou usar o mesmo banheiro.

Para San a cidade de Ervália tem suas dificuldades, pois mais da metade da população é da zona rural, por isso oferece resistência embasada em suas histórias de vida, cultural, social e também por falta de informação, mas que essas questões não devem interferir em um pedido de adoção por pessoas do mesmo sexo, pois as crenças e valores da cidade de Ervália ainda são de uma sociedade patriarcal, onde é visível a submissão da mulher ao homem, sendo assim, este contexto não deve ser relevante numa decisão baseada em leis.

- **Alan Mebarack.**

Conheci Alan Mebarak – sobrenome fictício escolhido por ele por ser fã da cantora Shakira Mebarak – quando entrei em uma loja de armarinho, bastante tradicional, localizada no centro de Ervália. Estava entretida olhando uma mochila quando percebi um rapaz branco, franzino, delicado, que usava roupas coloridas, cabelo alaranjado e piercing na sobrancelha – que a princípio me chamou a atenção por ser aparentemente diferente das demais pessoas da cidade. Com trejeitos delicados e sem muito pudor, ele perguntou a vendedora se naquela loja teria uma cortina com estampa colorida, com as cores da bandeira GLS, para vender. Percebi que, de imediato, as vendedoras se entreolharam um tanto curiosas e com ares de riso, e responderam que ali não tinha tal objeto.

Faltava apenas cinco minutos para eu entrar em meu horário de trabalho, mas não podia perder aquela oportunidade. Sai logo atrás dele e o abordei, expliquei sobre a pesquisa e perguntei se aceitava me conceder uma entrevista. Alan me respondeu que precisava pensar, se mostrando receoso e arreado a princípio. Marcamos de nos encontrar novamente em seu trabalho, na prefeitura, durante o seu horário de almoço, para eu levar o termo de consentimento livre e esclarecido e lhe explicar mais detalhes da pesquisa.

Alan, ainda desconfiado, pediu para ficar com os papéis que eu havia levado, o que eu assenti. No próximo encontro, ele me confidenciou que chegou a mostrar o termo que deixei a alguém instruído, para verificar se realmente se tratava de uma pesquisa e que, quando a pessoa disse que realmente era um trabalho acadêmico, ele se sentiu mais aliviado.

Na terceira vez que o Alan, no momento da entrevista, nos sentamos em local reservado, em um restaurante da cidade, onde ele costuma almoçar. Conversamos por pouco mais de duas horas. Alan, nesse momento, se mostrou muito disposto e interessado em participar, me falou do seu perfil de facebook, de suas postagens, do seu interesse por trabalhos sociais antidrogas – o que depois pude conferir, pois também participo da mesma rede social.

Alan tem 24 anos, nasceu em Ervália, mas morou aproximadamente durante um ano na cidade de São Paulo/SP. Atualmente reside na zona rural de Ervália e trabalha como auxiliar de serviços gerais na prefeitura local. É comunicativo e se mostrou muito animado durante a entrevista.

Se declarou, de pronto, “completamente homossexual” e afirmou achar que no relacionamento homoafetivo existe mais companheirismo, pois se tratam de “iguais”, mas que nas ruas não existe o respeito das pessoas, mesmo havendo as leis. Durante a entrevista, ele usou muito o termo “passar respeito pra sociedade”, criticou os excessos de alguns casais em movimentos e passeatas e ressaltou “por isso que não somos respeitados!”, se referindo à visibilidade das paradas LGBT. Alan está há quatro anos em um relacionamento estável, e diz que no futuro pensa em formalizar esta relação: “Já estamos juntos há 04 anos, eu tenho 24 anos e ele 28 anos. Prefiro oficializar por causa da família dele, eles têm muita dificuldade de entender. O motivo mesmo é buscar a aceitação da família dele, mas vamos nos casar com separação de bens! Ele tem mais

coisas, tem moto e eu não quero nada disso não”. Embora o entrevistado só tenha cursado o ensino fundamental, se mostrou o mais bem informado dos entrevistados, disse que, mesmo morando na zona rural, tem televisão e internet em casa e pesquisa muito sobre os direitos de união e a adoção por casais gays.

Em diversos momentos da entrevista, Alan parecia buscar uma justificativa para sua orientação sexual. Em determinada hora, direcionou o assunto para seu pai, afirmou que cresceu sem a presença dele e da mãe, sendo criado pela avó, e que na infância sofreu muitos abusos de outros meninos maiores, na vizinhança onde morava, chegando a associar sua orientação aos abusos sofridos no passado: “Acho que de tanto ser abusado eu acabei me acostumando e me tornando gay”.

Aos treze anos, Alan percebeu que gostava mesmo de meninos, disse que já brincou de beijar meninas - amigas lésbicas - mas que nunca teve relações sexuais com mulher e sequer sente essa vontade – se referindo ao aprendizado e socialização de como se aprende a experiência afetiva com brincadeiras de criança.

Para ele, dois homens sempre causam mais polêmica que duas mulheres e sofrem muito mais preconceito: “Homem sofre mais preconceito em tudo, tem muita gente que até acha bonito duas mulheres se beijando, já ouvi homens falando que se excitam com isso”. Em outro momento, discordando do que falou inicialmente, sobre haver mais companheirismo entre dois homens, disse acreditar que a convivência entre dois homens também seja mais difícil: “Entre homens precisa ter mais paciência né? Eu e meu namorado brigamos demais. Já fui traído, já quebrei vassoura nele, moramos juntos há dois meses, mas brigamos muito. Acho que as mulheres parecem ter mais paciência”.

Sobre sua vida social, Alan afirma frequentar festas GLBT, que acontece regularmente na cidade de Muriaé/MG - onde é comum ter variedades de festas e boates gays, atraindo o público mais jovem das cidades vizinhas. Para o entrevistado, hoje as pessoas têm condições de se assumir mais, por causa dos movimentos, das passeatas e da mídia: “Agora temos uma visibilidade que antes não tínhamos e hoje as pessoas podem sair mais facilmente das casas dos pais, se sustentar e assim fica mais fácil se *assumir*”.

Quando fui entrevistar o Alan, confesso que não espera muito, talvez por tê-lo conhecido ao acaso em uma loja, enfim, mas após nossas conversas, foi o que me causou

maior curiosidade e até comoção, pelos constantes dramas vivenciados em razão de sua sexualidade e por ser ele, de todos os entrevistados, o que mais se destoa do modelo de “reserva e discrição” valorizado pelos moradores da cidade de Ervália.

Alan reafirma com constância, que sempre sofreu perseguições por parte do pai: “Meu pai nunca morou comigo, nunca me relacionei nem convivi com ele e já sofri muito na rua, fui sequestrado quando menor, sofri agressões, tomei muitos sustos mesmo! E desconfio que fosse *meu pai quem mandou fazer essas coisas comigo ‘para eu virar homem’*”. Alan diz que, com sua mãe, nunca falava sobre o assunto, e sempre que ela lhe perguntava sobre sua sexualidade ele negava, até que um dia, ela ao acaso, conheceu o seu namorado e lhe perguntou diretamente, Alan afirmou que não conseguiu responder à mãe e, somente chorou, o que para ele, soou como uma afirmação.

Atualmente, diz que o convívio com seus familiares é “tranquilo”, embora na sua casa nunca falem no “assunto proibido”. Acha que todos sabem, mas o tratam com carinho, com exceção do pai, com quem não tem nenhum contato. Diz que a maioria de seus parentes são da cidade de São Paulo, aonde vai sempre, participando dos encontros e festas de família, mas que nunca levou seu atual namorado para não “ficar desagradável”, contradizendo a afirmação acima de que seus familiares têm uma relação tranquila e apoiam sua orientação sexual.

Alan, como os demais entrevistados, também cogita a possibilidade de, no futuro, adotar. Ele considera que crianças precisam ser “demais bem cuidadas e zeladas”, devendo pesar na hora da adoção “o histórico do casal e como eles se comportam em *sociedade*” – fazendo referência novamente à discrição e reserva do casal. Nesse momento, percebi que se tratando da adoção, Alan tinha uma postura mais próxima dos demais entrevistados, valorizando o comportamento reservado. Para ele, além do comportamento adequado, o casal deve ter o apoio da família e boas condições financeiras: “*Acho que em Ervália seria difícil um casal muito diferente do ‘padrão’ conseguir adotar, quase impossível! a relação precisa ser bem discreta e passar muito respeito pra sociedade!*”. Ressalta que os pedidos de adoção devem seguir as leis, se o casal “se encaixar” no que pede a lei, não tem porque o pedido ser negado, com base nos costumes e valores de uma cidade pequena.

Baseado em sua história de vida, o entrevistado acredita sim, que uma criança molestada pode sofrer influência em sua sexualidade futura, mas que o fato de pais gays influenciarem as escolhas dos filhos é mito: “Ah isso é tabu! Criança precisa é de cuidado, carinho e afeto. Para mim o que influencia são os abusos, sofri muitos abusos sexuais de meninos maiores, acredito que se não fosse por isso eu seria heterossexual hoje. Sou novo, já passei por tanta coisa que você nem imagina, já me prostitui, transei em troca de passagem de ônibus, só nunca me droguei. Sou totalmente contra drogas, aliás, faço campanhas contra drogas, distribuo panfletos. Gosto um pouco de chocar, assim faço vídeos no Youtube, fotos polêmicas contra drogas, acho que isso quebra *tabus, marca*”. Ao final da entrevista, Alan me deu dois adesivos para carro, com campanha contra drogas, aproveitando o momento para divulgar seu trabalho.

Alan Mebarak reside na zona rural da cidade de Ervália, e acredita que lá na zona rural, é ainda mais respeitado do que no centro da cidade, pois segundo ele, na “roça” todas as pessoas o conhece e são mais solidárias umas com as outras, reproduzindo a dicotomia rural/urbano: “Aqui as pessoas olham muito como você se veste, como você anda, olham, riem, debocham... Gosto de me vestir diferente, sou descolado, gosto de roupas coloridas, cabelos coloridos, piercing, tatuagens e ele riem disso. É muito atraso! Moro na roça e lá eles respeitam mais. As pessoas do centro são mais conservadoras. Acho que há muito atraso aqui, até em chegar informações”.

Disse ainda que, especificamente, entre os colegas de trabalho não percebeu nenhum preconceito, mas que na rua já foi certas vezes insultado e até agredido: “Estava conversando com meu namorado em frente à Phocus Dance e ao me despedir dei um abraço nele, um rapaz jogou um cone em mim. Sabe aqueles cones grandes, alaranjados de parar trânsito? Foi um daqueles. Me machucou”. Disse que sua mãe critica a forma com que se veste, mas não sua orientação sexual, “Ela não entende que eu sou descolado”.

(...) é o caso das homossexualidades populares (as bichinhas), dos travestis, das drags, dos michês, etc., que se afastam da homossexualidade integrada, branqueada, classe média urbana, monogâmica, disciplinarizada, psicologizada, que, de certa forma, os casais representam. O gay moderno, consumidor, formador de opinião, com estabilidade familiar e profissional, e que vai, aos poucos conseguindo assimilar os mapas cognitivos, afetivos e sexuais de nossas sociedades contemporâneas se opõe àquela representação carnavalizada da homossexualidade, na qual se origina toda forma de preconceito. (PAIVA 2007:41).

Quando terminamos Alan perguntou: “Já acabou? Se tiver mais perguntas você pode trazer, que eu tô gostando muito de participar!”. Foi nesse momento que percebi que, através destas entrevistas, os sujeitos se sentiam “importantes” por serem ouvidos por mim, por terem suas histórias registradas, e mesmo que por alguns momentos, se sentiam protagonistas de uma história.

- **Anne:**

Anne é amiga da entrevistada San e me foi indicada por ela. É uma jovem de vinte e nove anos, branca, olhos expressivos, cabelos longos, negros e com um constante sorriso nos lábios e nos olhos, capaz de encantar qualquer pessoa. Pude perceber que é uma moça aparentemente tímida e um tanto reservada.

Anne nasceu na cidade de Muriaé, mas há cinco anos reside em Ervália, em um bairro central da cidade, onde divide apartamento com algumas amigas. Trabalha como Assistente Social no município e, eventualmente, canta música popular brasileira - voz e violão, em barzinhos da cidade.

Como não nos conhecíamos anteriormente à entrevista e a entrevista me pareceu bastante tímida, houve um pouco de constrangimento de ambas às partes. Católica praticante, Anne frequenta a igreja e um grupo de jovens do município. Durante a entrevista, que aconteceu em seu local de trabalho, em uma sala reservada, pude perceber certo conflito interior entre sua orientação e a religiosidade, muito presente em sua vida – de como parecia difícil para ela essa “negociação” entre a crença nos dogmas religiosos e a sua orientação sexual. Com serenidade e um pouco de reserva, ela falou da relação com a mãe e do seu namoro à distância.

Como San, Anne afirma que não gosta dos “rótulos”, pois acredita que isso fortalece atitudes preconceituosas, e não vê a necessidade de dar nomes para suas opções, mas caso necessário fosse se “enquadrar”, preferia se definir bissexual. Aos 16 anos Anne diz que percebeu que sua orientação sexual era diferente da maioria: “Simplesmente eu não me interessada por homens, tinha ‘medo’ de ficar com eles. Mas ficava e não gostava. Daí eu tive uma breve experiência com uma mulher e voltei a ficar com homem. Namorei 06 anos um homem e essa vontade de ficar com mulher foi sumindo, mas este foi o único namorado que amei. Depois dele, fiquei com outros

homens e me senti bem diferente da fase de adolescência, gostei de ficar com homem. Mas aí, conheci uma mulher, minha namorada atual e estamos juntas há três anos. E foi a partir dela que conheci o verdadeiro amor, ela me satisfaz em todos os sentidos, é *muito diferente de tudo que eu já vivi*”.

Anne, como a maioria dos entrevistados, acredita que a relação homoafetiva é mais igualitária, pois afirma que o entendimento das limitações é consideravelmente menor do que numa relação heterossexual: “Já tive quatro relacionamentos com homens, um namorei por um ano, outro por nove meses, outro por seis anos e outro por três meses. E não encontrei em nenhum deles o que encontro em minha namorada.” – se referindo a seu relacionamento atual, onde alega encontrar mais companheirismo e compreensão. Confidenciou-me que sua namorada mora no triângulo mineiro, mas que se veem com a frequência de um mês, se revezando nas idas e vindas.

A internet foi uma ferramenta preciosa, como fonte de informações, no meu trabalho de campo, tendo em vista que após as entrevistas pude acompanhar o “desenrolar” da vida de alguns entrevistados. Em uma de nossas conversas pela rede social facebook, Anne se encontrava no aeroporto de Confins em Belo Horizonte, aguardando seu voo e enquanto aguardava, conversávamos virtualmente: “Sempre que vou para o mundo dela me sinto melhor do que quando ela vem para Ervália. Sinto-me incomodada aqui e não falo abertamente para minha família sobre minha preferência atual, pois tenho uma relação bem próxima com a igreja católica. Acho que isso me atrapalha a ser realmente o que sou, pois tenho medo do julgamento delas e assim prefiro evitar”.

A entrevistada admitiu que desconhecesse as leis e atualidades em relação aos direitos homoafetivos e que aprendeu muito com minhas perguntas e com a pesquisa. Afirmou ainda, estar mais disposta a procurar saber mais sobre seus direitos, pois “*está mais decidida quanto ao seu querer*”.

Para Anne família é amor, respeito e compaixão. Ela prefere não pensar em um modelo único e tradicional de família. Disse que foi criada dentro do modelo “ideal”, mas perdeu o pai há dois anos e levantou as questões em relação aos modelos familiares e ao que é normatizado como modelo ideal de família: “Minha família sofreu alteração, e aí? Deixamos de ser família? Por não mais residir na família de meus pais, adquirir

outra família que são minhas amigas, com quem divido apartamento. E aí não somos *uma família?*” No senso comum de uma cidade pequena, ainda existe a ideia de que família monoparental e família formada por agregados, por avó e netos, etc., é uma família desestruturada, pois ainda se mantêm o conceito de família patriarcal como modelo ideal.

A entrevistada diz que, embora nunca tenha tocado no assunto com sua mãe, acha que ela sabe de sua orientação, mas só precisa de uma confirmação. Como namora há alguns anos e valoriza sua relação, Anne pensa em muito em breve, contar a verdade para a mãe, pois não dá mais pra esconder, tendo em vista que tem a intenção de ir morar junto de sua namorada. A entrevistada acredita que todos os familiares desconfiam, mas só precisam de uma confirmação sua. Em uma conversa virtual, que tivemos recentemente, Anne me confidenciou que sua namorada virá passar o natal em sua casa, com seus familiares, e que só agora poderá ver como ficará a relação de sua mãe e namorada, convivendo no mesmo ambiente. Falou-me que, por isso, teve que tomar coragem e contar para sua mãe sobre seu relacionamento, mas que ela “reagiu até bem”, porém não mais falou no assunto, mostrando sempre certa esquivia.

Durante toda a conversa, Anne passou-me uma impressão de ser uma pessoa responsável e disposta a ser verdadeira independente das consequências. Afirmou que esta se sentindo muito melhor com sua mãe, desde que lhe contou sobre seu namoro, mas que, desde então, as duas não mais tocam no assunto, o que me remeteu de novo ao “silêncio”. Mas, após ter apresentado formalmente a namorada à mãe e familiares no natal, ela postou fotos onde mostram todos reunidos para as festas de final de ano, as duas sempre juntas ou próximas nas fotos, e recentemente, viajaram em férias por diversas cidades de Minas e Goiás, postando fotos de casal, o que transpareceu que a suposta revelação trouxe mais leveza para sua vida conjugal.

A entrevistada revelou que pretende no futuro adotar e que acredita que “a base de uma família é o amor e não o sexo”, mas confessa ter medo em relação à formação dessa criança e os preconceitos que ela poderia vir a sofrer, em razão dos padrões sustentados pela sociedade serem muito rígidos: “Boa parte da sociedade pensa que homossexual é só orgias e festas, e isso aí já gera muito preconceitos. Infelizmente, boa parte é assim mesmo, querem festas, paradas, mas quando são para ocupar os espaços públicos na busca de conquistar seus direitos, eles têm vergonha ou não se interessam

pelas discussões! Quando você convive com um casal homossexual de perto, é nítido o amor, o respeito e os valores, mas isso não é mostrado e as pessoas ficam com as ideias errôneas lançadas pela mídia. É difícil um Juiz defender a adoção se for se basear nas informações do senso comum”.

Em algumas falas de Anne, como a grifada acima, percebi certa “idealização” do modelo de conjugalidade homoafetiva. Para Anne, a conduta e a idoneidade moral do casal podem auxiliar quando o assunto é adoção e que, com toda a visibilidade que a mídia dá aos travestis é possível sim, quem eles também adotem crianças, mas que ainda percebe uma maior propensão às mulheres conseguirem mais facilmente o direito de adotar, pois a mulher além de mais cuidadora, não é vinculada às questões sexuais: “A mídia não mostra mulheres abusando de crianças, não vemos histórias assim, mas conhecemos muitas histórias de homens. O corpo da mulher também já é preparado para gerar a vida, mas isso também não impede que crianças sejam criadas e educadas *por homens, que podem sim desenvolver o papel de ‘mães’*”.

Para Anne, a criança criada e educada em uma família homoafetiva não sofreria influência em sua sexualidade, mas aprenderia a conviver melhor com as diferenças e enxergará isso como “supernormal”, se tornando um adulto mais tolerante a quaisquer diferenças, diferente dos filhos de casais heterossexuais, que podem vir a ter mais dificuldade.

Para a entrevistada, o contexto ruralizado de Ervália não deve ser levado em consideração na hora dos operadores do direito decidirem um processo de adoção, pois as cidades podem nunca estar preparadas e os adotantes é que devem estar atentos para as questões de adaptação da criança: “Não podemos ter medo de empregar o novo, porque as mudanças não vão parar de acontecer porque as pessoas não conseguem se adaptar”.

Anne acredita que as pessoas que têm mais acesso à informação e a um nível cultural mais elevado têm, conseqüentemente, mais facilidade em conviver com as diferenças, talvez por isso, a maioria da população da cidade ainda não esteja preparada, concordando com San sobre ser a falta de informação e ignorância, possível causa da intolerância.

A entrevistada diz que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito, tendo em vista que é reservada e se veste de forma bem feminina. Afirma que contou sobre sua orientação, apenas para alguns amigos mais próximos, e que seu círculo de convivência é, em sua maioria, de amigos heterossexuais que não sabem de sua orientação. Sobre alguma situação constrangedora vivenciada, narrou a seguinte: “Um casal de amigos meus não sabem que namoro uma mulher, e descobriram de uma maneira bem engraçada, pois estávamos em um bar e minha *namorada me chamou de ‘Amor’ na frente de todos*. O mais interessante é que ninguém falou nada sobre o fato. Assim estamos até hoje sem comentar o assunto, até porque ela, essa amiga, é bem preconceituosa”.

- **Laura.**

Laura nasceu em Viçosa, mas mora em Ervália há sete anos, reside sozinha em um bairro afastado do centro da cidade. Marcamos de conversar em um barzinho muito popular e frequentado, localizado na praça central da cidade, conhecido como “Bar das Moças” – nome popularmente dado ao bar, tendo em vista que as antigas donas eram duas mulheres. Eram pouco mais de seis da tarde, após meu expediente de trabalho, quando nos sentamos do lado de fora do bar, em uma mesa posta no canto da calçada. Eu pedi um refrigerante, pois não queria beber durante as entrevistas para não perder o foco e Laura pediu cerveja – e depois me foi confidenciado por ela que precisava beber para ter coragem de falar, sendo que manifestei respeito por isso. A conversa durou pouco mais de duas horas. No começo ela pareceu um tanto tensa e até desconfiada, mas depois ficou mais solta, talvez pelo efeito do álcool.

Disse que, desde “criança” tem sentimentos “diferentes” por meninas, relatando brincadeiras, “Eu não sabia ao certo o que era, mas era um encantamento diferente de amizade, eu queria ficar todo o tempo perto de uma vizinha. Eu tinha uns dez anos e ela era uns dois anos mais velha do que eu. Brincávamos quase todos os dias e eu fazia tudo pra agradar, pra chamar a atenção e quando ela sorria meu coração disparava. Ela nunca soube, graças a Deus! Hoje acho que só uma mulher entender outra mulher, falo das complexidades de uma mulher. Homem, além de não entender, não tem muita *paciência*”.

A entrevistada se diz bissexual, justificando que “*podemos nos apaixonar e nos atrair por qualquer pessoa*”, embora ela prefira mulheres e atualmente só fique com

mulheres, “Acho que todos nascemos bi. Nos apaixonamos por pessoas, independente do corpo físico, mas prefiro mulheres por questões de afinidade, são mais carinhosas, compreensivas e mais companheiras. Não gosto de falar que sou bissexual, pois acho que sou mais julgada por isso, a sociedade exige uma definição, uma posição de você e eu acho isso ruim”.

Nunan (2007:62) diz que de um modo geral, homossexuais tenderiam a rejeitar papéis rígidos, sobretudo aqueles relacionados com os estereótipos de gêneros tradicionais, valorizando a negociação constante. Laura diz que prefere as festas gays, movimentos, passeata: “Acho que isso dá visibilidade para a causa. Pode chocar, mas causa rupturas e obriga o Estado a se (re) organizar para incluir as minorias, criar *políticas públicas*, etc.”. Laura já namorou alguns homens, teve relacionamentos longos e estáveis, mas que somente se relacionando com outra mulher sentiu melhor o amor e o companheirismo de um casal: “*A gente se entende mais, divide contas, divide tarefas, divide tudo como os casais heterossexuais modernos. Mas é claro que também existem casais heterossexuais que se entendem bem, eu não quis dizer o contrário e acho também que a diferença em ser homossexual está na cama mesmo, pois o resto é bastante parecido. Vejo em casamentos gays os papéis masculinos e femininos bem estabelecidos. As mulheres mais delicadas costumam se atrair mais pelas mulheres masculinizadas e os homens delicados pelos bofes e vice e versa*”. A fala de Laura corrobora com a ideia de que o relacionamento homoafetivo imita o heterossexual.

Laura namora há cinco anos e diz não ter certeza se deseja “casar”, pois teme perder a independência e, depois de pensar um pouco, disse ter medo até de perder a identidade: “Acho que o casamento faz isso com a gente, você se mistura com o outro e depois de um tempo não sabe mais quem é quem”. Paiva (2007:30) diz que essa questão da coabitação se coloca de maneira ambígua, pois há aqueles casais que ressentem da ausência, por alguma contingência, desse modelo de “juntar as escovinhas, de dividir o teto, as despesas, o café da manhã, o cuidado com a casa, etc., ao mesmo tempo em que afirmam que isso não diminui em nada o sentimento de estar casado”... A conjugalidade deve recair na ênfase da qualidade, na intensidade e na valorização do vínculo com o parceiro, muito mais do que num modelo padronizado de relação.

Em contrapartida, Laura se preocupa com o futuro e diz que se puder fará um documento que “resgarde os direitos de sua mulher”, pois caso algo lhe aconteça

acredita que sua família brigaria por seus bens, mostrando em sua fala o peso da instituição herança material e simbólica - dos valores da família de origem e em que medida construir uma nova forma de relação pode desestruturar esses valores morais. “Minha família é muito ligada a dinheiro, valorizam muito isso, e minha mãe não considera um casamento gay como um casamento de verdade. Ela tem muitos preconceitos, não só em relação a gays, mas é racista. Você sabe como é esse pessoal mais antigo né?”. Oliveira (2006) fala em “justiça de meia sola ou arremedo de justiça”, pois na maioria das vezes quando não há a formalização da união homossexual, o patrimônio do acabou indo normalmente para parentes e familiares que hostilizavam e rejeitavam a orientação sexual daquele que morrera, “e isso não é uma solução justa”.

Para Laura família é “(...) todo mundo que divide o mesmo teto, que se gosta e que se cuida. Fico meses sem visitar meus pais e parentes até anos, não sinto tanta falta quanto às outras pessoas sentem e até já me questionei se isso seria um defeito meu” disse a entrevistada refletindo sobre uma provável falta ou fuga sua em relação à família de origem. “Existe um discurso de família é a base e traz paz e segurança, mas depende da família, pois algumas te tiram a paz e só trazem problemas, infelizmente é o caso da minha, quando os visito me desequilibro, pois lá há muitas brigas e discussões por bobagens, como coisas fora do lugar podem dar briga para o dia todo. Não vejo equilíbrio onde eu cresci e talvez por isso vivo buscando equilíbrio”. Nesse momento, senti que Laura fez um desabafo em relação a uma infância conturbada e quando tentei adentrar mais nesse assunto, ela se esquivou “Tem coisas que são tão ruins que prefiro nem falar, mas cumpro com minhas obrigações de boa filha, ajudo financeiramente e *visito às vezes*”.

Laura afirmou que é uma mulher independente, atualmente mora sozinha e que sua família não mora na mesma cidade, que paga suas contas – diferente de Anne que, mesmo não dependendo financeiramente da mãe, acredita que deve lealdade afetiva à ela.

A entrevistada afirma que nunca falou com seus pais sobre sua orientação sexual, mas tem certeza que eles desconfiam, e que pelas atitudes de seus pais, dão a entender que preferem não saber, pois segundo ela, parecem fugir do assunto: “Quando passa cenas sobre casais gays em novelas, minha mãe começa a conversar ou sai da sala com desculpa de fazer alguma coisa, meu pai fica balançando a cabeça de um lado para

outro com uma cara meio carrancuda. Sempre é assim, vendo isso eu até desisto de contar. Minha mãe fala muito em família de Deus, onde branco casa-se com branco e negro com negro. Logo penso, se ela acredita nisso, jamais irá achar certo outras coisas”.

Laura afirma: “Quando levo minha mulher nos encontros de família, todos olham estranho, observam ela de cima até embaixo e alguma vezes cochicham algo que não consigo decifrar, mas nunca me perguntaram nada diretamente. Mas sinceramente não ligo, pois para mim o que importa é que a tratam muito bem, mas acho que ela se sente incomodada com essas coisas”.

Nunan (2007:51) diz que “atitudes negativas sutis podem ser observadas mesmo em famílias que se esforçam por se reconciliar com o parente homossexual”. Um exemplo característico deste fenômeno “*seria ‘esquecer’ o aniversário do companheiro ou deixar de incluí-lo em eventos familiares*”, o que demonstra ambivalência sobre a aceitação do relacionamento. A autora cita a fala de Gabriel, psicólogo de 49 anos, quando questiona ao irmão se pode levar o namorado a um evento em família: “Eu perguntei para o meu irmão se eu podia levar meu companheiro para passar o natal com a gente e ele falou ‘Ah, natal é uma coisa só para família’.” Como vemos neste tipo de situação o indivíduo é deixado na difícil posição de ter que escolher entre seu companheiro e sua família.

Laura diz que, embora tenha medo de perder a independência, pretende em “um futuro bem distante” formalizar a sua união e adotar “Eu queria adotar uma menina de até uns três anos eu acho, não me importo com a cor, mas acho que eu tentaria adotar em outra cidade, *aqui seria mais difícil de conseguir*”– disse sem muita certeza. Ela acredita que a maior barreira para a adoção homoafetiva ainda seja o medo da identificação dos filhos com os pais, embora não concorde com essa afirmação, pois no histórico de sua família não tem outros gays, pelo menos que ela saiba: “Imagino que deva ser mais fácil gay adotar menina e lésbica adotar menino. As pessoas ainda acham que os homossexuais vão molestar ou interferir na escolha amorosa dos filhos, mas esse é um pensamento cruel. Se o casal tem disponibilidade, boa condição financeira e muito amor para dar a uma criança, que mal pode haver? Nas zonas rurais o que mais vemos é incesto, pais molestando filhas ou querendo ser o ‘primeiro’ delas e são heterossexuais, ditos ‘conservadores’”.

Laura acha que os homens sofram mais para adotar: “Os homens heterossexuais já têm dificuldade de conseguir a guarda dos filhos, imagine os pais que se assumirem gays?”. Laura diz conhecer uns três travestis na cidade de Ervália e não os vê sendo respeitados: “As pessoas não agridem, mas debocham, riem, criticam e os homens acham que podem usar e abusar. Tem pessoas que presenciam e não gostam, mas *ninguém tem coragem de defender*”. Laura ainda afirma que: “as leis não tem que se adequar as pessoas, mas as pessoas as leis. Aqui quase todos os crimes são passionais, justificam que é em nome da ‘honra’. *Se for olhar o contexto na hora da decisão, teria que absolver, pois é o contexto rural*”.

Algumas falas dos entrevistados me fez perceber que, na escala de possibilidades, quem se encontra mais próximo do modelo de família idealizado e quem se encontra mais distante – o travesti seria o que mais se distancia, sofrendo inclusive o preconceito dentro do próprio grupo de homossexuais, transparecendo que, o grupo de homossexuais não é homogêneo, ao contrário, também reproduzem estereótipos e existem classificações e discriminações.

A entrevistada acredita que, embora a cidade ainda tenha muitas dificuldades, parte da população está acompanhando “até bem” as mudanças, mas as pessoas da sociedade precisam ser conquistadas por essas novas famílias, como fizeram as entrevistadas Flávia e Suzana, e isso leva muito tempo. Diz que prefere não falar com as pessoas da cidade sobre sua orientação sexual: “*prefiro me fechar aqui*”. Laura acredita que poucos saibam, mas diz sentir muito desconforto em ter que apresentar sua mulher como sua amiga ou não poder andar de mãos dadas como os casais comuns. Quando sai com sua namorada, não demonstra que são namoradas, mas pelo falo de nunca sair ou ficar com homens já ouviu cochichos da vizinhança, “Acho que algumas vizinhas desconfiam, mas nunca me falam nada, nem perguntam por que eu me mantenho distante de não dou margem, mas isso me incomoda um pouco. Vejo que ficam olhando e às vezes *cochicham*”. Laura ainda disse que, se caso estas vizinhas perguntassem ela não falaria sobre sua orientação sexual: “Não falaria não, as pessoas não entendem isso, pois já ouvi essas mesmas pessoas dizendo que isso é falta de Deus, falta de religião ou falta de homem, mesmo a união agora sendo regulamentada pensam da mesma forma, então não há o que discutir com essas pessoas, elas não podem entender”.

Segundo Laura, ela tem pouquíssimos amigos em Ervália, pois sai muito com amigos “já íntimos” de Viçosa e Ponte Nova e prefere o público gay e lugares LGBT, onde pode extravasar e ser realmente quem é. Nunan (2007:56) diz que, para os indivíduos homossexuais, uma rede de amigos íntimos muitas vezes funciona como uma “família eleita” que substitui, de certa forma, a família de origem que discrimina o sujeito. Laura revela outras tensões vividas na infância, “Já sofri muito bullying na escola, na época em que nem sabíamos o que era isso, a gente aguentava e pronto e ninguém morria. Eu era meio fechadona, acho que sempre fui e não ligava pra aparência, *andava toda ‘jogada’*, era chamada de sapatona pelos meninos, acho que isso interferiu no fato que eu não querer me expor pra qualquer um hoje. Prefiro me fechar *e me mostrar só pra quem me entende*”.

4.2. FAMÍLIA E ADOÇÃO HOMOAfetiva SOB O VIÉS JURÍDICO.

A Comarca de Ervália abrange as cidades de Ervália e Araponga. Sendo Vara Única, estão incluídos: processos cíveis, feitos criminais, processos de execução penal, processos da infância e juventude e o juizado especial cível e criminal – que se refere a pequenas causas (com valor abaixo de 40 salários mínimos ou pequena gravidade).

Com aproximadamente 04 mil processos ativos, o quadro de servidores é pequeno, composto por um juiz, um promotor, um agente judiciário, 5 oficiais de apoio, 1 oficial judiciário e uma assistente social, não tendo psicóloga judicial.

Os entrevistados, membros do judiciário de Ervália, foram a Assistente Social Judicial Lu e o juiz Carlos, que com suas entrevistas, contribuíram para a compreensão sobre a visão do poder judiciário a respeito das novas questões de família, especialmente pelo fato de operarem no Direito em uma cidade pequena, com contexto ruralizado.

Como ambos são meus colegas de trabalho e Lu, além de colega de trabalho também é minha amiga, considero que tive acesso privilegiado às informações fundamentais para análise do meu objeto de estudo, pois não fosse isso, talvez as relações, entrevistas e conversações com Lu não fossem tão acessíveis para um pesquisador de fora, ou melhor, dizendo poderiam ser mais formais e menos espontâneas – com observações diárias e frequentes.

- Lu.

Lu formou-se em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, e exerce a profissão há 16 anos, sendo que, há 10 anos está na Comarca de Ervália. Ela é, inicialmente, a pessoa responsável pelos cadastros de processos de adoção (adotados e adotantes), aliás, por se tratar de vara única, há todos os tipos de atendimentos e procedimentos todos os dias, mas o serviço social está organizando em “teoricamente” prestar atendimento ao público às terças, quartas e quintas-feiras, nos horários de 12 horas às 18 horas, sendo que este é o mesmo horário de expediente de todos os setores do fórum. Nos dias e horários restantes, a assistente social faz visitas domiciliares, entrevistas, elabora estudo social, faz contato com a rede social de atendimento, entre outros serviços pertinentes a seu cargo. Como trabalhamos juntas, sempre em nosso horário de café, conversamos sobre questões pertinentes à adoção homoafetiva e à minha

pesquisa, mas a entrevista se deu mais formalmente em nosso horário de trabalho, na sala de Lu.

Rios (2001:115) ao afirmar que o “Direito de Família caminha cada vez mais em direção ao conhecimento da natureza familiar, das relações humanas, estáveis e duradouras, fundadas na sexualidade e no afeto, com a intenção de estabelecer-se uma *plena comunhão pela vida*”, este autor corrobora com a ideia de muitos juristas que acreditam que as relações de afinidade vêm se sobrepondo às relações de sangue.

Segundo Lu, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamenta o direito de adoção entre outros, não traz de forma expressa a possibilidade de adoção por casal homossexual, mas também não veda, ele fala apenas de “pessoas”, levando alguns operadores do direito a crer, subjetivamente, que se um casal possui todos os requisitos para que a adoção seja deferida e que seja para o interesse e benefício da criança, independente de sua orientação sexual, teria qualquer casal o direito de adotar, sem que haja alteração ou legislação específica para tal.

A entrevistada se mostra aberta ao diálogo franco, e atualizada com as transformações que estão ocorrendo na família, me disse que não consegue perceber a diferença entre família homoafetiva e família heteroafetiva, para ela “família é família e pronto“, “esta tal Ação Direta Inconstitucional¹⁶, somente legalizou e estabeleceu direitos e relações que de fato já existiam”. Lu afirma que as relações de afeto/desafeto, afinidade/incompatibilidade são construídas socialmente, na convivência, no cotidiano e nem sempre são harmônicas, mas se constituem como base para a “conformação da família”.

Para ela, para ser família é necessário haver vínculos “biológicos ou não, afetivos ou não”. Família é uma dupla ou um grupo de pessoas que convivem pelo “amor”, “desejo” ou por padrões que ela enxerga como normais, porém, pré-estabelecidos pela sociedade, mas não deixa de frisar sobre a individualidade do homem moderno: “Hoje o que conta em todos os aspectos é ser feliz por si mesmo, é também um modelo que, sem

¹⁶ O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu no dia 4 de maio de 2011 o julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, em que se discute se é possível equiparar a união entre pessoas do mesmo sexo à entidade familiar, prevista no artigo 1.723 do Código Civil (CC). A ADI foi proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O governo do Rio de Janeiro ajuizou a ADPF 132. O julgamento foi interrompido após o relator do caso, ministro Ayres Britto, julgar procedentes as duas ações para dar ao artigo 1.723 do Código interpretação conforme a Constituição Federal (CF) e para dele excluir “qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como ‘entidade familiar’, entendida esta como sinônimo perfeito de família”.

percebermos está nos sendo imposto: A felicidade a qualquer custo. Apesar de Jobim cantar: É impossível ser feliz sozinho, talvez seja este o caminho que estamos trilhando. As relações estão esvaziadas de compromisso, pois todos nós nos tornamos descartáveis e substituíveis”.

A entrevistada diz que não percebe, no contexto social, diferenças em uma família formada por pessoas do mesmo sexo, mas há diferenças biológicas, pois necessitam de procedimentos modernos para procriação ou uma maior aceitação de todas as classes sociais para a adoção. Ela acredita que a população da cidade de Ervália está progressivamente aprendendo a conviver com as diferenças, ou melhor, as diferenças não são ressaltadas, afirma ainda que seu grupo de convívio aceita de forma natural a questão das relações entre pessoas do mesmo sexo e no município existem casais homossexuais que são vistos e respeitados como famílias.

Sobre a adoção, Lu diz que na Comarca ainda não vivenciaram de fato a situação da adoção homoafetiva, nem por solteiro (que assim se declarasse) nem por casal, entretanto se houver uma união de fato será relatado no processo, porém quanto aos direitos do adotado em relação ao parceiro (a), ou futuro parceiro do adotante, cabe ao casal regularizar. Ela desconhece se existe alguma lei específica que trate deste assunto e acredita que essa ainda é uma decisão subjetiva de cada Juiz, baseando-se nas impressões, relatórios, estudos sociais e limites de outras leis.

Lu acredita que, a conquista por direitos, não só dos casais gays, mas das minorias, se dão através do amadurecimento das discussões, da adesão da mídia, da evidenciação e a maior liberdade vinculada aos padrões. Ressalta ainda que, no Serviço Social não se usa muito o termo “casal e sim pessoas”, entretanto, se o casal estiver apto à adoção, pode ser heterossexual ou homossexual, não haverá distinções “O padrão adotado será o mesmo para qualquer pessoa apta, sem ter um padrão normativo, a avaliação social é subjetiva”, prevalecendo sempre o bem estar da criança.

- Carlos.

Carlos é natural de Florianópolis/SC, formado em Psicologia e em Direito pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina e atualmente faz mestrado nos Estados Unidos. Embora jovem (36 anos), Carlos já exerce a magistratura há aproximadamente

cinco anos e nove meses, sendo que durante os anos de 2010 a 2012 atuou como juiz da comarca de Ervália e atualmente é juiz em de Comarca de Nova Serrana/MG.

A conversa com Carlos se deu on line, através de uma rede social, onde somos amigos, fui lançando as perguntas e ele respondendo, em tempo real. Pude trabalhar diretamente com ele durante esses dois anos, conheço-o por convivência pessoal e posso dizer que ele tem um perfil inovador e dinâmico, característica de alguns juízes mais jovens, que se atentam mais para questões ligadas à cidadania e aos novos direitos, inclusive os de família, buscando romper o distanciamento existente entre a magistratura e o cidadão.

Durante o tempo de magistratura em Ervália Carlos chamou a atenção pela informalidade e jovialidade, tanto na forma de se vestir, como na forma de interagir com os colegas de trabalho. Visivelmente, ele abria mão do status de Juiz. Como profissional, a trajetória de Carlos foi marcada pela impessoalidade, em relação às questões da cidade, tendia a buscar sempre a imparcialidade e manter certo distanciamento – dentro do limite possível – das subjetividades da cidade, o que talvez, o tenha levado a ir embora.

Carlos, assim como Lu, enxerga a família homoafetiva como apenas mais uma modalidade de constituição familiar que foge à regra “pai e mãe”, presente hoje em nossa sociedade e que resguarda a diversidade na constituição das famílias. Por sua experiência na cidade de Ervália, entende que, como a maioria dos “municípios pequenos e localizados no interior”, ainda possui sérias dificuldades em entender e aceitar uma família homoafetiva, mas que uma adoção não deve ser indeferida se pautando nessas dificuldades: “Deve-se respeitar a sociedade, seus valores, contudo, o judiciário goza de plena e absoluta independência funcional, não sendo crível que juízes deixem de deferir adoção para casais gays em razão do tipo de sociedade em que *vivem*”.

Para Carlos não deve haver diferenciação entre as adoções: “Adoção é um ato de amor e entrega ao próximo, sendo irrelevante o sexo ou a composição familiar de quem adota. O único requisito é o amor. Ocorre que, a sociedade brasileira ainda está em fase de se informar sobre o que representa a adoção homoafetiva. O que pode ser questionado não é a capacidade ou a condição de pais e mães gays adotarem, mas sim o impacto que tal forma de colocação em família substituta teria na vida da criança, em razão do forte preconceito que paira na sociedade brasileira. Entretanto, tal adoção

deve ser deferida sim no caso dos pais –gays ou não – preencherem os requisitos legais, que são capacidade de criação, amor e os interesses da criança, esses devem ser os principais requisitos”- diz Carlos.

O entrevistado citou o artigo de lei, em que deve se basear a adoção: “O Art. 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente, modificado pela L12010/2009, dispondo a possibilidade de adoção por pessoas casadas ou em união estável e, se recentemente o CNJ – Conselho Nacional de Justiça determinou a lavratura de certidão de casamento para casais gays, a adoção se mostra legalmente viável”.

Para Carlos não existe um padrão ideal para adoção, mas existem comportamentos que conflitam com os interesses da criança, para pais e mães gays ou não, e estes sim podem impedir o deferimento do pedido de adoção, exemplificando com: “Alcoolismo, drogadição, envolvimento com crimes, impossibilidade de cuidado com a criança, dentre outros desvios devem e irão pesar no julgamento do pedido. O que deve ser levando em conta é se a pessoa ou o casal pode cuidar da criança e garantir seu regular desenvolvimento”.

O entrevistado diz ser um mero “aplicador de leis” e não pode se manifestar sobre a possível carga genética na identificação dos gays: “A existência dessa manifestação comportamental no mundo deve ser vista e compreendida como algo inerente ao ser humano, individual, particular, seja se por escolha ou por natureza. Assim, não acredito que a orientação sexual de um pai poderá influenciar em seus filhos, até porque se ele nascer gay, não será a influência de um pai heterossexual que irá alterar sua natureza – *e vice e versa*”.

4.3. “OBSERVANDO” UM RITUAL DE CERTIFICAÇÃO:

Esta história foi narrada por Helena e Anita, companheiras há pouco mais de 05 anos. Refere-se ao drama social vivenciado por elas no dia da entrega de certificado de Guilherme, filho biológico de Anita. Á princípio, relataram ser uma família parecida com tantas outras, com sua rotina de trabalhos, divisões domésticas, alegrias e conquistas, mas em determinados momentos vivenciam dramas e tensões relacionados à orientação sexual do casal.

O filho de Anita ia se formar. Se formar? Não. Ele ia tão somente concluir o ensino médio em uma escola tradicional da cidade, mas os preparativos eram tantos: convites selados para “colação”, convites individuais para o baile, álbum, fotos com beca e “canudo”, culto ecumênico, baile de gala com direito à valsa, terno e vestido longo e até a famosa cerimônia de “colação de grau”. Tantos “apetrechos” e formalidade apenas para receber o certificado de que se concluiu o ensino médio.

Anita, alegando ser uma pessoa prática, a princípio tentou convencer Guilherme a não participar, afirmando que não se tratava de uma formatura, mas apenas uma certificação e achava desnecessária toda àquela pompa. O rapaz resistente interveio, explicando que todos os seus colegas de classe iriam participar – até os que não passaram de ano – e que ele não queria se sentir excluído. Como Guilherme sempre fora um filho exemplar, nunca repetira o ano, nem tivera notas baixas, concluía o ensino médio aos 17 anos – Anita decidiu ceder aos pedidos do único filho.

Como se tratara de uma “festa” familiar, onde normalmente se convida os parentes mais próximos, Anita convidou Mário, pai biológico de Guilherme (com quem teve um relacionamento heterossexual da adolescência até os vinte e poucos anos) e a família, dela e dele, excluindo a família de Helena, posto que todos moram em outro estado e não têm quaisquer proximidade com Guilherme.

De pronto Mário confirmou sua presença no evento. Anita, envolta nos preparativos não percebeu que Helena, sua companheira já há mais de cinco anos, se sentia naturalmente enciumada pela inclusão do pai do jovem nos ritos de “colação de grau”, tendo em vista que sua presença foi tão ou mais constante, nos últimos anos da vida escolar de Guilherme, quanto à do pai. Embora ela não entendesse a participação efetiva de Mário na formatura, preferiu não externar para não causar conflitos com Anita e Guilherme, silenciando suas insatisfações.

Guilherme optou por não participar do culto ecumênico, pois afirmou que não tem certeza sobre que religião que quer seguir, ou, se quer seguir alguma. Por ser um tanto cético – como o pai – preferiu não participar, o que logo contrariou Helena, que é católica fervorosa e acredita que o mais importante em qualquer formatura é a bênção, para que se possa ter sucesso na profissão ou na continuação dos estudos. Mas, por intermédio de Anita - que quase sempre tentava conciliar os conflitos familiares - Helena aceitou que essa era uma decisão que, naquele momento, cabia tão somente ao rapaz, ainda que no futuro ele mudasse de opinião.

No dia que antecederia a “colação de grau” Anita, Helena e Guilherme receberam em sua casa alguns familiares vindos de uma cidade vizinha: a irmã, sobrinha e mãe de Anita, que ali ficariam hospedadas na casa de ambas até o dia seguinte. Maria, mãe de Anita, logo implicou com Helena, com seu modo de cozinhar misturando muitos temperos, seus hábitos extrovertidos, sendo que era normal este estranhamento entre ambas, que muitas vezes insistiam em disputar a atenção de Anita, que sempre se sentia incomodada com esta situação, justamente por se tratar de uma data onde, segundo ela, deveria estar feliz e em paz juntamente com seu filho, sem muitas intempéries, mas para não causar conflitos também se silenciou.

Na manhã do dia seguinte, chegando todos ao local do evento foram tirar fotos, algumas com todos os familiares juntos, mas a maioria das fotos, por intervenção dos fotógrafos profissionais contratados pela comissão do evento, fora tiradas com Guilherme, Mário e Anita, onde o filho “formando” ficava no meio e o casal – pai e mãe – dos lados, em outras o casal de braço dado ao filho, sendo que essas movimentações aconteciam com algum constrangimento para Anita, que não mais estava acostumada com a presença e o toque de Mário. Em determinado momento, Anita já bastante incomodada com a situação, puxou Helena pela mão, para uma foto familiar e a colocou ao seu lado, no lugar onde há alguns minutos se encontrava Mário.

Após algum um tempo, foi comunicado pela direção da escola que os “formandos” deveriam entrar acompanhados pelos pais, bem como que estes teriam um lugar “especial” à frente, onde se sentariam ao lado do filho. Anita já incomodada com a situação das fotos, rapidamente chamou Guilherme para tomarem seus lugares na fila de entrada do cerimonial. De braços dados com Guilherme, ainda estava confusa sobre como deveria agir e quem deveria chamar para acompanhá-los na entrada ou se realmente deveria chamar alguém. À princípio, pediu que os convidados: Helena, Mário e os outros familiares entrassem e se sentassem onde lhes conviesse.

Após alguns instantes refletindo, Anita decidiu que o melhor seria deixar que Guilherme decidisse a questão da “entrada”, tendo em vista que o momento era “dele” e os demais “formandos” estavam de braços dados com o pai e mãe, sendo que um ou outro destoavam, dando braço a um irmão, que fazia às vezes do pai. Perguntado, Guilherme manifestou a vontade de convidar seu pai biológico para entrar com eles. Assim, Anita foi chamar Mário que aceitou sem relutar. Helena observava a cena, sem dar uma palavra, mas nos seus olhos era perceptível certa tristeza, quase um ressentimento.

O ritual começara numa entrada lenta, com muitos “flashes” por todos os lados, música e pessoas aplaudindo. Anita, um tanto desconfortável com mais aquela situação, tentava esboçar um sorriso que não convenceu quem bem a conhecia. Mário, pomposo, sorria de cabeça erguida, orgulhoso, aparentemente se sentindo o “chefe daquela família”, Maria e os demais familiares de Mário e de Anita, olhavam com aprovação e também aplaudiam entusiasmados.

Helena permanecia sentada em um local de canto e discreto, olhava com os olhos marejados, aparentemente se sentindo uma intrusa e neste relato, me confidenciou que também poderia ser descrita como uma destruidora de lares, violadora das regras morais que regem a família – talvez porque naquele momento ela realmente se sentisse assim.

Após a entrada, Anita, Mário e Guilherme tomaram seus lugares nas cadeiras da frente, reservadas a eles pelos organizadores da festa. Para Anita, era claro que estavam unidos neste momento, tão somente em função do filho, que para ela era o maior motivo de alegria daquele momento, e em nome dele, participaria de todas as cerimônias por mais tradicionais que fossem, mas essas justificativas não confortavam Helena; sendo que era palpável sua frustração naquele momento.

Vez ou outra, Anita olhava para trás e cruzava o olhar com sua companheira, que baixava os olhos entristecidos. Em um determinado momento, Anita olhou e não a viu mais, rapidamente pediu licença aos demais, dizendo que precisava ir ao banheiro e descobriu, pela sua irmã, que Helena teria ido embora da festa. À partir daquele momento Anita ansiou para que aquilo tudo acabasse o mais rápido possível, o que aconteceu depois de aproximados trinta minutos da saída de Helena.

Ao final do evento Anita, rapidamente se despediu de seus familiares dizendo que precisava ir logo embora, sem dar brecha para que os parentes se oferecessem para ir para sua casa. Disse que estava com dor de cabeça, cansada e que não poderia leva-los à

rodoviária. Tudo que ela queria naquele momento era ir para casa e ficar sozinha com sua companheira, sem todas aquelas pessoas à sua volta.

Guilherme, alvoroçado para tirar mais fotos com seus colegas de classe pediu para ficar mais um pouco. Atordoadada, Anita deixou sem contestar e dirigiu até sua casa, achando o trajeto mais longo do que de costume. Chegando lá, encontrou Helena deitada na cama de ambas, chorando ao ponto de soluçar, feito uma criança. Anita não disse nada, só deitou ao seu lado e a abraçou, tentando acalmá-la.

À noite daquele mesmo dia, aconteceu o baile de gala, onde Mário decidiu em cima da hora, não ir, pois alegou que não bebia e gostava de dormir cedo, o que deixou Anita um tanto tranquila por não precisar passar por outro tormento.

Foram somente os três: Helena, Anita e Guilherme, que dançaram e se divertiram como nunca, em um baile com muita alegria e sem as formalidades do ritual da manhã. Estariam livres dos olhares reprovadores e livres para ser quem realmente são? Ainda não, pois mesmo que não estivessem ali os parentes de Anita e do pai de Guilherme, estavam os demais convidados do baile: colegas de classe de Guilherme e seus familiares, professores e coordenadores, então atitudes comuns a outros casais como dançar juntos, andarem de mãos dadas ou trocar afetos não lhes era permitida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As relações homoafetivas sempre foram consideradas desviantes, recebendo da sociedade representação de pecado, patologia ou comportamento perverso. A sociedade negou, e indiretamente, nega até hoje uma série de direitos a estes sujeitos, mantendo este grupo minoritário à margem de diversos espaços e possibilidades. Ainda que, clandestinamente, esses relacionamentos existam no cenário social, o distanciamento da homossexualidade das relações de parentesco e das possibilidades de constituição familiar aumenta ainda mais a rejeição. O debate acerca da sexualidade, promovido pelos movimentos sociais LGBT atribuiu caráter político a esta dimensão, colocando nas discussões públicas aquilo que, até então, era de cunho privado. Assim, as estruturas familiares e identidades sexuais historicamente segregadas passaram a receber visibilidade, provocando questões para a academia e para as políticas públicas. Esse impacto mostra que a atenção aumenta cada vez mais para as questões sexuais, apontando uma necessidade de se ampliar as discussões e reflexões em torno do assunto.

Observando os relatos aqui apresentados, percebi que alguns entrevistados acreditam que, o fato de terem filhos ou estar em união estável aproxima as outras pessoas e facilitam a aceitação e o respeito, deixando transparecer que essas pessoas desejam mais do que serem mães ou pais, eles realmente precisam dessas crianças para ser reconhecidos e se afirmarem como uma família. Porém, a maioria dos entrevistados não pensa em adoção imediata – embora cogite essa opção para o futuro – e já se considera família. De forma que essa esta questão descortina ideias do que estas pessoas têm da vida familiar no contexto em que vivem.

Uma questão levantada por uma entrevistada, que se opõe a opinião do senso comum, seria que filhos criados por pais ou mães homossexuais seriam beneficiados, pois tendem a crescerem menos intolerantes às diferenças. O contato com a diversidade de uma forma natural e contínua, não só ocasional, proporciona à criança lidar com essas questões com mais equilíbrio e bom senso. Para Garcia (2007), muitas das pesquisas utilizadas como instrumentos para defender juridicamente as famílias homoparentais se baseiam na utilização da orientação sexual “heterossexual” da criança como critério de adaptação positiva. Isso significa afirmar que as famílias homoparentais só seriam “normais” se as crianças nelas criadas não se tornassem mais facilmente homossexuais do que as criadas em famílias heterossexuais, o que mostra uma contradição evidente:

para afirmar o direito dos pais homossexuais, nega-se o direito do filho à orientação homossexual. (GARCIA, 2007:284).

Em algumas narrativas, notei que os entrevistados não percebem – ou não querem perceber o preconceito, o estigma, as contradições e tensões que existem ao seu entorno, tendendo a acreditar que tudo já está bem, resolvido e aceito, não existindo mais conflitos ou tensões sociais. Alguns entrevistados, em especial nos que se encontram em relacionamento estável, uma necessidade de desconstruir os preconceitos que rondam a homossexualidade e em algumas falas uma busca pela idealização conjugal – sendo o amor romântico mais retratado nos relacionamentos lésbicos. Alan, o entrevistado que tinha menor grau de instrução, menor capital econômico e reside na zona rural da cidade, se mostrou o mais informado em relação aos direitos LGBT, debatendo de forma espontânea e sem reservas.

Outra preocupação visível seria a dos sujeitos conciliarem o universo marcado pelo individualismo e pela vida familiar, ansiando em buscar uma harmonia e equilíbrio entre estes dois pontos. As necessidades destas pessoas em se mostrar duplamente “responsáveis” parecem corresponder a uma estratégia de defesa frente a uma possível atribuição social de irresponsabilidade frente ao fato de serem simultaneamente mães e lésbicas, pais e gays. A necessidade de discrição frente à própria homossexualidade aparece como uma estratégia de evitar a discriminação e eventual culpa, algumas vezes deixando transparente o quanto os próprios entrevistados têm seus preconceitos enraizados, vez que criam uma escala “invisível” de normas de conduta, modelo familiar e comportamento “menos e mais aceitável”, reproduzindo assim velhos estigmas.

Em cidades como Ervália e tantas outras interioranas da região da zona da mata mineira, o comportamento discreto e com reservas é o mais valorizado, então como aprender a conviver se você não se encaixa padrões considerados ideais e tem uma prática sexual desviante da convencionalmente aceita? Os homossexuais, depois de séculos, continuam sendo alvo de preconceitos explícitos e implícitos de nossa sociedade contemporânea, porém confirmei com esta pesquisa que existem homossexuais e/ou casal que alcançam maior (in) visibilidade e respeito, dependendo da forma que se comporta, se veste, se apresenta e do nível social e econômico em que se encontra, podendo ser mais facilmente aceito e inserido na sociedade.

Pude notar ainda, nos sujeitos entrevistados, que havia um estranhamento maior, pelos próprios homossexuais, nos modelos corporais e comportamentais que mais destoam dos modelos mais regrados, valorizados pela sociedade ocidental, provavelmente este estranhamento se dê em razão do contexto, carregado de valores e crenças, em que foram criados e educados. Para a maioria, a postura “militante” muitas vezes aparece em oposição à postura “discreta”.

Acredito que a partir destas investigações surjam novos desdobramentos sobre contexto de cidade pequena e áreas rurais em contrastes com costumes advindos do urbano, abordando novas possibilidades analíticas sobre os novos rearranjos familiares, investigando não só do ponto de vista das minorias, mas também por parte da população civil, das autoridades e dos familiares. Espero que esta experiência aponte para outras questões que perpassaram minha pesquisa, mas que devido à tamanha extensão e complexidade não pude abordar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, A. M. Família e modernidade: o pensamento jurídico brasileiro no século XIX. São Paulo: Porto Calendário. 1999. 119 p.

ALMEIDA, M. V. A Chave do Armário: homossexualidade, casamento, família. Imprensa de Ciências Sociais – Coleção Breve. Lisboa, Portugal. 2009. 225 p.

AMARAL, S. M. M. "Manual Prático dos Direitos de Homossexuais e Transexuais". Edição 1. Ed - Edições Inteligentes. Rio de Janeiro. 2003. 111 p.

BOURDIEU, P. "À propôs de lafamillecommecatégorieréalisée", Actes de laRechercheenSciencesSociales, no 100, décembre/1993.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu (nº21), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp. 2003. P. 219-260.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Cortez, 1990. 181 p.

CARRARA, S; SIMÕES, J. A. Sexualidade, Cultura e Política: a trajetória da identidade homossexual na antropologia brasileira. Cadernos Pagu: janeiro/junho de 2007. 35p.

COSTA, T. M. L. Adoção por pares homoafetivos: uma abordagem jurídica e psicológica. Juiz de Fora. 2003. 82 p.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In, Edson de Oliveira Nunes, Org. A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar. 1978. P. 23-35.

DINIZ, A. G. R.; BORGES, C. A. M. Possíveis interlocuções entre parentesco e identidade sexual: Paternidade vivenciada por homens Homo/Bissexuais. 253/277. In, Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. Org. Conjugalidades Lésbicas, Gays e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

DURHAM, E. R. Família e Casamento. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vitória: ABEP. V. 1. 1982. P. 31-50.

EITERER, C. L. et al. Preconceito contra a filiação adotiva. Coleção Preconceitos; v. 7. São Paulo: Cortez, 2011. 103 p.

FACCHINI, R. Artigo: Histórico de Lutas LGBT no Brasil. Revista: Conselho Regional de Psicologia SP. 2000. Acesso em 06/04/2014.

_____ http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx

FARIA, C. B. União Homoafetiva e conjugalidade: A construção social de novos arranjos familiares. 2008. 133 p. Dissertação de mestrado Programa de pós Graduação em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2008.

FISHER, I. R.; MARQUES, F. Gênero e exclusão social. Trabalho para discussão n. 113/2001. 2001.

FONSECA, C. Artigo: Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. Revista Estudos Feministas. Vol.16. nº. 3 Florianópolis, Setembro/Dezembro. 2008.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: vontade de saber. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005. 152 p.

FRY, P. Para inglês ver. Identidade e Política na Cultura Brasileira. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1982. 135 p.

GARCIA, M. R. V., et al. “Não podemos falhar”: A busca pela normalidade em famílias homoparentais. P. 277/301. In, Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. Org. Conjugalidades Lésbicas, Gays e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

GEERTZ, C. J. A Interpretação das Culturas. In: Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editoriais, 1989, PP 13-41.

GOLDENBERG, M. A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record. 2009. 107 p.

HABERMAS, J. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In, Massimo Canevacci. Org. Dialética da Família. Editora Brasileira. 1981. P. 226-234.

HEILBORN, M. L. Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 217 p.

ITABORAÍ, N. R. A Proteção social da família contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. 2005. 18 p.

MAKI, M. A. Reflexões sobre o processo de envelhecimento em homossexuais masculinos. 2005. 127 p. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. São Paulo. 2005.

MISKOLCI, R. Origens históricas da Teoria Queer. In: Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. Ouro Preto: Autêntica Editora. 2012. P. 21-34.

_____ MISKOLCI, R. (2007). Pânicos Morais e Controle Social: Reflexões sobre o casamento gay. Cadernos Pagu (n. 28). Janeiro-junho. 2007. P. 101-128.

MITCHELL, J. Modelos Familiares. In, Massimo Canevacci. Org. Dialética da Família. Editora Brasileira. 1981. P. 257-273.

MOTA, M. P. Homossexualidade e Envelhecimento: algumas reflexões no campo da experiência. Revista Sinais, Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, Dez. 2009. 26 p. 2009.

NUNAN, A. Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003. 360 p.

_____NUNAM, A. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. P. 47/69. In, Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. Org. Conjugalidades Lésbicas, Gays e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

OLIVEIRA, L. C. O mal-estar da ética na Antropologia prática. In, Ceres VÍctora, Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pedro Oro. Org. Antropologia e Ética: O Debate atual no Brasil. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense. 2004. 207 p.

OLIVEIRA, M. J. O lugar do travesti em desterro. Dissertação de mestrado apresentada à UFSC. Florianópolis/SC. 1997. 88 p.

OLIVEIRA, R. M. R. “Isto é contra a natureza...”: Acórdãos Judiciais e Entrevistas com Magistrados sobre Conjugalidades Homoeróticas em Quatro Estados Brasileiros. 2006.

P. 131/153. In, Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. Org. Conjugalidades Lésbicas, Gays e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

OLIVEIRA, S. R. F. Homossexualidade. Fontes de Informação Sociológica. Faculdade de Economia-Universidade de Coimbra/Portugal. Coimbra/Portugal. 2004. 45 p.

PAIVA, A. C. S. Reserva e invisibilidade: A construção da homoconjugabilidade numa perspectiva micropolítica P. 23/47. In, Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. Org. Conjugalidades Lésbicas, Gays e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

PASSOS, M. C. Artigo: Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. Psicologia clínica, vol.17 nº. 2. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, R. C. Entrevista: Dois Cafés e a conta com... Revista o Globo, 10 de novembro de 2013. Pág. 8.

PEREIRA, T. F. Irreverência e preconceito: Marcas de estigma do indivíduo homossexual na programação humorística da Rede Globo 2006. 16 f. Monografia no Departamento de Artes e Humanidades Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2006.

PRADO, Rosane Manhães. Mitologia e Vivência da Cidade Pequena nos Estados Unidos. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFRJ, 1993. 228 p.

QUEIROZ, L. F. Paternidades em construção: Demandas de guardas de filhos (as) em processos judiciais. 2003. 102 f. Dissertação de mestrado Programa de pós Graduação em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2003.

RODRIGUES, J. C. Tabu do Corpo: Capítulo 1: A sociedade como sistema de significação. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2006. P.17-45.

RODRIGUES, T. F. O paradoxo da descentralização federativa: a política de saúde em um município de Minas Gerais - Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. 2010. 50 p.

RODRIGUES, R. C. C. De Daniele a Chysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2012. 373 f. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social - Universidade Fluminense. Niterói. 2012.

SIERRA, V. M. Família: teorias e debates. São Paulo: Editora Saraiva. 2011. 144 p.

SIMÕES, J. A. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo -USP. 30 p. 2003.

SILVA, M. C.; CHAVEIRO, E. F. Demografia e família: as transformações da família no século XXI. B. goiano, geografia, Goiânia, v.29, n.2, p.171-183, jul./dez, 2009.

SILVA, N. R. Representações sobre a reprodução humana assistida no discurso parlamentar. 2009. 124 f. Dissertação de mestrado Programa de pós Graduação em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2009.

STRAUSS, C. L. O problema do incesto. In, Massimo Canevacci. Org. Dialética da Família. Editora Brasileira. 1981. P. 177-195.

UZIEL, A. P. Família e Homossexualidade: Velhas questões, novos problemas. 2002. 228 f. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Biblioteca virtual do CLAM. 2002.

VELHO, G. "Observando o familiar". In, Edson de Oliveira Nunes, Org. A Aventura Sociológica. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1978. P. 36-46.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P. 37-82.

ZAMBERLAM, C. O. Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar. 2001. 176 p.

____site: <http://www.mariaberenice.com.br/pt/perfil.cont>, acessado em 11.02.2014.

____site:http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoFoto.aspx?cod_destino=452, acessado em 05.03.2014.